

Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Isabela Machado de Aragão Gusman

“O AMANHÃ NÃO ESTÁ À VENDA”: Expressões da Financeirização da Natureza e
as Ameaças aos Povos dos Campos, Águas e Florestas

Juiz de Fora

2026

ISABELA MACHADO DE ARAGÃO GUSMAN

“O AMANHÃ NÃO ESTÁ À VENDA”: Expressões da Financeirização da Natureza e as Ameaças aos Povos dos Campos, Águas e Florestas

Trabalho de Defesa apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a conclusão do Mestrado, sob orientação da Professora Dra. Mônica Aparecida Grossi.

Juiz De Fora

2026

Machado de Aragão Gusman, Isabela.

"O Amanhã Não Está à Venda": Expressões da Financeirização da Natureza e as Ameaças aos Povos dos Campos, Águas e Florestas / Isabela Machado de Aragão Gusman. -- 2026.

131 f. : il.

Orientadora: Mônica Aparecida Grossi

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2026.

1. Financeirização da Natureza. 2. Questão Ambiental. 3. Crise do Capitalismo. 4. Destruição Ambiental. 5. Povos dos Campos, Águas e Florestas. I. Aparecida Grossi, Mônica, orient. II. Título.



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Nº PPG: 116

Formato da Defesa: () presencial () virtual (X) híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa da (X) dissertação () tese intitulada "O AMANHÃ NÃO ESTÁ À VENDA": EXPRESSÕES DA FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA E AS AMEAÇAS AOS POVOS DOS CAMPOS, ÁGUAS E FLORESTAS", para fins de obtenção do título de (X) mestra(e) () doutor(a) em Serviço Social, área de concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, pelo(a) discente **Isabela Machado de Aragão Gusman** (matrícula 120150015 - início do curso em 20/04/2024), sob orientação da Prof.^(a)Dr^(a) Mônica Aparecida Grossi.

Ao 09º dia do mês de fevereiro do ano de 2026, às 14 horas, na faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora da (X) dissertação () tese em epígrafe, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação, conforme a seguinte composição:

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Titulação Prof(a) Dr(a) / Dr(a)	Nome	Na qualidade de:	Vínculo Institucional
Prof ^a Dr ^a	Mônica Aparecida Grossi	Orientadora	UFJF
Prof Dr	José Amilton de Almeida	Titular Interno	UFJF
Prof ^a Dr ^a	Maria das Graças e Silva	Titular Externo	UFPE
Prof ^a Dr ^a	Sabrina Pereira Paiva	Suplente Interno	UFJF
Prof Dr	Leonardo Nogueira Alves	Suplente Externo	UFOP

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Stricto sensu e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

() APROVADO CONDICIONALMENTE, sendo consenso da banca de que esta ata é provisória e condicional Novo título da

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 10/02/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Amilton de Almeida, Professor(a)**, em 11/02/2026, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Machado de Aragão Gusman, Usuário Externo**, em 14/02/2026, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRAÇAS E SILVA, Usuário Externo**, em 19/02/2026, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-UFJf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2828356** e o código CRC **A65092C3**.

Dedico este trabalho aos meus familiares e à todos os que me antecederam. Àqueles que caminham ao meu lado e que fortalecem o viver. Aos Povos dos Campos, Águas e Florestas, que constroem de maneira ancestral a manutenção da natureza através dos saberes tradicionais, tensionando a realidade e abrindo caminhos de reflexão para outras formas de sociabilidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente aos meus pais, Soninha e Marcelino, por todo amor partilhado, por acompanharem e fortalecerem cada passo dado, pelo apoio de uma vida inteira, sem vocês eu não teria chegado até aqui. Agradeço à Dona Ivone, minha amada vó, por todos os ensinamentos de uma sabedoria infinita, pela perseverança e garra. Ao vô Paulo, *in memoriam*, que me ensinou a preciosidade da alimentação diversa, das árvores, seus frutos, e principalmente, a importância de compartilhar o que se tem. À todos os outros familiares que me antecederam e pavimentaram minha trajetória.

Com muito amor, agradeço ao meu irmão e grande amigo Victor, pela possibilidade de aprendizado, pela partilha da vida, pela construção do diálogo e do pensamento crítico; à Marcela, grande companheira de vida e de sonhos, por vibrar em cada pequena vitória, por construir lado a lado; à Nicole, que caminha e reflete junto desde sempre, por alimentar a esperança e fortalecer o viver.

Aos queridos amigos da universidade, pelas conversas importantes, pela parceria e pela grande força durante esses anos, em especial Larissa, Shirley, Anna Luiza, Cristal e Alysson. Agradeço também, com grande admiração, à minha orientadora Mônica, por toda a construção e direcionamento desde a graduação, por todo diálogo e ensinamento, por ser uma grande incentivadora. Agradeço à banca de avaliação composta pelos professores: Maria das Graças, Elizete, e José Amilton, pela leitura atenta e pelas importantes contribuições. À universidade pública, UFJF, que possibilitou uma graduação e pós-graduação de qualidade. À agência de fomento Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela concessão da bolsa de mestrado, essencial para a realização desta pesquisa.

“No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade”

- Chico Mendes

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as expressões da financeirização da natureza, destacando os rebatimentos desse mecanismo atual do capitalismo, para a compreensão das ameaças aos Povos dos Campos, Águas e Florestas. A partir da perspectiva materialista histórico-dialética de Karl Marx, a pesquisa bibliográfica e documental, trilhou caminhos interpretativos acerca da estrutura do sistema capitalista e da transformação na relação com a natureza, tendo a violência e destruição enquanto elementos centrais identificados. Em seguida, com a análise das crises do sistema, a partir da leitura da crise estrutural de Mészáros, a financeirização aparece enquanto expressão da nova fase de acumulação do capital. Com o intuito de localizar a análise no Brasil, foram mencionados alguns elementos centrais da particularidade brasileira, em relação à sua historicidade e seu posicionamento no sistema capitalista. A partir disso, buscou-se identificar as principais tendências da financeirização da natureza no Brasil no período de 2024 e 2025, em que foram reconhecidos os ataques aos territórios e bens naturais enquanto grande dimensão. Por fim, foram mencionados, em contraponto à lógica mercadológica, o sentido da relação com a Terra e com os bens da natureza para dois sujeitos sociais representativos, os Povos indígenas e Quilombolas. Como resultado, conclui-se que há uma urgência na defesa da natureza, dos bens coletivos e dos Povos dos Campos, Águas e Florestas, enquanto direcionamento para a construção de outro metabolismo social e de outra sociabilidade, necessariamente anticapitalista.

Palavras-chave: Financeirização da Natureza; Questão Ambiental; Crise do Capitalismo; Destruição Ambiental; Povos dos Campos, Águas e Florestas.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo analizar las expresiones de la financiarización de la naturaleza, destacando las repercusiones de este mecanismo actual del capitalismo para la comprensión de las amenazas de esta dinámica a los Pueblos de los Campos, Aguas y Bosques. A partir de la perspectiva materialista histórico-dialéctica de Karl Marx, la investigación bibliográfica y documental trazó caminos interpretativos sobre la estructura del sistema capitalista y la transformación en la relación con la naturaleza, identificando la violencia y la destrucción como elementos centrales. Luego, con el análisis de las crisis del sistema a partir de la lectura de la crisis estructural de Mézáros, la financiarización aparece como expresión de la nueva fase de acumulación del capital. Con el fin de situar el análisis en Brasil, se mencionaron algunos elementos centrales de la particularidad brasileña en relación con su historicidad y su posicionamiento en el sistema capitalista. A partir de ello, se buscó identificar las principales tendencias de la financiarización de la naturaleza en Brasil en el periodo de 2024 y 2025, donde se reconocieron los ataques a los territorios y bienes naturales como una gran dimensión. Finalmente, se mencionaron, en contraposición a la lógica mercantil, el sentido de la relación con la Tierra y con los bienes de la naturaleza para dos sujetos sociales representativos: los pueblos indígenas y quilombolas. Como resultado, se concluye que existe una urgencia en la defensa de la naturaleza, de los bienes colectivos y de los Pueblos de los Campos, Aguas y Bosques, como rumbo para la construcción de otro metabolismo social y de otra sociabilidad, necesariamente anticapitalista.

Palabras clave: Financiarización de la Naturaleza; Cuestión Ambiental; Crisis del Capitalismo; Destrucción Ambiental; Pueblos de los Campos, Aguas y Bosques.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. CAPÍTULO I: A LÓGICA PREDATÓRIA DO CAPITAL: A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA E A RUPTURA COM O METABOLISMO SOCIAL.....	15
1.1. A Relação Originária entre Ser-humano e Natureza: O Metabolismo Social	15
1.2. Acumulação Primitiva: Fundamentos Agrários do Sistema Capitalista, Expropriação e a Ruptura na Relação com a Natureza.....	20
1.3. A Ruptura do Metabolismo Social: Destruição da Natureza, Agricultura Capitalista e o Desenvolvimento Mundial do Capitalismo.....	30
2. CAPÍTULO II: A CRISE DO CAPITAL, VIOLÊNCIA E A EMERGÊNCIA DA FINANCEIRIZAÇÃO.....	41
2.1. Crise Estrutural do Capital: A Atualização da Destruição como Alavanca de Acúmulo de Riquezas.....	42
2.2. A Nova Dinâmica de Acumulação a partir da Financeirização: Uma Resposta à Crise do Capital.....	51
2.3. O Capitalismo e a Barbárie: Os Impactos Decorrentes da Estruturação Violenta do Capital na América Latina.....	60
3. CAPÍTULO III: A PARTICULARIDADE BRASILEIRA E OS POVOS DOS CAMPOS, ÁGUAS E FLORESTAS: APONTAMENTOS SOBRE AS AMEAÇAS DA FINANCEIRIZAÇÃO PARA OS SUJEITOS SOCIAIS.....	69
3.1. A Natureza Ameaçada e a Humanidade em Risco: A centralidade da Questão Ambiental no Brasil para a Análise da Realidade Social na Atualidade	70
3.2. A Financeirização da Natureza: Elementos Sobre as Tendências da Financeirização nos Anos de 2024-2025.....	80
3.3. Povos dos Campos, Águas e Florestas: Uma Vivência Horizontal com a Natureza.....	96
3.3.1. Urihi a: A Terra-Floresta e os Povos Indígenas.....	101
3.3.2. Territórios em Confluência e os Povos Quilombolas.....	111
CONCLUSÃO.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	124

INTRODUÇÃO

A relação entre o ser humano e a natureza representa um dos elementos centrais de investigação e de sustentação da humanidade em todo o seu processo histórico. A possibilidade de existência, reprodução, criação, trabalho, alimentação, entre diversas outras dimensões, revelam em sua base a relação ativa para com a natureza. Para os povos originários, a natureza é um bem comum, parte essencial do corpo e do espírito, da manutenção da vida, da ancestralidade, como destaca Ailton Krenak, uma das vozes do povo Krenak:

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (Krenak, 2020a, p. 16-17)

A sabedoria indígena ensina, desde sempre, uma maneira sagrada e horizontal da relação humana com a natureza. Dentro dessa perspectiva, que se afasta completamente de tudo o que foi imposto pela lógica capitalista de apropriação e exploração dos bens naturais, delimita-se o fio condutor da análise proposta por este trabalho. A intenção é promover uma desnaturalização do olhar e uma possibilidade de compreensão a respeito do movimento destrutivo do capital, e a maneira como a financeirização da natureza - objeto escolhido para representar esse movimento - se relaciona com os bens da natureza, e como essa relação baseada na busca exacerbada por lucros, por movimentos de expropriação e degradação, ameaçam diretamente a vida social - e em mais intensidade, a existência dos Povos dos Campos, Águas e Florestas.

O título escolhido para compilar as reflexões do trabalho foi inspirado na obra de Ailton Krenak “O Amanhã Não Está À Venda”, escrito durante a pandemia do Covid-19, que promove reflexões sobre como a maneira destrutiva de se relacionar com a Terra geram impactos diretos para a coletividade, e principalmente, para a saúde dos sujeitos sociais. A provocação em relação ao título pode ser ampliada para a análise acerca da financeirização, na medida em que a posição do Modo de Produção Capitalista desde suas bases estruturais até os dias atuais, a partir do

mecanismo de acúmulo de riquezas, tem como cerne de relação a lógica mercadológica. A ameaça em relação ao futuro da Terra e aos sujeitos sociais que com ela se relacionam é uma constante para essa perspectiva econômica, política e social denominada capitalismo.

Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo analisar expressões da financeirização da natureza e as ameaças aos Povos dos Campos, das Águas e das Florestas.

Com base no materialismo histórico-dialético, como destaca Netto (2011), “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (p. 22). Para essa análise, portanto, serão utilizadas as fundamentações de análise baseadas na compreensão da realidade enquanto estrutura dinâmica.

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. [...] a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador - é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento). (Netto, p. 20-21)

A metodologia escolhida para explorar o tema é a pesquisa bibliográfica e documental. Pretende-se trabalhar numa perspectiva qualitativa (Minayo, 2001), buscando construir, em articulação com o materialismo histórico-dialético, uma metodologia que “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas” (p. 22). Pretende-se analisar os dados a partir da abordagem crítico-dialética, auxiliando na compreensão das ameaças da financeirização para os sujeitos sociais. Serão articuladas categorias analíticas, como: sujeitos sociais; capitalismo; mercantilização da natureza; financeirização; violência; direito ao território; autodeterminação; racismo ambiental, produção de alimentos e agroecologia, para realizar a análise sobre a totalidade, identificando suas mediações no particular para a leitura do real.

Ao analisar a estrutura social do capitalismo brasileiro expresso na dinâmica de apropriação privada da terra por parte da classe dominante, aqui localizada a partir do processo de financeirização da natureza, pretende-se, também, observar os rebatimentos dessa dimensão nos Sujeitos Sociais, e as principais expressões

políticas em torno da temática da Questão Agrária e Ambiental no Brasil entre os anos de 2024-2025.

Desse modo, em um primeiro momento, pretende-se, a partir da pesquisa bibliográfica, estudar autores que auxiliem na fundamentação teórica de análise sobre o sistema capitalista, tendo o próprio Marx como principal fonte. Analisar aspectos da formação social brasileira que contribuam para uma compreensão ampliada da dinâmica de classes, identificando as dimensões da financeirização da natureza enquanto expressão desse processo. Utilizar da pesquisa documental para a análise de registros sobre a materialidade destas expressões na atualidade brasileira, identificando em fontes diversificadas aspectos de denúncia desses atravessamentos que impactam a vida dos povos.

Enquanto objetivos específicos, pretende-se identificar mecanismos e tendências do processo de financeirização da natureza, a partir da crítica da economia política, caracterizando as principais ameaças que impactam as vidas desses sujeitos sociais, como a transformação dos bens da natureza em ativo financeiro. Para isso serão utilizadas algumas fontes¹ para o entendimento das tendências da financeirização a partir de: sites oficiais das organizações dos Sujeitos Sociais; veículos de divulgação crítica articulada aos movimentos sociais; e veículos jornalísticos que discutem território, natureza, povos indígenas e quilombolas.

Como encaminhamento final, de extrema relevância, busca-se apresentar algumas das principais estratégias de resistência e alternativas anticapitalistas construídas pelos povos tradicionais, em destaque a perspectiva indígena a partir de Krenak (2020a; 2020b) e Kopenawa (2023), e quilombola com a contribuição de Nêgo Bispo (2023), como representações de enfrentamento.

Dessa maneira, destaca-se que hipótese inicial a ser verificada no decorrer do trabalho é que existe uma ameaça direta da financeirização da natureza, enquanto mecanismo do capitalismo, em relação aos Povos dos Campos, Águas e Florestas. E para sua afirmativa ou negação, serão desenvolvidos os caminhos destacados acima.

Destaca-se que o estudo acerca do tema encontra-se justificado no entendimento de que a Questão Agrária e Ambiental são fundamento e expressão

¹ Fontes consultadas: Relatório FAO e FILAC: Os povos indígenas e tribais e governança florestal: Uma oportunidade para a ação climática na América Latina e no Caribe. Santiago do Chile, 2023; Reportagens da Agência Brasil, da APIB, e de outros portais informativos constantes na bibliografia.

para a compreensão da Questão Social no Brasil. Esse posicionamento considera a forma como se constitui a relação com o território no Brasil desde o processo de invasão colonial, e como essa estrutura impacta diretamente as relações produtivas, econômicas, políticas e sociais estabelecidas no país. Ao analisar esse processo histórico de conformação do território brasileiro, é possível perceber como existe historicamente uma ameaça aos sujeitos sociais demandantes da Reforma Agrária e da demarcação de territórios, sendo estes alvos de sistemática violência pela classe dominante no capitalismo.

Compreende-se a necessidade de pesquisar quais os pontos de continuidade com essa lógica de dominação no território nacional, que se expressam para com a mesma população indígena, negra e sem-terra, no processo de percurso inacabado de colonização, que se recupera e avança com o desenvolvimento capitalista. A importância desse estudo se efetiva enquanto necessidade de assegurar a defesa da natureza, de territórios coletivos, quilombolas, assentamentos de reforma agrária, demarcação de terras indígenas, e a luta pela democratização de espaços rurais.

Para além disso, a importância desta pesquisa é justificada pela urgência em defender a vida em sua mais ampla dimensão. Quando o olhar é direcionado para os diversos sinais dados pela natureza na atualidade, denunciando a ultrapassagem de limites originalmente intransponíveis, constata-se um alerta para todos os seres humanos. Há uma demanda pela preservação do que existe de mais precioso, a condição de vivência plena dos sujeitos sociais, e esta depende, necessariamente, da preservação e ampliação da fauna e da flora.

O Serviço Social necessita estar implicado nestas pesquisas, sistematizações e reivindicações, entendendo esse processo enquanto uma expressão da defesa do projeto profissional crítico, que visa a autonomia social e a construção de outro projeto societário coletivo e plural. Desse modo, a luta por uma Reforma Agrária popular precisa ser entendida enquanto primeiro passo necessário para a democratização social. Assegurar o território é parte essencial desta luta, já que o acesso pleno à alimentação e seu processo produtivo, assim como a defesa por uma moradia digna e pela vivência coletiva, são fundamentos básicos para uma reprodução social democrática.

O intuito de continuidade da pesquisa é avançar com os estudos realizados na monografia, que a partir de uma análise bibliográfica e documental, debruçou-se sobre a temática da negação sistemática da democracia da terra para os Povos dos

Campos, das Águas e das Florestas. Com esse primeiro trabalho, foi possível perceber os principais enfrentamentos de algumas das diversas organizações populares representativas destes sujeitos, simbolizadas pela APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Para além disso, o produto final da monografia demonstrou um documento de denúncia das diversas violências e ameaças sofridas por esses sujeitos coletivos durante o governo Bolsonaro (2018-2022), e de como o cenário político acirrou as disputas por terras, ampliou o poder, potencializando a expansão da classe dominante, expressa, por exemplo, no agronegócio.

O trabalho de graduação chegou até a compreensão dos limites estruturais para o estabelecimento de uma democracia da terra para os Povos dos Campos, Águas e Florestas. O tema da financeirização, portanto, aparece enquanto necessidade de aprofundamento acerca dos elementos mais atuais de exploração da natureza, que impactam os mesmos sujeitos coletivos.

A pesquisa em questão representa uma grande oportunidade para explorar, a partir de uma ótica mais apropriada de análise, as dimensões sociais que atravessam a luta desses sujeitos na atualidade, compreendendo que o processo de financeirização da natureza representa uma das centralidades de ameaças que diretamente violentam territórios, transformam a natureza - bem comum - em mercadoria, e coloca os Povos dos Campos, Águas e Florestas em risco de permanência e sobrevivência.

Esse amadurecimento teórico pode auxiliar na demarcação da centralidade do sistema capitalista enquanto meio para o acúmulo de terras e riquezas por parte da classe dominante, que utiliza da violência enquanto ferramenta de controle social, o que auxilia na compreensão da realidade material e suas expressões na atualidade. Pretende-se analisar e denunciar as consequências nefastas desse processo para a vivência dos povos, comunidades e sujeitos sociais, representados pelos Povos dos Campos, das Águas e das Florestas, que permanentemente são ameaçados pelo sistema capitalista.

1. CAPÍTULO I: A LÓGICA PREDATÓRIA DO CAPITAL: A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA E A RUPTURA COM O METABOLISMO SOCIAL

Como primeira etapa de desenvolvimento e aproximação com a temática deste trabalho, o capítulo um propõe um caminho de entendimento a respeito da relação originária e fundamental do ser-humano com a natureza, a partir da dimensão marxiana de Metabolismo Social. Nesse sentido, o exemplo indígena é importante para a compreensão do quanto há de potencialidade em relação à manutenção da horizontalidade perante a natureza. Destaca-se também, nesse momento, a importância do trabalho enquanto interlocução transformadora, a partir da perspectiva originária.

Em seguida propõe-se uma reflexão acerca da acumulação primitiva e do processo de fundação do capitalismo, tendo como elementos centrais a expropriação da terra, a violência e a apropriação privada de bens coletivos. Busca-se compreender, a partir de Marx (2017; 2023) e Wood (2001), como a articulação dessas dimensões estruturais ao sistema estabelecem o processo de ruptura metabólica e fundamentam o campo enquanto grande impulsionador para o processo de acumulação.

Enquanto último elemento do capítulo, de maneira central, Foster (2023) e Wood (2001) em suas leituras marxistas, auxiliam no aprofundamento da relação com a terra transformada a partir do processo de acumulação. Identificando também a agricultura - em seu imbricamento com a indústria - enquanto um dos momentos centrais em que a vida no sistema capitalista passa a ser regulada através do mercado. Além disso, busca-se compreender os elementos importantes para a análise da transformação nos processos de alimentação, na organização social, e seus impactos para o bem-estar da natureza e dos sujeitos sociais.

1.1. A Relação Originária entre Ser-humano e Natureza: O Metabolismo Social

A primeira importante dimensão a ser abordada é a relação entre o ser humano e a natureza. O aspecto central dessa relação se debruça sobre uma condição originária da humanidade, a relação com a natureza enquanto medida

necessária para a manutenção da vida, para a possibilidade de permanecer no mundo. Esse sentido assume diferentes formas em cada tempo histórico e cada realidade social, em que as tecnologias criadas a partir da vivência na Terra possibilitaram a continuidade da vida e o acúmulo de saberes e construções que potencializaram a história humana.

Dessa dinâmica é possível observar diversos povos e comunidades originárias que desenvolveram formas de vida muito avançadas que possuíam total horizontalidade com os bens naturais. Dentre esses exemplos estão as diversas etnias indígenas latino-americanas, que construíram formas sociais extremamente importantes para toda a humanidade, que ainda permanecem desconhecidas pelo pensamento hegemônico devido ao persistente genocídio e apagamento de suas vivências. Uma das dimensões mais importantes que necessitam destaque é a descoberta científica acerca do processo de ação antropogênica para a construção da floresta Amazônica.

O arqueólogo Eduardo Góes Neves apresentou um acúmulo extremamente relevante de suas pesquisas sobre a Amazônia sobre o povoamento intenso da floresta há cerca de 14 mil anos - durante o período Holoceno - até o processo de colonização européia no século XVI. As ocupações eram compostas por povos diversos, com formas de organização social e política, desde nômades caçadores-coletores, até sociedades sedentárias que produziam objetos refinados de pedra e cerâmica - datadas em cerca de 8.000 anos de idade, “[...] que, se confirmada as coloca como as mais antigas das Américas (Neves, 2012, p. 71).

Como aponta o pesquisador, são diversos indícios arqueológicos que indicam essas conclusões, desde mudanças no ecossistema de águas brancas e pretas, que contribuíram para a formação de solos de terra preta - extremamente férteis. A presença desses solos demonstra que houve um processo de implicação humana na melhoria do terreno, que “[...] poderiam ter sido criadas deliberadamente com o objetivo de aprimorar a qualidade dos solos normalmente pobres da Amazônia.” (Neves, p. 275), sendo que esses solos em sua maioria não estavam vinculados a locais de roça, mas de habitação (*ibidem*).

Dentro da organização dos povos, um dos pontos mais importantes está na forma como estes se vincularam com a natureza desde o que se possui de registro. Em toda a dinâmica, a relação com a alimentação não se vincula à exploração do

solo, tão bem conhecida pela dinâmica difundida com a invasão européia no território latinoamericano.

É provável, no entanto, que os dados mais interessantes produzidos pelas escavações em Pedra Pintada tenham a ver com os restos botânicos e faunísticos recuperados, pois eles indicam, ainda no início da ocupação da caverna, estratégias econômicas baseadas na exploração de um amplo leque de recursos incluindo plantas, mamíferos de pequeno porte e peixes (Roosevelt et al.2002). Tais resultados são importantes porque mostram que, desde o início, as formas de ocupação e manejo de recursos na Amazônia foram caracterizadas pela diversificação e não pela exploração exaustiva de poucos recursos. (Neves, 2012, p. 71-72)

Esse aspecto demonstra como o raciocínio a respeito da relação com o território acontece de maneira totalmente diferente para os povos originários. Dentre os registros arqueológicos é possível conhecer vários exemplos em que a domesticação de plantas não precedeu a emergência da agricultura. Como afirma Neves (p. 105-106), não havia pressões evolutivas para o desenvolvimento da agricultura devido a abundância de recursos alimentares que estavam amplamente distribuídos por todo território, no qual não era necessário o investimento no cultivo.

Apesar de toda imensidão de tecnologia social, biodiversidade, organização coletiva, mobilidade e riqueza do território Amazônico e sua existência como conhecemos sendo um impacto direto da ação dos diversos povos que a construíram, ainda sim o que permanece na compreensão hegemônica é a lógica de associação com o atraso, com o primitivo, e como Neves aponta, a partir do “princípio da incompletude”: “A ideia de que algo sempre faltou à Amazônia e seus povos: a agricultura, o Estado, a história, as cidades, a escrita, a ordem e o progresso” (2012, p. 268).

Talvez a lição mais importante trazida pela arqueologia amazônica nas últimas décadas tenha sido mostrar que não existe na região nenhuma barreira natural à ocupação humana, à inovação cultural, à invenção. Ao contrário, se fizermos uma história comparativa dos povos ameríndios, verificaremos que algumas das plantas mais importantes domesticadas no novo mundo, como a mandioca e o tabaco, o foram na Amazônia ou suas adjacências nas terras baixas. O mesmo vale para a cerâmica, como já foi aqui apontado. Solos de terra preta indicam a capacidade de modificação da paisagem e a presença de sítios de grande porte interligados por redes de estradas mostram que houve períodos de adensamento demográfico com algum tipo de hierarquia bem marcada. A arqueologia nos mostra hoje que nada era potencialmente impossível na Amazônia. (Neves, p. 278)

A importância da relação entre ser-humano e natureza a partir de uma perspectiva horizontal, de construção de um território com uma imensa diversidade de fauna e flora, em que não existe um direcionamento destrutivo com o que cerca, mas sim uma unidade, talvez sejam alguns dos maiores aprendizados que os povos originários ensinam à humanidade. E é justamente um ataque direto a esse modo-de-ser, a essa estrutura social, um rompimento no metabolismo social, apontado por Marx, que o capitalismo inaugura e dissemina para o mundo.

Para compreender o que seria a definição de metabolismo social, é necessário retomar em primeiro lugar o capítulo V, do Capital I, em que Karl Marx desenvolve sobre uma das dimensões mais importantes, o processo de trabalho. Como afirma Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (Marx, 2023, p. 255)

Essa concepção aponta para a compreensão de que em Marx o trabalho em seu sentido originário assume uma posição muito mais profunda. Nesse sentido, para a concepção do autor, o trabalho se constitui enquanto categoria fundamental, que expressa a capacidade teleológica do ser humano, ou seja, “[...] o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha, é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. (Marx, 2023, p. 255-256). A capacidade de planejar os processos de transformação da natureza pelo ser humano são potenciais que podem ser utilizados de maneira integrada, enriquecedora, como foi apontado na historicidade da ação indígena no Brasil e na América Latina. Mas também, é justamente a captura desse potencial que vai construir as bases de enriquecimento no Modo de Produção Capitalista.

Voltando para a dimensão originária do trabalho, para Marx (2023, p. 261), esse processo compreende “[...] a apropriação do elemento natural para a satisfação das necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e

natureza, perpétua condição natural da vida humana [...] comum a todas as suas formas sociais”. O que demonstra que esse movimento é parte da essência humana, e que não está preso a nenhuma forma particular de expressão da vida em alguma sociedade determinada.

Desse modo, faz-se necessário compreender que o trabalho, não-alienado, não se trata apenas de uma realização individual, isolada de um direcionamento social. Sendo assim, as contribuições de Lukács sobre o Ser Social complementam a compreensão da dimensão do trabalho e do movimento humano no processo de transformação com a natureza. “Conforme Lukács (1979), há em Marx uma **ontologia** do “ser social”, isto é, uma busca das determinações reais que peculiarizam o ser humano em sociedade. [...] o “ser social” se constitui a partir de um salto ontológico dado pela *produção do novo*.” (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 79). De acordo com “Lukács (1981, p. 11) “só é lícito falar do ser social quando se compreende que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, o processo de tornar-se algo autônomo, se baseiam no trabalho, isto é, na continuada realização de posições teleológicas” (*apud* Junior; Lara, 2015, p. 22). Enquanto Ser Social, portanto, possui orientações no movimento de transformação, que demonstram características de direcionamento social:

No contexto dessa relação homem-natureza, Lukács é esclarecedor ao afirmar que não é possível conceber o ser social com um elemento deslocado da materialidade da vida inorgânica, dado seu primado ontológico, concreto, que, por sua vez, é base da constituição da sociabilidade. [...] Assim, o trabalho, enquanto categoria ontológica, não pode ser reduzida apenas à questão de transformação da natureza, pois possui características socialmente determinadas. [...] necessita ser apreendido a partir da sua função social de caráter coletivo, pois as necessidades de outros indivíduos fazem com que o trabalho apresente sua finalidade social, de caráter coletivo. No capitalismo, aquilo que é produzido pelo trabalhador na esfera privada torna-se social a partir das necessidades coletivas, constituindo os laços sociais entre os indivíduos, os quais estão mediatizados pela mercadoria que produzem, adquirindo um significado monetário, financeiro, ou seja, de um valor socialmente determinado. (Junior; Lara, 2015, p. 22)

Nesse sentido, ao atuar e transformar a realidade, o ser humano é capaz de criar e produzir a vida a partir do trabalho, podendo existir um direcionamento que se constitui historicamente nas relações entre sujeitos sociais. Desse processo construído, tem-se como resultado uma transformação de si. Sendo assim, ao analisar a maneira como o Modo de Produção impacta a relação com a Terra, é

possível construir um olhar desnaturalizado acerca do rompimento forçado que os processos históricos de transformação da sociedade em direção ao capitalismo colocam para os sujeitos sociais, suas organizações e formas de vida originárias.

Para esse processo de transformação imposto, Marx desenvolve a concepção de quebra com o metabolismo social que ocorre desde o processo de constituição das bases que irão estruturar o sistema capitalista. Nessa dimensão, há uma transformação substancial da relação com a Terra que vai disseminar uma lógica de distanciamento e destruição que se difunde e se amplia nos anos subsequentes da constituição do Modo de Produção Capitalista.

1.2. Acumulação Primitiva: Fundamentos Agrários do Sistema Capitalista, Expropriação e a Ruptura na Relação com a Natureza

A transformação na relação com a natureza e seu processo de intensificação e aprofundamento se ancoram em diversos elementos para a sua efetivação na historicidade do sistema capitalista. O processo que impulsiona a ruptura do metabolismo social são as bases estruturais para a lógica de funcionamento do capital, e é a partir desse raciocínio que podemos compreender o que se estabelece em seu processo de complexificação.

Karl Marx, antes mesmo de construir sua obra estruturada na crítica da economia política e desvelar os encadeamentos sociais, políticos, econômicos e históricos que permeiam o que denominou de Modo de Produção Capitalista, realizou diversas leituras da realidade social que vivenciava e observava em seu tempo histórico. Uma de suas análises, extremamente pertinentes para a construção do raciocínio de sua pesquisa, que contribuíram para a maturidade da perspectiva crítica - e desembocaram no rompimento com a perspectiva Hegeliana -, é construída a partir de sua presença como redator-chefe na *Gazeta Renana*. Uma de suas reflexões é a crítica que realizou a respeito dos “Debates sobre a lei referente ao furto de madeira” compilados em um artigo de novembro de 1842 (Marx, 2017, p. 12). Sobre esse processo e a lei, Bensaïd (2007, in Marx, 2017) aponta:

Esse relatório faz parte de uma série de medidas, entre as quais a “lei florestal” de julho de 1841, emendada em 1843 pela introdução de um novo regime de caça. Como as dietas provinciais possuíam prerrogativas limitadas diante do poder central de Berlim, suas competências legislativas

são muito reduzidas. [...] A proposta de lei submetida à Dieta em nome de Frederico Guilherme, “Rei da Prússia pela Graça de Deus”, diz respeito às “seguintes defraudações”: 1. Toda madeira de floresta ainda não derrubada; 2. Toda madeira verde, fora das florestas, destinada à exploração; 3. Toda madeira quebrada acidentalmente ou derrubada em troncos inteiros cuja preparação ainda não tenha começado; 4. Aparas e madeira de obra ainda não preparadas que se encontrem nas florestas e nos depósitos.” (Bensaïd, 2007 in Marx, 2017, p. 13-14)

A lei sobre o furto da madeira é uma expressão clara do processo de expropriação e criminalização relacionado ao acesso aos bens comuns e naturais. O que se observa nos “delitos” florestais é uma estratégia de controle massivo da natureza, e conseqüentemente se enquadra enquanto mecanismo de controle da massa camponesa pauperizada, impedida de utilizar recursos básicos e necessários para a vida cotidiana naquele contexto. Além disso, identifica-se um processo de mercantilização dos bens ambientais, etapa necessária para o encadeamento do sistema produtivo no Modo de Produção Capitalista.

No contexto da sociedade renana, o estabelecimento da lógica de expropriação aprofundava as mazelas sociais. O “furto” da madeira era um reflexo do pauperismo que se enraizava cada vez mais. O impedimento do acesso aos bens da natureza naquele contexto, reforçava a subordinação dos camponeses, tanto em relação ao uso doméstico, como também impedia que utilizassem esses recursos como fonte de renda. Além da madeira estavam configurado enquanto “delitos florestais”:

[...] furto de mirtilos e outros frutos do bosque; furto de produtos florestais necessários à produção de escovas e vassouras, ou usados como alimento para o gado; furto de gravetos para a produção de torniquetes; furto de madeira para o conserto de utensílios domésticos ou agrícolas; furto de madeira para a construção de ripas de telhado; furto de madeira para a confecção de varas de lúpulo; furto de madeira para fazer escadas, cavaletes, andaimes; furto de vime para fazer cestos; furto de feixes de madeira para usar como lenha... Inventário edificante! Tudo isso são bens comercializáveis, sem os quais não se poderia mais assegurar a existência, até porque o próprio uso doméstico estava cada vez mais sujeito à circulação comercial.” (Bensaïd, 2007 in Marx, 2017, p. 14)

Um aspecto importante observado nesta dinâmica é que a madeira, ou qualquer outro elemento da natureza, passa a integrar o circuito de criação de valor, se transformando em fonte de riqueza indispensável para a lógica de acumulação capitalista. De forma articulada ao processo, o respaldo jurídico é um elemento essencial a ser observado na transformação da estrutura social, em que as

regulamentações, leis, punições que sustentam a expropriação dos sujeitos sociais, estruturam os fundamentos da marginalização e criminalização destes no Modo de Produção Capitalista. A eliminação das práticas consuetudinárias, dos modos de vida da população, se articulam às engrenagens desse processo.

O que está em jogo por trás do debate da Dieta sobre o furto de madeira é a distinção moderna de privado e público e sua aplicação ao direito de propriedade. Atestada pelas estatísticas jurídicas da época, a importância quantitativa do furto de madeira ilustra tanto o vigor das práticas consuetudinárias do direito de uso quanto a crescente penalização dessas práticas pela sociedade capitalista em formação. Esse período de transição é um momento decisivo na redefinição das relações de propriedade. [...] Com a supressão da sobreposição de direitos individuais e coletivos sobre um mesmo bem, manifesta-se uma oposição entre duas concepções antagônicas de propriedade, que se resolveria a favor do domínio absoluto do proprietário privado: A importância dos litígios na questão florestal atesta, de um lado, o estabelecimento de um novo código de definição da propriedade e, mais amplamente, a imposição de um sistema jurídico baseado no individualismo (condição para a troca generalizada), rompendo com os princípios consuetudinários.” (Bensaïd, 2007 in Marx, 2017, p. 15-16)

A respeito dessa análise, Marx evidencia com nitidez que “Se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda propriedade privada?” (Marx, 2017, p. 82). A centralidade do debate na crítica de Marx, e a demonstração de seu incômodo, se ancoram principalmente na constatação da pequenez da lógica do interesse privado, na capacidade que essa estrutura social, econômica e política deseja ultrapassar qualquer fronteira para garantir sua permanência e ampliação, inclusive o próprio Estado. Para Marx, “o interesse privado se considera o fim último do mundo. Portanto, se o direito não realizar esse fim último, ele é um direito contraditório ao fim. Um *direito desvantajoso* para o *interesse privado* é, portanto, um *direito de consequências desvantajosas*” (2017, p. 110). A crítica acerca da lei feita por Marx desnuda o funcionamento da relação com a natureza e com os bens coletivos que começava a se estruturar de maneira mais desenvolvida e ampliada, com respaldo jurídico e organização de seus mecanismos.

A maneira como os proprietários florestais, no contexto da lei referente ao furto da madeira, articulam uma estrutura de rompimento com a possibilidade coletiva de acesso aos bens naturais, da centralidade da propriedade enquanto base de regulamentação das relações sociais, da busca ampliada por formas de garantir lucros e perpetuar lógicas excludentes, apontam o direcionamento de um sistema

que estava em processo de complexificação e consolidação. Marx já apontava processos de contradição nesse momento, destacando incoerências e violências estruturais para a lógica privada. Como demonstração de que era um funcionamento que colocava o Estado à disposição de seus interesses, Marx aponta que

O ladrão de madeira subtraiu madeira do proprietário florestal, mas o proprietário florestal usou o ladrão de madeira para subtrair o *próprio Estado*. A prova do quanto isso é literalmente verdadeiro está no § 19, o qual não se limita a demandar uma pena em dinheiro, mas também *o corpo e a vida* do acusado. Segundo o § 19, quem viola a lei florestal é entregue na mão do proprietário florestal mediante um *trabalho florestal* a ser cumprido para ele, o que, segundo um deputado das cidades, “poderia levar a sérias inconveniências”. (Marx, 2017, p. 115)

O que se apresenta naquele contexto e que passa a representar um exemplo dinâmico comum no Modo de Produção Capitalista, está no fato de como “[...] a Dieta Renana rebaixa o poder executivo, as autoridades administrativas, a existência do acusado, a ideia do Estado, o próprio crime e a pena *à condição de meios materiais do interesse privado*. (Marx, 2017, p. 122). A defesa incondicional dos interesses particulares estava sendo sedimentado na Dieta Renana, assim como se sedimentou posteriormente nas pseudo democracias capitalistas em diversas partes do globo.

A partir do olhar de Marx acerca deste momento histórico, e deste processo enquanto mais uma etapa de complexificação do sistema capitalista, é necessário pontuar outros elementos que auxiliam na leitura da realidade e iluminam a compreensão crítica acerca da separação reiterada do ser humano em relação à natureza. Sendo assim, com o intuito de alcançar o momento de consolidação do sistema capitalista, e que assim seja possível compreender suas dinâmicas atuais - representadas aqui pelo mecanismo de financeirização -, é necessário pontuar um elemento de análise muito importante na perspectiva crítica - concebido por Karl Marx - a compreensão acerca do processo de Acumulação Primitiva.

Ao construir sua análise acerca do sistema capitalista, sua história de fundação e desenvolvimento, Marx destaca uma matéria importantíssima, que se constitui enquanto fundamento para a interpretação da financeirização proposta no trabalho em questão, que é a centralidade da terra enquanto meio para o acúmulo e ampliação de riquezas. Para desenvolver sobre esse movimento, destaca-se que a acumulação primitiva é “[...] uma acumulação que não é resultado do modo de

produção capitalista, mas seu ponto de partida” (Marx, 2023, p. 785). A pergunta central que move essa reflexão é justamente entender como o movimento de transição para o sistema capitalista acontece, como o acúmulo de riquezas é desenvolvido, como apenas uma parte da população passa a ser dona dos meios de produção e uma massa passa a possuir apenas a força de trabalho para vender de maneira exploratória.

Não se trata de definir esse processo a partir de uma lógica linear, ou até mesmo etapista, mas identificar nas análises de Marx acerca da realidade Inglesa do final do século XIV e XV, quais são os elementos essenciais que fundamentam as bases do Modo de Produção Capitalista. Como destaca o autor, rompendo com a falácia de um processo natural, orgânico, em que de um lado haveria “uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais” (Marx, 2023, p. 785), ao contrário, no que se constata no real, “o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência” (*ibidem*).

Como complementa Ellen Wood (2001) a respeito das bases de constituição do capitalismo e se posicionando contra a falácia de etapa natural de desenvolvimento para sua constituição, aponta que:

[...] o capitalismo, com todos os seus impulsos sumamente específicos de acumulação e maximização do lucro, não nasceu na cidade, mas no campo, num lugar muito específico e em época muito recente da história humana. Não precisou de uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas de uma transformação completa das relações e práticas humanas mais fundamentais, de um rompimento com antiquíssimos padrões de interação humana com a natureza. (Wood, 2001, p. 77)

Grossi (2014) complementa, a partir do que Wood constata a respeito do conjunto de transformações das relações e práticas humanas, a mudança nas relações de propriedade entre produtores e apropriadores, tendo no capitalismo uma transformação que, para além de todas as complexidades, ainda escamoteia a lógica de dominação. Ou seja, a apropriação do excedente não mais é feita a partir da coerção direta, o excedente passa a ser mediado e apropriado por meios econômicos, isso provoca que nesse novo Modo de Produção “[...] estes produtores diretos são expropriados e, ao mesmo tempo, livres para vender sua força de trabalho, passando a gerar mais-valia que é apropriada sem a necessidade do uso da coerção direta. (Grossi, 2014, p. 45)

No que foi direcionado a partir da análise marxiana (Marx, 2023), ainda destacando um processo histórico e não linear, observa-se que as bases econômicas da sociedade feudal possibilitaram a constituição da estrutura econômica da sociedade capitalista, ou seja, com a dissolução e completa transformação da primeira, estavam dados os elementos para a constituição da segunda. Para a constituição dos elementos centrais do processo, em que se constata a venda “livre” da força de trabalho, foi necessário que não existisse mais uma dinâmica de servidão e vassalagem, porém não apenas isso garantiu o rompimento com a estrutura feudal e a possibilidade de transformação nas relações sociais daquele contexto.

[...] o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. **E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.** (Marx, 2023, p. 787, grifos próprios)

O que foi estabelecido na transição para o modo de produção capitalista foi apenas uma transformação da subjugação, o que antes era estabelecido com a exploração do feudalismo, adquiriu novas expressões com a exploração capitalista (Marx, 2023). Os capitalistas industriais que surgiram, lutaram contra o poder feudal e contra qualquer impedimento “[...] ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. [...] Sua ascensão se deu por meios tão vis quanto os que outrora permitiram ao liberto romano converter-se em senhor de seu *patronus* [patrono]. (Marx, 2023, p. 787)

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. **A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo.** (Marx, 2023, p. 787, grifos próprios)

A **expropriação** é o elemento mais importante a ser destacado nesse movimento. No século XV na Inglaterra, a população era majoritariamente composta

por “[...] camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse o rótulo feudal a encobrir sua propriedade” (Marx, 2023, p. 788). Dessa composição constata-se que:

Os assalariados agrícolas consistiam, em parte, em camponeses que empregavam seu tempo livre trabalhando para os grandes proprietários, em parte, numa classe de trabalhadores assalariados propriamente ditos, classe essa independente e pouco numerosa, tanto em termos relativos como absolutos. Ao mesmo tempo, também estes últimos eram, de fato, camponeses economicamente autônomos, pois, além de seu salário, recebiam terras de 4 ou mais acres para o cultivo, além de *cottages*. Ademais, junto com os camponeses propriamente ditos, desfrutavam das terras comunais, sobre as quais pastava seu gado e que lhes forneciam também combustíveis, como lenha, turfa etc. Em todos os países da Europa, a produção feudal se caracteriza pela partilha do solo entre o maior número possível de vassallos. O poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava na extensão de seu registro de rendas, mas no número de seus súditos, e este dependia da quantidade de camponeses economicamente autônomos. (Marx, 2023, p. 788-789)

Destaca-se aqui um posicionamento completamente crítico em relação à estrutura feudal, onde se compreende nitidamente a existência de uma lógica de dominação e dependência entre súditos e senhor feudal, mas o que se apresenta aqui é a possibilidade de reprodução na relação com a terra. As terras comunais possibilitavam a subsistência dos servos, a capacidade de reprodução da vida, a garantia de alimentação a partir da agricultura, a criação de animais, o uso da madeira para a construção de casas, para o aquecimento. A transformação material na dinâmica das relações sociais a partir do rompimento com o feudalismo, e na construção do Modo de Produção Capitalista, geraram abismos muito mais profundos em termos de violência, dependência e exclusão, “uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais” (Marx, 2023, p. 789).

O contexto passou por um processo de complexificação, que gerou o impulso à expropriação das terras comunais, à expulsão dos camponeses, se deu na Inglaterra com o crescimento da manufatura de lã, tendo como consequência o aumento dos preços (Marx, 2023). O movimento construído pela nova nobreza era o da transformação das terras usadas para as lavouras em terras para pastagens de ovelha, ou seja, foi necessário eliminar as habitações camponesas e seus territórios produtivos para que assegurar essa outra centralidade produtiva. Sendo assim, “o que o sistema capitalista exigia, ao contrário, era uma posição servil das massas

populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital” (Marx, 2023, p. 792).

Outros movimentos impactaram diretamente nesse processo, como o impulso na expropriação que ocorreu no século XVI com a estratégia de roubo das terras da igreja no território inglês, dona de grandes territórios. Desse processo impulsionou o adensamento da massa de proletários com a expropriação, mas para além disso, garantiu uma concentração de terras nas mãos de poucos “[...] arrendatários ou habitantes urbanos, que expulsaram em massa os antigos vassalos hereditários e açambarcaram suas propriedades” (Marx, 2023, p. 793). Um dos impactos diretos e mais alarmantes desse processo é o pauperismo, que se apresenta enquanto uma ferida crônica fruto da expropriação e concentração dos meios de produção. Como consolidação desse processo, Marx aponta:

A “Glorious Revolution” (Revolução Gloriosa) conduziu ao poder, com Guilherme III de Orange, os extratores de mais-valor, tanto proprietários fundiários como capitalistas. Estes inauguraram a nova era praticando em escala colossal o roubo de domínios estatais que, até então, era realizado apenas em proporções modestas. Tais terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, por meio de usurpação direta, anexadas a domínios privados. Tudo isso ocorreu sem a mínima observância da etiqueta legal. O patrimônio do Estado, apropriado desse modo fraudulento, somado ao roubo das terras da Igreja – quando estas já não haviam sido tomadas durante a revolução republicana –, constituem a base dos atuais domínios principescos da oligarquia inglesa. Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo, etc. (p. 795-796)

A transformação na essência da relação com a terra e no direcionamento do uso do solo, são essas as bases para o funcionamento predatório que se estabeleceram. A possibilidade de constituir capital a partir da terra, possibilita um novo posicionamento da humanidade diante desse modo de produção social que surgia. A lógica de dominação, a escravidão, as guerras, a corrida internacional pelo acúmulo de riquezas, são alguns dos elementos de desdobramento histórico do que se inicia com os cercamentos de terra - que “[...] significou a extinção, com ou sem a demarcação física das terras, dos direitos comunais e consuetudinários de uso dos quais dependia a sobrevivência de muitas pessoas.” (Wood, 2001, p. 91) -, com a expulsão de camponeses, com a centralidade da produção da lã e a possibilidade de

acumular riquezas a partir dela. Sobre essa dinâmica de transformação para a relação capitalista, Marx define de modo elementar que:

Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. **O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.** (Marx, 2023, p. 786, grifos próprios)

A relação capitalista que aprofunda a separação entre os trabalhadores e sua possibilidade de reproduzir o próprio trabalho se torna o elemento essencial para garantir o abismo entre classes sociais e produzir os movimentos de dependência e subordinação para com os detentores dos meios de produção. Inúmeros são os desdobramentos desse processo, mas destaca-se principalmente o fato que de, no contexto de expropriação descrito por Marx, o último grande passo foi o chamado “[...] *clearing of estates* (clareamento das propriedades rurais, o que significa na verdade, varrê-las de seres humanos)” (2024, p. 800), tendo como consequência substancial o fato de que “[...] **os trabalhadores agrícolas já não encontram o espaço necessário para suas moradias, nem mesmo sobre o solo cultivado por eles**” (*ibidem*, grifos próprios).

Todos esses mecanismos e estratégias foram essenciais para a apropriação da terra pela agricultura capitalista, destrutiva, e a criação da indústria urbana e de uma massa despossuída de suas condições básicas de sobrevivência, numa dinâmica de completa destruição da propriedade social e coletiva. Os bens comuns tornam-se inconciliáveis para o funcionamento do capital, precisam ser exterminados

de todas as maneiras possíveis. Dessa relação de extermínio que se constrói o processo de colonização do sul global enquanto mais um mecanismo de acúmulo de riquezas, que será aprofundado no decorrer do trabalho.

Desse modo, com a destruição da propriedade comum e o estabelecimento da lógica privada de apropriação da terra e dos meios de produção, a concentração se enquadra enquanto um elemento crucial para o desenvolvimento dos grandes capitais, de maneira que,

A partir desse momento, agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem travadas por esse modo de produção. Ele tem de ser destruído, e é destruído. Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, por conseguinte, a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto, a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital. (Marx, 2023, p. 831)

Além desses aspectos, a interpretação de Ellen Wood (2001) sobre essa dinâmica de transformação, auxilia na compreensão de que, diferente de algumas interpretações sobre a mundialização do sistema capitalista, não existe uma fórmula etapista a ser seguida para a concretização e espraiamento da lógica do capital. Ou seja, por mais que em sua fundamentação inicial, no contexto da europa ocidental, a emergência do sistema tenha em sua estruturação as bases do feudalismo, aponta-se uma observação de que:

[...] uma coisa é dizer que o feudalismo europeu foi uma condição *necessária* do surgimento do capitalismo (o que, aliás, outros fatores também foram, como a existência de uma rede de comércio que incluía um mundo muito além da Europa Ocidental), e outra bem diversa é dizer que ele foi *suficiente*. O feudalismo na Europa, mesmo na Europa Ocidental, era internamente variado e produziu diversos resultados diferentes, apenas um dos quais foi o capitalismo. Não se trata apenas de índices diferentes de “desenvolvimento conjunto e desigual”, ou mesmo de fases transicionais diferentes. As cidades-estados autônomas que emergiram na Itália renascentista, por exemplo, ou o Estado absolutista na França, foram formações distintas, cada qual com sua lógica interna de funcionamento, que não precisariam ter dado origem ao capitalismo. Nos casos em que elas desembocaram no capitalismo, isso se deu somente ao entrarem na órbita de um sistema capitalista já existente e das pressões competitivas que ele conseguiu impor a seus rivais políticos, militares ou comerciais. Depois desse momento, nenhuma entrada na economia capitalista pôde ser igual às anteriores, já que todas ficaram sujeitas a um sistema capitalista maior e cada vez mais internacional.” (Wood, 2001, p. 75)

Sobre a rede de comércio mencionada por Wood (2001), cabe aqui destacar que o processo de colonização Brasileira (e latinoamericana) representa uma das mais importantes materializações do movimento de extração de valor colonial para além dos muros europeus. Com a ampliação de territórios de dominação, os países da Europa Ocidental puderam fortalecer as bases para o desenvolvimento do que estava em processo de constituição enquanto capitalismo, utilizando da expropriação e exploração da natureza e dos povos em território como ferramentas para o processo de acumulação.

Clóvis Moura, por exemplo, destaca que “A escravidão no Brasil surgiu de dois fenômenos distintos, mas convergentes” (Moura, 1959, p. 9), sendo o primeiro a “[...] continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que vinha se realizando sua evolução nas primeiras décadas”. Já em relação ao outro fenômeno, que se vincula diretamente à exploração de outros países como o caso do Brasil, era a “[...] consequência dos interesses de nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil.” (*ibidem*).

A colonização, portanto, é incorporada como maneira de acumulação, ampliando as dimensões da ruptura metabólica. Esses elementos serão mais aprofundados no decorrer do trabalho. A partir dos apontamentos destacados acima, nos próximos tópicos serão elencados outros aspectos para compreender mais sobre a dinâmica da mundialização do sistema e sobre o desenvolvimento de seu aspecto mais atual identificado na financeirização. É necessário compreender como se posicionam os países do sul global na dinâmica de acumulação do capital, e como os rebatimentos dessa lógica influenciam nos processos exploratórios da América Latina, e mais especificamente do Brasil como foco do trabalho.

1.3. A Ruptura do Metabolismo Social: Destruição da Natureza, Agricultura Capitalista e o Desenvolvimento Mundial do Capitalismo

A partir da expropriação e a transformação da relação com a Terra, inúmeros efeitos podem ser destacados, assim como já foram abordados até aqui, como o processo de transformação na dimensão de pertencimento e coletividade dos sujeitos com seus territórios, por exemplo, que é afetado materialmente pelo processo de expropriação e expulsão, motivados na dinâmica de acumulação

primitiva do capitalismo. Portanto, não apenas um deslocamento no sentido simbólico de pertencimento com o território, mas principalmente, a efetivação de um impedimento material de permanência e transformação da natureza a partir do trabalho livre originário. A partir desse rompimento,

“[...] uma “ruptura irreparável” havia emergido nesse metabolismo como resultado das relações capitalistas de produção e da separação antagônica entre campo e cidade. [...] Essa estrutura conceitual foi importante pois permitiu que Marx amarrasse sua crítica das três principais ênfases da Economia Política burguesa: a análise da extração do excedente de produção do produtor direto; a teoria correlata da renda fundiária capitalista; e a teoria malthusiana da população, que conectava as duas anteriores.” (Foster, 2023, p. 208)

Para analisar a complexidade desse processo que pode ser compilado na dimensão de falha metabólica, John Foster (2023) no livro “A Ecologia de Marx - Materialismo e Natureza” destaca toda a concepção marxiana sobre os elementos que contribuem para a leitura do impacto do Modo de Produção Capitalista na relação com a natureza. Marx no processo de escrita do *Capital* em 1860, quando analisa as primeiras teorias da agricultura e do arrendamento, se debruçou sobre alguns pesquisadores que estudavam as causas da exaustão da terra. A crítica que constrói sobre a agricultura capitalista se divide em dois aspectos centrais: “i) a crítica de Malthus e Ricardo (uma crítica em que a análise de James Anderson teve um papel central); e ii) uma consideração sobre a segunda revolução agrícola e as implicações da química do solo de Justus von Liebig” (Foster, 2023, p. 208), sendo que a segunda impulsionou a análise de Marx acerca das “[...] condições subjacentes a uma relação sustentável com a terra (*ibidem*).

Por motivos de escolha analítica, estará em destaque o segundo aspecto, sobre a segunda revolução agrícola, em que sua delimitação mais detalhada se encontra no capítulo 5 do livro *A Ecologia de Marx - Materialismo e Natureza* de Foster (2005). A partir disso, destaca-se a importância da construção realizada por Marx, sendo que esse acúmulo foi utilizado como fundamento para a crítica acerca da impossibilidade da sustentabilidade no Modo de Produção Capitalista. Em consonância com essa dimensão se encontra o raciocínio das contradições fundamentais do sistema, que demonstram, também, os movimentos das crises - estruturais, na leitura de Mészáros - e outros desdobramentos essenciais para compreender a lógica de funcionamento do sistema.

Como aponta Foster (2023, p. 216) a partir da construção de Marx e seus estudos, tanto Anderson, como Malthus e Ricardo, ao abordarem suas teorias econômicas, demonstraram a “[...] falta de uma compreensão científica sobre a composição do solo. Isso era mais evidente em Malthus e em Ricardo, que se apoiaram quase exclusivamente em uma concepção de lei natural”. Para Marx, portanto, ao entrar em contato com a contribuição de Liebig sobre conhecimento agrícola, que segundo ele, “[...] o conhecimento agrícola antes da década de 1840 havia enfatizado o papel do esterco e do “poder latente” da terra ou do solo. Uma vez que as propriedades químicas do solo eram desconhecidas naquele tempo.” (*ibidem*, p. 217). Essa falta de compreensão fazia com que fosse frequentemente compreendido que esse “poder latente” atribuído ao solo era “inerentemente limitado e, ao mesmo tempo, indestrutível” (*ibidem*).

Diante dessa perspectiva, é possível destacar o que seria, para alguns autores, a “segunda revolução agrícola”. A primeira revolução era ligada “[...] aos cercamentos e à crescente centralidade do mercado; transformações técnicas incluíram melhorias na adubação, rotação de culturas, drenagem e manejo de animais.” (Foster, 2023, p.217-218). Já a segunda, que ocorreu entre 1830-1880, ou seja, período em que Marx estava em seu processo de apreensão e elaboração do *Capital*, seria caracterizada “pelo crescimento da indústria de fertilizantes e o desenvolvimento da química de solos, associado, em particular, com o trabalho de Justus von Liebig”. A terceira teria ocorrido no processo do século XX, envolvendo a “substituição da tração animal pela tração mecânica na fazenda, [...] e a alteração da genética das plantas (produzindo monoculturas mais limitadas) e o uso mais intensivo de insumos químicos - como fertilizantes e pesticidas” (*ibidem*). Essa “terceira revolução” seria reflexo da “Revolução Verde” que será abordada mais à frente no trabalho.

Tanto Marx e Engels quanto outros estudiosos daquele contexto, ao observar o processo da segunda revolução agrícola, visualizaram que esse processo “no futuro imediato poderia ultrapassar a própria indústria” (p. 218), o que demonstra o impacto das transformações no Modo de Produção Capitalista a partir da transformação da agricultura, principalmente no que diz respeito à artificialização dos processos de manejo da terra em busca do aumento e padronização da produção. Essas transformações se devem ao fato de que tanto a sociedade capitalista europeia e norte-americana, já durante o século XIX, enfrentava problemas

relacionados ao esgotamento da fertilidade do solo, se tornando uma das principais centralidades nos debates daquele momento. O exemplo da Grã-Bretanha trazido pelo autor é um dos mais emblemáticos acerca do escancaramento dos efeitos destrutivos do capitalismo, que a partir do uso desenfreado e degradante do solo, buscavam recursos de fertilização em ossos humanos de antigos campos de batalhas. Além disso, outro elemento disputado foi o guano peruano - excremento de aves marinhas utilizado para a fertilização (Foster, 2023).

Sobre todo esse contexto, Foster afirma que:

[...] na década de 1860, quando escreveu *O capital*, Marx havia se convencido da natureza insustentável da agricultura capitalista, devido a dois acontecimentos históricos de seu tempo: 1) o crescente sentimento de crise na agricultura, tanto na Europa quanto na América do Norte, associada ao esgotamento da fertilidade natural do solo - um sentimento de crise que não era aliviado de nenhuma forma, mas que, ao contrário, ganhava mais ímpeto pelos avanços da ciência do solo; e 2) uma mudança no próprio trabalho de Liebig, no final da década de 1850 e início da década de 1860, em direção a uma forte crítica ecológica ao desenvolvimento capitalista. (Foster, 2023, p. 221)

Instaurava-se nesse contexto, uma crise da fertilidade do solo, na medida que havia uma grande demanda pela fertilização, devido ao uso desenfreado e que era acompanhado de uma queda no processo de fertilidade natural do ciclo metabólico, somado a uma limitação na oferta desses fertilizantes. Além disso, uma dinâmica de deslocamento da produção agrícola para longas distâncias destacava um grande impacto para a perda de nutrientes, fruto do processo de separação e consolidação de um abismo entre campo e cidade. O economista político Henry Carey, no decorrer das décadas de 1840 e 1850, apontava para esses impactos que mais tarde foram aprofundados por Liebig e Marx (Foster, 2023).

Como destaca o autor, “[...] as duas principais discussões de Marx sobre a agricultura capitalista acabaram com explicações de como a indústria de larga escala e a agricultura de larga escala foram combinadas para empobrecer o solo e o trabalhador.” (Foster, 2023, p. 227). Desse modo, Marx elabora um importante conceito para compreender esse processo de desconexão da relação com a natureza, em que na grande propriedade capitalista provocam os desdobramentos supracitados. A partir da exposição de Foster é possível elucidar esse destaque que Marx faz no livro III do *Capital* quando vai abordar a renda fundiária:

[...] a grande propriedade do solo reduz a população agrícola a um mínimo em diminuição constante e opõe-lhe uma população industrial cada vez maior, aglomerada em grandes cidades, gerando assim as condições para uma ruptura irremediável no metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida; dessa ruptura decorre o desperdício da força da terra, o qual, em virtude do comércio, é levado muito além das fronteiras do próprio país (Liebig.). [...] A indústria e a agricultura em grande escala, exploradas de modo industrial, atuam de forma conjunta. Se num primeiro momento elas se distinguem pelo fato de que a primeira devasta e destrói mais a força de trabalho e, com isso, a força natural do homem, ao passo que a segunda depreda mais diretamente a força natural da terra, posteriormente, no curso do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, uma vez que sistema industrial na zona rural também exaure trabalhadores enquanto a indústria e o comércio, por sua vez, fornecem à agricultura os meios para o esgotamento do solo. (Marx, 2017, p. 762-763)

Foster (2023) destaca a relação desse trecho do livro III com a seguinte citação do livro I, quando Marx realiza um debate sobre “A Indústria e a Agricultura em Larga Escala”:

Com a preponderância sempre crescente da população urbana que se amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. [...] Mas, ao destruir as condições desse metabolismo, desenvolvidas espontaneamente, obriga-o, simultaneamente, a restaurá-lo de maneira sistemática, como lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano. [...] E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. [...] Por isso, a produção capitalista a só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (Marx, 1976, p. 637-638 in Foster, 2023, p. 228)

A grande propriedade, portanto, se constitui enquanto a grande arquitetura espacial da expropriação dos sujeitos coletivos. De maneira articulada com o desenvolvimento das forças destrutivas capitalistas no campo, combina elementos de exploração e acúmulo de riquezas ao ser introduzida no âmbito da indústria. Sobre o pioneirismo da destruição no contexto europeu, particularmente na Inglaterra, a partir do processo de acumulação primitiva, a autora Grossi (2014) complementa, a partir das análises de Marx, a relação da grande indústria em sua fusão com a agricultura, constituindo o ponto chave para o entendimento da transformação da relação entre campo e cidade. Destaca-se, portanto, que a

introdução da maquinaria como capital tem como resultado um mecanismo intensivo de produção de mais-valia.

O desenvolvimento da dinâmica produtiva, principalmente verificada no comércio de longa distância de alimentos, tanto para Liebig, como para Marx, “[...] tornavam o problema da alienação dos elementos constitutivos do solo muito mais que uma “ruptura irreparável” (Foster, 2023, p. 229). Verifica-se, portanto, uma cicatriz ineliminável dessa forma social de produção de riquezas, em que a lógica de seu desenvolvimento está calcada em uma ampliação progressiva do distanciamento entre campo e cidade, e na inevitável separação do ser humano em relação à sua possibilidade de reprodução social livre. Sendo assim, destaca-se no trabalho em questão que o que necessita ser devidamente delimitado não é apenas a articulação originária e horizontal da possibilidade de manutenção do metabolismo com a natureza (e perpetuada na experiência indígena, por exemplo, que será novamente retomada), mas principalmente, a forma escolhida no processo histórico de apropriação privada da natureza que se articula a partir da “[...] *separação* entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital. (Marx, 1973, p. 648 in Foster, 2023, p. 232)

Uma ruptura desenvolvida, para Marx, tanto em seu “[...] nível social, com a divisão antagônica entre cidade e campo” (Foster, 2023, p. 239), mas que fica exposta em um “nível mais global: colônias inteiras viram suas terras, recursos e *solo* serem roubados para apoiar a industrialização dos países colonizadores.” (*ibidem*). Todas estas dinâmicas são englobadas no desenvolvimento de um elemento central para esse trabalho, a dinâmica do mercado, que associada ao processo de industrialização e globalização, passa a engendrar um sistema globalizado de dependência, destruição e lucro. Tudo se transforma em mercadoria, principalmente o mais essencial da vida, o alimento:

Praticamente tudo, numa sociedade capitalista, é mercadoria produzida para o mercado. E, o que é ainda mais fundamental, o capital e o trabalho são profundamente dependentes do mercado para obter as condições mais elementares de sua reprodução. Assim como os trabalhadores dependem do mercado para vender sua mão-de-obra como mercadoria, os capitalistas dependem dele para comprar a força de trabalho e os meios de produção, bem como para realizar seus lucros, vendendo os produtos ou serviços produzidos pelos trabalhadores. Essa dependência do mercado confere a este um papel sem precedentes nas sociedades capitalistas, não apenas como um simples mecanismo de troca ou distribuição, mas como o determinante regulador principal da reprodução social. A emergência do

mercado como determinante da reprodução social pressupõe sua penetração na produção da necessidade mais básica da vida: **o alimento**. (Wood, 2001, p. 78, grifos próprios)

A produção de alimentos através do capitalismo passa a se transformar em uma das maiores fixações deste sistema, o que vai ser identificado tanto em suas primeiras manifestações de acumulação, como em suas mais absurdas formas e complexificações contemporâneas. Para além do alimento, cerne da reprodução da vida, base de toda a estrutura humana, social, coletiva, outros elementos da natureza são introduzidos ao raciocínio do lucro e da possibilidade de acúmulo de riquezas. Sendo assim, já no início da era moderna, a economia inglesa, que se destacava por apresentar um novo funcionamento para a ordem mundial, “[...] movida pela lógica de seu setor produtivo básico, que era a agricultura, já estava funcionando segundo princípios e “leis de movimento” diferentes dos que haviam prevalecido em qualquer outra sociedade, desde o alvorecer da história.” (Wood, 2001, p. 103) estas “[...] foram as *precondições* - que não existiram em nenhum outro lugar - do desenvolvimento de um capitalismo maduro, que de fato se basearia na exploração em massa do trabalho assalariado.” (*ibidem*)

O mercado, portanto, assim como destaca Wood, ao descrever como “determinante da reprodução social” (p. 78), se concretizava enquanto um ente regulador da dinâmica social, utilizando de diversos mecanismos para a sua ampliação. Sendo assim, o

“[...] sistema singular de dependência do mercado acarreta requisitos e compulsões sistêmicos específicos, que não são compartilhados por nenhum outro modo de produção: os imperativos da competição, da acumulação e da maximização do lucro. E esses imperativos, por sua vez, significam que o capitalismo pode e tem que se expandir constantemente, de maneiras e em graus que não se parecem com os de nenhuma outra forma social. Ele pode e tem que acumular constantemente, buscar constantemente novos mercados, impor constantemente seus imperativos a novos territórios e novas esferas da vida, a todos os seres humanos e ao meio ambiente natural.” (Wood, 2001, p. 78-79)

O processo de transformação do sistema em escala mundial começa a ser intensificado a partir do momento em que a Inglaterra passa a “[...] impor suas pressões competitivas numa economia internacional” (Wood, 2001, p. 87). Ademais, como aponta Wood (2001), o que se destaca é a maneira como a introdução da dinâmica do sistema capitalista produziu uma estrutura completamente nova de

imperialismo colonial. Ou seja, o que se observa é que mesmo com a existência pretérita de outras nações coloniais, a inovação que surge internamente à Grã-Bretanha, promove uma nova forma de “impulso imperialista” (p. 108). Identifica-se, a partir da autora, uma expansão e disseminação dos imperativos capitalistas que atuavam internamente no mercado, sendo eles a dinâmica “da produção competitiva e do aumento do consumo” (*ibidem*).

O que Wood (2001) analisa e defende é que nitidamente o imperialismo britânico fundamentou o surgimento do primeiro capitalismo industrial do mundo, porém, para além disso, apesar do processo de industrialização ter se constituído das ferramentas imperialistas, não apenas essa articulação promoveu a concretização desse sistema. A autora defende que isso fica nítido ao analisar que “O poder imperial de outras nações européias não surtiu os mesmos efeitos e, às vésperas da Revolução Industrial, o mercado interno ainda era mais importante para a economia britânica do que o comércio internacional” (Wood, 2001, p. 108). Sendo assim, **“o capitalismo agrário foi a raiz do desenvolvimento econômico britânico”** (*ibidem*, grifos próprios). Em outras palavras,

Sem um setor agrícola produtivo, capaz de sustentar uma grande força de trabalho não-agrícola, seria improvável que o primeiro capitalismo industrial do mundo viesse a emergir. Sem o capitalismo agrário da Inglaterra, não haveria massa de despossuídos, obrigados a vender sua força de trabalho por um salário. Sem essa força de trabalho não-agrícola de despossuídos, não haveria um mercado de consumo de massa para os bens cotidianos baratos - como alimentos e produtos têxteis - que impulsionaram o processo de industrialização da Inglaterra. [...] Sem a riqueza criada pelo capitalismo agrário, ao lado de motivações inteiramente novas de expansão colonial - motivações diferentes das de antigas formas de aquisição territorial -, o imperialismo britânico teria sido algo muito diferente do motor do capitalismo industrial em que veio a se transformar. Finalmente (e este é, sem dúvida, um ponto mais controvertido), sem o capitalismo inglês, provavelmente não haveria nenhum tipo de sistema capitalista: foram as pressões competitivas provenientes da Inglaterra, especialmente de uma Inglaterra industrializada, que compeliram outros países, antes de mais nada, a promoverem seu próprio desenvolvimento econômico em direções capitalistas. Nações que ainda agiam com base em princípios pré-capitalistas de comércio, ou numa rivalidade geopolítica e militar que mal diferia, em princípio, dos antigos conflitos feudais pelo território e pela pilhagem, foram guiadas pelas novas vantagens competitivas da Inglaterra a promover seu próprio desenvolvimento econômico em moldes semelhantes. (Wood, 2001, p. 109-110)

Esse é o ponto chave da compreensão acerca da concorrência imperialista, do espraiamento do que estava sendo concretizado enquanto Modo de Produção Capitalista, e da exacerbada e desenfreada disputa internacional pelo acúmulo de

valor. O que Ellen Wood (2001) elucida é que foi a partir da concretização do capitalismo agrário, do estabelecimento de novas relações sociais de propriedade, atreladas à expropriação e violência, que precede o desdobramento da industrialização e a dinâmica sistêmica que pode ser observada atualmente.

Essa “sociedade de mercado” (Wood, 2001, p. 111) em que são estabelecidas inúmeras formas de dependência, tanto para os produtores, ditando o ritmo da produção e a necessidade do mercado “[...] para ter acesso aos meios de subsistência, ao trabalho e à auto-reprodução” ou seja, esse processo “[...] foi não o resultado da industrialização, mas sua causa primária” (*ibidem*). A partir da mudança drástica das relações sociais vinculadas à propriedade foi possível uma completa e “[...] drástica revolução das forças produtivas que foi singularmente característica do capitalismo moderno” (*ibidem*).

[...] o mercado em si veio a se transformar, cada vez mais, num grande eixo da divisão de classes entre exploradores e explorados, entre compradores e vendedores de capacidade de trabalho. Nesse sentido, ele foi um novo instrumento coercitivo do capital, a disciplina máxima de controle da mão-de-obra e um novo terreno da luta de classes. [...] A ascensão do capitalismo não pode ser explicada como resultado de aperfeiçoamentos técnicos, da “tendência de progresso econômico da Europa Ocidental” ou de qualquer outro mecanismo transistórico. [...] Reconhecer isso é crucial para a compreensão do capitalismo - para não falar da compreensão das condições de sua abolição e sua substituição por uma forma social diferente. Devemos reconhecer não apenas a plena força dos imperativos capitalistas, as compulsões da acumulação, da maximização do lucro e da produtividade crescente do trabalho, mas também suas raízes sistêmicas, para sabermos exatamente por que elas funcionam como funcionam. (Wood, 2001, p. 112)

Apreender o mercado enquanto “novo instrumento coercitivo do capital”, como afirma a autora acima, é essencial para avançar no debate sobre a financeirização e como essa estrutura apresenta camadas de violência para as classes sociais. Outro elemento importante abordado na citação de Wood aponta sobre a necessidade de desvelar as estruturas do capitalismo inclusive enquanto estratégia de análise das possibilidades de sua abolição, e esse é um tópico que merece destaque no desdobramento da pesquisa em questão. Como destaca Grossi (2014) a respeito da análise de Marx sobre a falha metabólica, era de que seu intento consistia em “[...] fundamentar a necessidade de construção de outra organização societária” (p. 55), mas não se trata de avistar um horizonte de qualquer outra ordem societária, mas principalmente uma que colocasse em sua centralidade

a necessidade de preservação da relação entre ser humano e natureza. Isso seria estabelecido, pensando no que vem sendo desenvolvido até aqui,

[...] através do trabalho criativo, não subordinado e alienado, exercido por produtores livremente associados. A relação em torno da disputa pelo acesso, distribuição e apropriação dos bens ambientais, e o funcionamento da economia, impõe a consideração sobre a auto-regulação do metabolismo social, onde a natureza seja regida por suas próprias leis e processos naturais, e a sociedade, por suas regras estabelecidas em torno da divisão do trabalho e a distribuição dos bens socialmente produzidos. [...] A abolição das relações de produção, causadoras do antagonismo campo e cidade, impõem o fortalecimento das lutas sociais, que vêm sendo travadas no campo, em torno de outro modelo agrário e ecológico. (Grossi, 2014, p. 55-56)

Ou seja, a partir da leitura de Grossi (2014), destaca-se que é possível compreender “[...] com Foster (2005) que Marx, quando fala de falha irreparável, não afirma que ela seja insuperável, mas que sua reparação não encontra condições imediatas de se realizar” (p. 53). Ou seja, um caminho necessário para a afirmação dessas condições se encontra justamente a partir do desvelamento das raízes desse sistema de mortes, que encontra na ruptura com o metabolismo social, e no estabelecimento da agricultura capitalista, algumas das mais graves expressões. Foster (2023) elucida que “Marx não acreditava, apesar de tais visões serem comumente atribuídas a ele, que a resposta para os problemas do desenvolvimento agrícola era simplesmente aumentar a escala de produção” (p. 241).

Em vez disso, sua análise o ensinou os perigos da agricultura em larga escala, ao mesmo tempo que o ensinou que a principal questão era a interação metabólica entre os seres humanos e a terra. Portanto, a agricultura poderia ocorrer em uma escala razoavelmente larga somente onde as condições de sustentabilidade fossem mantidas - algo que ele acreditava ser impossível sob a agricultura de larga escala capitalista. Marx escreveu no livro III d’O *Capital* que “A moral da história é que o sistema capitalista se opõe a uma agricultura racional, o que a agricultura racional é incompatível com o sistema capitalista (mesmo que este promova o desenvolvimento técnico na agricultura) e precisa dos pequenos agricultores que trabalham para si mesmos ou do controle dos produtores associados.” (Marx, 1976, p. 216 in Foster, 2023, p. 241)

Sendo assim, tem-se estabelecida a “[...] necessidade de alterações qualitativas na relação entre sociedade e natureza, pois, sob o imperativo do capital, as mesmas não podem ser reparadas imediatamente, a partir das condições materiais disponíveis” (Grossi, 2014, p. 53). O que se compreende, portanto, é que, “a busca de superação desta falha requer o acirramento de contradições com o

modo de reprodução do capitalismo” (*ibidem*). Para além disso, verifica-se que há a exigência da “[...] abolição deste modo industrial de produção e pela livre associação dos produtores, onde o controle das trocas materiais com a natureza no processo produtivo e a extinção da propriedade privada são condições centrais. (Grossi, 2014, p. 59)

Isto posto, torna-se evidente constatar que não existe uma fórmula mágica para a concretização desse processo. Foster (2023) destaca que não existe nenhuma indicação no conjunto da obra de Marx em que fosse possível definir sua crença em um estabelecimento de uma outra relação com a terra, a partir de uma dimensão mais sustentável, que surgisse de maneira consequente com a transição ao socialismo.

Em vez disso, ele reforçava a necessidade de planejamento nessa área, começando com medidas voltadas para a eliminação da divisão antagônica do trabalho entre cidade e campo. Isso incluía a dispersão mais uniforme da população, a integração da indústria e da agricultura e a restauração e aperfeiçoamento do solo por meio da reciclagem de nutrientes do solo. Tudo isso, obviamente, requeria uma transformação revolucionária na relação humana com a terra. (Foster, 2023, p. 247)

A inteligência de todo esse processo aponta para diversos horizontes analíticos, em que a partir da leitura das bases e fundamentos de todo o sistema em seu surgimento e concretização, é possível trazer à luz as contradições inerentes, as repercussões desta para as relações sociais e sua complexificação identificada nos novos elementos da contemporaneidade. Pontuando e seus rebatimentos na realidade brasileira e na vivência dos Povos dos Campos, Águas e Florestas. Desse modo,

Pelo exposto, estamos convencidos de que a produção marxiana nos fornece bases necessárias para a compreensão das relações entre sociedade e natureza que se erguem sob o capitalismo, ao evidenciar que a degradação do ambiente se explica através de questões econômicas e políticas relacionadas ao duplo processo de exploração do trabalho e da natureza. Assim, o conceito de falha metabólica é utilizado para apreender o processo de alienação de ambos, através da síntese entre a agricultura e a indústria. (Grossi, 2014, p. 59)

Para além disso, Grossi (2014) complementa que, a partir da compreensão da articulação histórica entre a o rompimento da relação originária entre ser humano e natureza, consolidado a partir do processo de expropriação das terras, e da

conformação das bases do sistema capitalista no período histórico da acumulação primitiva, é possível considerar que essas são as raízes do que se denomina enquanto Questão Ambiental - que será mais aprofundada no decorrer do trabalho. Esse processo, portanto, corrobora para a análise de que “[...] a pilhagem dos recursos naturais é uma tendência intrínseca ao capital” (Grossi, 2014, p. 42), e é justamente esse funcionamento umbilical que é aprofundado e frequentemente reafirmado “[...] no atual processo de acumulação capitalista, hegemônico pela financeirização, em função da ampliação da escala e do ritmo cada vez mais acelerado de produção, demandando novos espaços sociais e físicos” (*ibidem*).

2. CAPÍTULO II: A CRISE DO CAPITAL, VIOLÊNCIA E A EMERGÊNCIA DA FINANCEIRIZAÇÃO

Em salto analítico, o capítulo em questão pretende traçar os principais movimentos de aprofundamento das relações capitalistas e suas complexificações históricas, econômicas e sociais. Buscando entender algumas das crises centrais até a chegada da chamada crise estrutural, elaborada por Mézáros (2011), o primeiro tópico aponta para a violência enquanto dimensão estrutural, e quais os impactos diante da tentativa de manutenção irrestrita das taxas de lucro nos países centrais. Pretende-se sinalizar como isso se articula com o lugar de subalternidade colocado para os países periféricos ao sistema mundial, como o caso do Brasil.

No segundo momento busca-se aproximar mais dos processos de reconstrução e das escolhas do capitalismo para as saídas de suas crises, tendo a financeirização enquanto elemento central para essa análise. A partir das contribuições de Carcanholo (2008) e Lapyda (2023), o tópico tem a intenção de facilitar a compreensão da financeirização enquanto uma etapa de aprofundamento na relação de acúmulo de riquezas. Buscando recuperar momentos históricos importantes que levaram a essas transformações.

No terceiro e último tópico do capítulo, busca-se dialogar a partir de Netto (2012), Menegat (2000; 2011) e Galeano (2012), sobre esse fundamento violento e anti-humano que estruturam as relações capitalistas. Aponta-se para a barbárie como o caminho pelo qual percorre desde o fundamento até a complexificação

desse sistema, podendo verificar como os impactos recaem de maneira assimétrica para o Sul Global, em especial para a América Latina.

2.1. Crise Estrutural do Capital: A Atualização da Destruição como Alavanca de Acúmulo de Riquezas

O tópico em questão irá abordar o processo de complexificação do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, identificado a partir de suas crises. Além disso, procura-se apontar os principais rebatimentos desse processo para a dimensão econômica, política e social. Em destaque, pretende-se delimitar o percurso para o surgimento do que se denomina enquanto crise estrutural do capital (Mészáros, 2011), que não mais pode ser vista meramente enquanto processo cíclico, ou até mesmo parte de uma onda longa. Evidencia-se, portanto, como essa dinâmica desvela as diversas (e antigas) estratégias de acúmulo de riquezas, inclusive através da destruição. A financeirização, por exemplo, surge enquanto uma resposta à crise, e passa a se constituir como uma das principais ameaças do sistema mundial na atualidade.

Para realizar uma breve análise acerca das crises do capitalismo e a forma como o sistema cria rearranjos para sua expansão e ampliação da apropriação de riquezas, Mészáros (2011) contribui muito em “Para Além do Capital”, ao analisar de forma densa o sistema capitalista, promovendo inúmeras reflexões sobre seus processos mais importantes e desvelando suas principais articulações para a compreensão de sua expressão na contemporaneidade. A partir da leitura que realizou d’O Capital de Marx, construiu um raciocínio necessário para o que denominou de Crise Estrutural do Capital, e é a partir dessa perspectiva que se seguem os próximos parágrafos.

Faz-se necessário pontuar, a partir do que Mészáros absorve em sua leitura marxiana, que há uma demanda constante do Capital em novas buscas expansionistas para uma ampliação no acúmulo de riquezas por parte da classe dominante. Essa é, de forma central, uma das ferramentas necessárias para a construção das saídas para suas crises. Ou seja, “A tendência universalizadora do capital, que nos trouxe ao ponto em que hoje estamos, emanou de seu “impulso ilimitado e infinito para superar a barreira limitadora”, qualquer que tenha sido esta:

obstáculos naturais ou fronteiras culturais e nacionais.” (Mészáros, 2011, p. 252) Para além disso, “[...] a mesma tendência universalizadora era inseparável da necessidade de deslocar os antagonismos internos do sistema por meio da constante ampliação da escala de suas operações. (*ibidem*)

Essa compreensão é extremamente importante para sinalizar o *modus operandi* insaciável que permeia o Modo de Produção Capitalista, e que em processo de complexificação, cada vez mais universal e ampliado, tem a destrutividade enquanto uma de suas maiores expressões. Portanto,

É da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal. A própria ideia de “restrição” é sinônimo de crise no quadro conceitual do sistema do capital. A degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior. É por isto que durante o seu desenvolvimento histórico se excedeu o capital em todos os planos – incluído seu relacionamento com as condições básicas da reprodução sociometabólica –, mas estava destinado a fazê-lo cedo ou tarde. (Mészáros, 2011, p. 253)

O processo destacado acima escancara dimensões contraditórias do sistema capitalista que, em se direcionar para uma expansão ilimitada, a partir desse imperativo de “autorreprodução”, o próprio sistema caminha para uma dinâmica autodestrutiva com contradições estruturais, atingindo todos os limites possíveis, tanto da natureza quanto da própria humanidade.

Retomando à crise, o que o autor (Mészáros, 2011) afirma é que, em processo histórico, não se pode mais considerar que as crises são cíclicas ou meramente transitórias, elas passam a assumir uma dinâmica “estrutural crônica”, ou seja,

Após a Segunda Guerra Mundial, na euforia que dominou por um bom tempo após o estabelecimento das Nações Unidas e das várias agências econômicas internacionais inspiradas nos Acordos de Bretton Woods, as personificações do capital prometeram as iluminadas relações sociais e econômicas de um mundo radicalmente diferente, reiterando absurdamente, mesmo após a dramática implosão do sistema soviético, suas promessas de uma “Nova Ordem Mundial”. Contudo, absolutamente nada frutificou das promessas solenes de uma “sociedade imparcial e justa para o benefício de todos”. Ao contrário, dadas as premissas e os imperativos operacionais necessários do capital como um modo de controle, **tudo o que o sistema poderia realizar seria transformar uma das suas crises periódicas mais ou menos temporárias e conjunturais em uma crise estrutural crônica,**

afetando diretamente, pela primeira vez na história, toda a humanidade. (Mészáros, 2011, p. 632, grifos próprios)

Mészáros (2011) assegura que existe uma gravidade explícita acerca da crise estrutural, sendo assim, não se pode titubear a respeito de seu perigo para a sobrevivência humana. Uma crise estrutural “sem precedentes históricos” e que impacta “o modo de controle do capital em suas raízes” (p. 898). Diante da tensão resultante de uma taxa de lucro em forte declínio, o que se observa é que “[...] a margem de manobra da ação política tradicional tem sido reduzida à função de executar servilmente os ditames postos pelas necessidades mais urgentes e imediatas de expansão do capital [...]” (p. 1000).

Nesse intermédio, os Estados demonstram nitidamente seus verdadeiros compromissos com o mercado, de modo que possui um “papel vital” para a “[...] manutenção, com todos os meios ao seu alcance, do sistema de produção capitalista [...]”. O autor exemplifica esta dimensão ao pontuar sobre “[...] a ascensão meteórica dos representantes autodesignados das grandes empresas e dos grupos financeiros aos mais elevados postos políticos do executivo” (p. 1001), sendo essa apenas uma das ações explícitas identificadas em diversos países. A crise política, que é visível na superfície, na aparência, denuncia um processo estrutural e completamente articulado com a crise do sistema capitalista como um todo.

Portanto, a política – que nada é se não for a aplicação consciente de medidas estratégicas capazes de afetar profundamente o desenvolvimento social como um todo – é transformada em mero instrumento de grosseira manipulação completamente desprovido de qualquer plano global e de uma finalidade própria. [...] fica condenada a seguir um padrão de movimento reativo tardio e de curto prazo, em resposta às crises desconcertantes que necessariamente irrompem, numa frequência crescente, na base econômico-social da produção autossaturante de “commodities” e da acumulação do capital que se autoinvalida. [...] **trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade.** (Mészáros, 2011, p. 1001, grifos próprios)

As instituições do capitalismo, assim como aponta Mészáros, “[...] são inerentemente violentas e agressivas: elas são edificadas sobre a premissa fundamental que prescreve a “guerra, se falham os métodos “normais” de expansão” (2011, p. 1001). Todo e qualquer processo de destruição recorrente, sendo através de mecanismos mais ou menos explicitamente violentos, são inerentes e uma condição necessária para que se cumpra com a “normalidade” do sistema

capitalista, ou seja, “[...] condição vital para sua recuperação das crises e depressões.” (*ibidem*).

Esses aspectos apontam para uma condição permanentemente visível na história do sistema capitalista, em que, diante da lei do mercado, há como impulso resultante diversos impactos e problemas sociais que estão imbricados ao processo produtivo e à concentração enquanto dinâmicas essenciais do sistema, sendo esses não diretamente solucionados, como destaca Mészáros (2011). Estes são, portanto, deslocados para o plano militar e mediados a partir de guerras e destruição. O que é identificado é que o “crescimento e expansão são necessidades imanentes do sistema de produção capitalista, e quando os limites locais são atingidos não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças” (Mészáros, 2011, p. 1002), e essa velha condição é vista, por exemplo, desde o processo de violência contra todo e qualquer país já colonizado, como é o caso do Brasil.

Como indica a história do capitalismo, não há nenhuma novidade na condição da destruição enquanto ferramenta expansiva. Ela surge desde as primeiras expropriações de terra internamente na Europa, perpassa todas as invasões colonialistas, se estende na dimensão do domínio de países centrais na atualidade, e se diversifica com novas expressões através de empresas capitalistas - diretamente articuladas aos Estados localizados no centro do sistema - que executam a destruição de territórios, populações, e da natureza (principalmente em países periféricos).

Pensando neste traço estrutural do capitalismo construído a partir da violência e destruição, vale lembrar como o processo de colonização se constituiu enquanto importante ferramenta de ampliação de capital, produzindo impactos decisivos na maneira como o Brasil, e a América Latina, se posicionam nas relações mundiais capitalistas na atualidade. Para isso, destacam-se as reflexões de Caio Prado Júnior e de Florestan Fernandes que auxiliam nessa interpretação.

Diante do processo de colonização do território brasileiro, compreende-se que este apresenta, como algumas de suas dimensões centrais, o genocídio indígena, a constituição de um processo de produção de valor vinculada à exploração da mão de obra negra escravizada, à deploração da terra fértil e à exploração completa de riquezas. Desse modo, não é possível eliminar essa trajetória de conformação da realidade brasileira, ao pensar no nível de acúmulo de riquezas dos países centrais,

articulado à forma como o Brasil foi inserido na dinâmica internacional do capital. O processo do estabelecimento de novas relações sociais no território que vem a ser denominado Brasil, foi diretamente impactado com as transformações que aconteciam no contexto Europeu, tendo como uma importante dimensão o momento em que Portugal, “[...] desliga-se, por assim dizer, do continente e volta-se para o Oceano que se abria para o outro lado; não tardará, com suas emprêsas e conquistas no ultramar, em se tornar uma grande potência colonial” (Júnior, 1942, p. 13-14).

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fôssem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverter seus cabedais e recrutar a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Êste início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. [...] O “sentido” da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquêle caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial dêste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar. (Júnior, 1942, p. 25-26)

Caio Prado (1942), ao conduzir as reflexões sobre o processo de produção mercantil ser o direcionamento e sentido da colonização, promove caminhos de compreensão importantes para a desnaturalização acerca da conformação do território, e que auxiliam na articulação do entendimento a respeito do impulso expansivo do capital. O cerne da história de violência para com as populações que aqui já estavam constituídas, povos indígenas, e em relação posterior com os negros vindos da diáspora africana, assim como, o processo de expropriação e extorção de todos os bens naturais que foram encontrados - além daqueles que seriam produzidos para a mesma finalidade - teve como fundamento a busca pela aplicação comercial e pelo acúmulo de riquezas. Faz-se necessário desvelar a intencionalidade dos processos, já que como destaca Florestan, “os processos econômicos são concebidos como se fossem parte de um sistema natural” (2008, p. 174).

Sobre o posicionamento da América Latina, e particularmente do Brasil, em articulação ao sistema mundial capitalista, é importante considerar que, para além do discurso difundido a respeito da competitividade ser um princípio natural, fundamental, possível e necessário - entre todo e qualquer capitalista -, a realidade é que existe uma lógica no funcionamento do capital que impõe o fato de que:

[...] há uma diferença óbvia entre as economias centrais e hegemônicas e as economias periféricas e heteronômicas. Essa diferença consiste em que as segundas são caudatárias das primeiras e se organizam para beneficiar, de uma forma ou de outra, o seu desenvolvimento. Por isso, na prática, por uma inversão da realidade (como se a economia central se reproduzisse na economia periférica ao revés, para alimentar não o seu desenvolvimento, mas o desenvolvimento da economia dominante). (Fernandes, 2008, p. 174)

Assim, a partir da imposição econômica, social e política de subalternidade, é possível visualizar, considerando o fundamento do sistema capitalista e as bases de constituição do que se entende por território brasileiro, quais os impactos dessas condições para as relações sociais e de produção estabelecidas. Associado à essa dinâmica, diversas serão as estratégias construídas no Brasil para que essa subalternidade, não só aconteça em uma dimensão macro-societária, mas também se expressem nas relações internas aqui desenvolvidas.

Isto posto, fica nítido que a estratégia de expansão do capital - através de processos de violência e destruição - para a saída da crise, são estruturais e historicamente reconhecidas. Compreender as bases desse movimento, as particularidades de inserção do Brasil nessa dinâmica mundial, e as expressões consequentes de todas as contradições estruturais, são necessárias para a leitura e interpretação das crises e das estratégias de que são construídas para sua amenização vistas na atualidade.

Tendo como base de análise o lugar da violência e exploração, retomemos à crise do capital e suas novas possibilidades de acúmulo de riquezas. Para Carcanholo (2011), “a atual crise pela qual passa o capitalismo contemporâneo só pode ser um desdobramento dialético das contradições que foram desenvolvidas nesta fase histórica” (p. 73). Ou seja, o autor considera que as próprias contradições do capitalismo encadeiam a crise estrutural identificada atualmente no processo de acumulação do capital.

Para compreender a condição de reestruturação e surgimento de novos âmbitos de exploração, é necessário retomar pontos importantes de constituição do

capitalismo contemporâneo, destacando principalmente os rebatimentos da crise estrutural dos anos 60/70 (Carcanholo, 2011), em diálogo com as análises realizadas por Mészáros anteriormente pontuadas. Para Carcanholo, portanto, acerca do processo de transformação advindos desse momento histórico do capital, destaca-se que:

Suas possibilidades, limites, lógica, só são inteligíveis considerando-se: (i) o processo de reestruturação produtiva que, dentre outros aspectos, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, elevou a taxa anual ou periódica de mais-valia, conseqüentemente da taxa anual ou periódica de lucro (Marx, 1988, vol. III, seção II); (ii) as reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram no aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quanto nos países periféricos; (iii) o aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, seja por mecanismos ligados à concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou ainda por formas de remessa de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos, em função do investimento direto estrangeiro; (iv) a expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira, que estão na raiz do processo dado em (iii); (v) a mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício. (Carcanholo, 2011, p. 73-74)

O capital fictício, importante elemento nesta conjuntura de acumulação, para Carcanholo, só é possível de ser compreendido a partir do que Marx “[...] chama de autonomização/substantivação das formas do capital (Marx, 1988, vols. IV e V, seções IV e V)” (2011, p. 74). Ou seja, a partir das análises de Marx, o autor considera ser possível entender que o capital fictício “é o desdobramento dialético do [...] capital de comércio de dinheiro, passando pelo capital a juros e culminando no capital fictício” (*ibidem*). Sendo essa dimensão considerada à medida em que “a unidade contraditória do capitalismo expressa pelo processo de produção e o de apropriação do valor se acentua” (*ibidem*).

O desenvolvimento da autonomização das formas do capital e a separação entre o capital-propriedade e o capital-função permitem o aparecimento do que Marx chamou de mercadoria-capital. É possível, a partir disso, que o capitalista-proprietário abdique de utilizar seu capital-dinheiro como meio para inserir-se no processo de produção de mercadorias e empreste seus recursos para outro capitalista que pretenda fazê-lo. Esse capital-função entrará no processo de circulação do capital, comprando meios de produção e contratando força de trabalho, produzindo mercadorias com um valor acrescido, um excedente ou mais-valia, e vendendo essas mercadorias. A partir do resultado obtido, com a realização da mais-valia, esse capital-função poderá pagar o seu empréstimo, acrescido dos juros (remuneração do capital-propriedade, ou seja, do capital portador de juros),

e mesmo assim poderá apropriar-se de um lucro. Juros constituem o rendimento do capital-propriedade, enquanto lucro constitui o rendimento do capital-função. (Carcanholo, 2008, p. 259)

A contradição se coloca a partir do momento em que, o juros acumulados via empréstimo de capital produz como resultado que “[...] todo rendimento obtido a partir de uma determinada taxa de juros aparece como se fosse o resultado da propriedade de um capital com essa possibilidade” (Carcanholo, 2011, p. 74). Não obstante, o rendimento futuro, seja ele fruto de uma propriedade de capital ou não, passa a aparecer como tal.

Tanto é assim que, de fato, esse direito de apropriação futura pode até ser repassado (vendido) no mercado para outros indivíduos, quando adquirem esse direito, em troca de uma determinada massa de valor-capital. Assim, um capital (fictício) se constitui (passa a existir) com base na promessa de apropriação de uma fração de valor que ainda nem foi produzida. Para o proprietário individual, que comprou o direito de apropriação futura de valor, constitui, de fato, seu capital. Entretanto, do ponto de vista da totalidade do capitalismo, constitui um capital fictício, na medida em que tem como base a mera expectativa de algo que pode nem se constituir. (Carcanholo, 2011, p. 74-75)

Isto posto, a lógica do capital fictício possibilita a constituição de processos de liberalização (desregulamentação e abertura) dos mercados financeiros (Carcanholo, 2011). Ou seja, nesta perspectiva, a partir dos anos 70 se coloca para os capitais um grande e curioso estímulo no processo de apropriação de riquezas, implicando que todas as inovações financeiras se direcionam à uma busca intensiva na capacidade de “[...] criar/encontrar/aprofundar espaços de valorização para uma massa de capital que estava, naquele momento, superacumulada, isto é, que havia sido produzida em excesso, para além das condições de manutenção das taxas de lucro então observadas.” (*ibidem*, p. 75)

[...] do ponto de vista da totalidade da economia capitalista, esse capital é fictício, uma vez que tem como base a participação de títulos de crédito em rendimentos futuros, que podem nem se realizar; além do que o mesmo título pode ser revendido inúmeras vezes, a partir da mesma taxa de juros, formando várias propriedades (direitos de participação) com base em apenas um montante de capital inicial, que pode nem completar o seu processo de circulação. (Carcanholo, 2008, p. 260)

Os impactos dessa estrutura de funcionamento possibilitam uma resposta à crise estrutural que surge nos anos 70, impactando no surgimento de novos espaços

de valorização, além de diminuir o tempo de rotação do capital (Carcanholo, 2011). Porém, outra contradição elementar se apresenta, à medida em que a intensificação do capital fictício não está inserida diretamente no processo de produção de valor, implicando que “[...] o seu crescimento significa a expansão de títulos de apropriação sobre um valor que não é necessariamente produzido na mesma proporção” (*ibidem*, p. 75). Sendo assim, para o autor, uma relação dialética essencial está posta:

Quando uma massa crescente do capital se especializa na mera apropriação de valor, e este não é produzido na mesma magnitude, prevalece a *disfuncionalidade* do capital fictício para o modo de produção capitalista. Esta dialética do capital fictício, em sua funcionalidade e *disfuncionalidade* para o capital total, nos permite entender de alguma forma o capitalismo contemporâneo. Enquanto prevaleceu a funcionalidade, em conjunto com os outros elementos da resposta do capitalismo para sua crise, o capitalismo apresentou alguma dinâmica de acumulação. A nova crise estrutural do capitalismo, neste início de século XXI, se explica justamente pelo predomínio da *disfuncionalidade* da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total. (Carcanholo, 2011, p. 75-76)

Evidencia-se, portanto, que a prevalência da *disfuncionalidade* do capital fictício é um elemento crucial de análise do sistema financeiro e seus diversos impactos no mecanismo de acúmulo de riquezas, e como consequência, no surgimento de novas crises que provocam novas formas de expansão e exploração como resposta. O capital fictício em si, não produz valor excedente (mais-valia), justamente porque ele não está diretamente associado ao processo produtivo, como aponta Carcanholo (2008), sua função está mais atrelada à sua capacidade de possibilitar e facilitar o financiamento desse capital produtivo. O capital fictício vai constantemente buscar se apropriar do excedente, através do juros, possibilitando a articulação e dinamização do capital global. Dessa maneira, “[...] se a lógica da apropriação de mais-valia é alastrada/expandida, em detrimento da produção do excedente, uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos” (Carcanholo, 2008, p. 261).

Sobre esse impulso expansionista do capital, a partir de uma dinâmica insustentável que não se articula diretamente com a produção do valor, provoca-se uma constante agitação nos processos de crise. Desse modo, articulado à relação de dependência entre periferia e centro capitalistas, cabe destacar algumas considerações sobre a forma como o capital busca construir saídas insuficientes de recuperação diante de seus problemas estruturais. A partir disso, a acumulação

através do processo de financeirização, constitui-se enquanto elemento central de análise da conjuntura contemporânea do capital e seus impactos para a intensificação em processos de violência e acúmulo de riquezas através da exploração da natureza, principalmente em países periféricos ao sistema.

2.2. A Nova Dinâmica de Acumulação a partir da Financeirização: Uma Resposta à Crise do Capital

Em relação às crises do capital e suas conseqüentes transformações, Carcanholo (2008) destaca que torna-se impossível compreender “[...] a lógica contemporânea de acumulação de capital em escala mundial sem observar a crise do capitalismo nos últimos 40 anos, assim como as respostas encontradas por ele na tentativa de recompor as condições de uma acumulação ampliada” (p. 249). A partir da perspectiva das crises, o autor aponta que estas são um resultado direto de suas próprias contradições. Desembocam-se a partir da

[...] irrupção da contradição entre a produção de mercadorias e a realização dos valores produzidos e, ao mesmo tempo, de recomposição da unidade contraditória entre os dois pólos, produção e realização (apropriação – circulação). A recomposição da unidade é justamente o restabelecimento das condições de valorização, a partir das próprias conseqüências da crise, e, portanto, o que fornece à crise uma característica cíclica. (Carcanholo, 2008, p. 249)

Para Carcanholo (2008), a estrutura do Modo de Produção Capitalista, direciona uma dinâmica de produção ilimitada de mercadorias, associada a um consumo exacerbado, tendo sua expansão vinculada ao impulso ampliado da acumulação, em que estas dinâmicas se encontram cercadas por barreiras de realização de valor. São as barreiras que promovem o impedimento de “[...] que a maior demanda consiga realizar o crescente valor produzido. O que constrói essas barreiras e, portanto, se constitui na causa das crises é a contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista” (*ibidem*, p. 249). Desse modo, o que pode ser assimilado é que,

[...] as crises capitalistas se definem como uma superacumulação, isto é, uma superprodução de capital incapaz de continuar obtendo seus níveis de lucratividade anteriores. Superprodução de capital e redução da taxa de lucro são características das crises de superacumulação de capital. Além do

mais, essas duas características, dado o processo de concorrência intercapitais, provocam uma expansão da concentração/centralização do capital, que se transforma em um crescimento da composição orgânica média do capital (produtividade média), reforçando o efeito de redução da taxa de lucro do sistema. (Carcanholo, 2008, p. 249-250)

Na perspectiva do autor (Carcanholo, 2008), a crise dos anos 70/80 foi um marco importante acerca do processo de redução da taxa de lucro, atrelada à superprodução do capital. A recomposição da lucratividade, buscada a partir de três direcionamentos, foram algumas saídas escolhidas para enfrentar essa dimensão importante para a manutenção do sistema. Desse modo, atrelou-se a necessidade de “[...] reduzir os custos salariais, consideravelmente elevados nos tempos de Welfare State” (p. 251); além disso, “demandou-se a redução da tributação sobre investimentos, ou melhor, sobre os rendimentos que podem financiar investimentos, os lucros.” (*ibidem*). De maneira articulada, escolheu-se instaurar “[...] um processo de reestruturação produtiva baseado na aceleração da rotação do capital, de forma que, [...] fosse possível a ampliação da produção do excedente, mantendo-se o volume de capital aplicado, o que eleva as taxas de lucro nesse período”. (*ibidem*)

Por isso, a resposta do capital a esse primeiro aspecto de sua própria crise foi: (i) pressão por desregulamentação e flexibilização dos mercados, em especial do mercado de trabalho; (ii) política tributária regressiva, desonerando os altos rendimentos; e (iii) redução do tempo de rotação do capital. [...] Era preciso encontrar outra esfera para que esse capital produzido em excesso conseguisse valorizar-se. Não é por acaso que os processos de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças tenham sido acelerados nesse momento. A expansão do capital fictício, dentro do que alguns chamam de financeirização, em busca da apropriação financeira cada vez menos baseada no processo direto de produção de mercadorias, é a resposta do capital a esse outro aspecto de sua própria crise. (Carcanholo, 2008, p. 251)

O neoliberalismo, de maneira articulada, se constitui enquanto a outra face da tentativa de responder a crise dos anos 70, sendo o “[...] aspecto político, ideológico e econômico, teve o papel de garantir as condições de lucratividade interna (desregulamentação e flexibilização dos mercados — principalmente o de trabalho) e externa (pressão por desregulamentação e abertura dos mercados comerciais e financeiros)” (Carcanholo, 2008, p. 252). A crise que colocou em questão a chamada “era do ouro” do capitalismo, impulsionou uma nova etapa de expansão do capital (Assunção; Monsalve e Rocha, 2023). A partir desse processo, houve um impulso maior para a abertura e ampliação de novos mercados mundiais, que inclusive

aprofundaram a dinâmica de “[...] apropriação privada dos bens da natureza e dos territórios, em especial no Sul global” (*ibidem*, p. 14).

O movimento iniciado a partir da crise de 70, ganhou corpo, impulso e complexificação a partir da crise de 2008, marcada pelo colapso financeiro global desencadeado por uma bolha imobiliária nos Estados Unidos (Assunção; Monsalve e Rocha, 2023). O colapso financeiro foi fruto de uma forte intensificação na concessão de empréstimos e mutuários de alto risco, atrelados a uma subsequente queda nos preços dos imóveis. Como afirmam os autores, essa crise teve como consequência o surgimento de “[...] **novos marcos regulatórios** que revogaram a separação entre bancos comerciais e de investimentos e a remodelagem do sistema financeiros que **possibilitou a emergência de novos centros financeiros globais**” (Assunção; Monsalve e Rocha, 2023, p. 14).

Tem-se, portanto, o surgimento de uma nova arquitetura da acumulação de capital, apresentando entre suas características, a presença de novas empresas de investimentos, associadas a fundos de alto risco; um aumento dos fundos de pensões e crescimento de companhias de seguros e novos tipos de gestores de capital de risco (Assunção; Monsalve e Rocha, 2023). Uma das dimensões mais graves e que constituem a centralidade deste trabalho, se encontra no fato de que:

Se o processo de financeirização possibilita a abertura de novos mercados especulativos e a emergência de novos agentes, também cria as condições para a mercantilização de novos espaços. Dito de outra forma, **constitui novos ativos que possam ser negociados nos mercados financeiros globais: a natureza, a terra, os oceanos, a água doce, as cidades e outros elementos de uso comum são transformados em oportunidades de valorização para os capitais especulativos.** (Assunção; Monsalve e Rocha, 2023, p. 14)

A possibilidade de introdução massiva dos bens da natureza nos mercados financeiros globais representa mais um passo dado pelo capitalismo em direção à barbárie - que será mais aprofundada no decorrer do tópico -, iniciado desde a crise estrutural fundada a partir dos anos 1970. À essa arquitetura se associa a falácia do dinheiro gerador de dinheiro, que ofusca a materialidade da fonte de riquezas extraída a partir da força de trabalho e dos bens da natureza. De maneira geral, a financeirização, de acordo com Lapyda (2023), se vincula a esse processo de construção do neoliberalismo “[...] e ao tipo de globalização que ele impulsionou” (p. 23).

Como argumenta o autor, o surgimento da financeirização está diretamente relacionado a um processo histórico de transformação nas relações de produção, que impactam na produção de um contexto econômico muito específico. Dessa maneira, “[...] seu sucesso decorre dos esforços organizados das classes (e Estados) dominantes, combinados a um contexto histórico-político particular de enfraquecimento das resistências sociais e ideológicas da classe trabalhadora.” (Lapyda, 2023, p. 23)

Lapyda (2023) destaca que, para compreender o surgimento da financeirização, é necessário analisar algumas características impulsionadas pelo processo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e seus rebatimentos para o sistema mundial. O regime de acumulação predominante nos países centrais ao sistema capitalista, com destaque para os Estados Unidos, países da Europa Ocidental e posteriormente o Japão, era o denominado fordismo-keynesianismo - que tinha como espelho as orientações de Henry Ford para o âmbito produtivo, e de John Keynes para o âmbito econômico.

Diante dos embates da guerra, houve o processo histórico que culminou no cenário que propiciou a consolidação dos Estados Unidos enquanto grande potência imperialista. Para além disso, o que viria a impactar toda a dinâmica econômica, política e social internacional, haviam outros países tanto na Europa, quanto o Japão, que sofreram impactos decorrentes da guerra e necessitavam de impulsos financeiros para sua reconstrução (Lapyda, 2023). O acordo de Bretton Woods, de 1944, é construído nesse processo histórico, sendo definido como:

Uma série de disposições aceitas pelos países do centro capitalista - capitaneados pelos Estados Unidos -, visando organizar as bases da economia mundial. Entre as principais decisões tomadas, estava a definição do dólar como a principal moeda para transações internacionais, tendo o ouro como lastro (o chamado padrão dólar-ouro). Isso significava que cada dólar emitido possuía uma correspondência em ouro, limitando em alguma medida a expansão monetária. Também foi estabelecido um sistema de câmbio fixo entre as moedas dos países, além da criação de instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional). (Lapyda, 2023, p. 24-25)

Esse momento histórico levou ao impulso de surgimento de diversas empresas e pela busca por novos mercados - por parte dos países centrais - destacando um movimento de implementação de multinacionais. De forma articulada, “[...] parte da periferia do sistema mundial avançou em seu processo de

industrialização, como no caso do Brasil” (Lapyda, 2023, p. 25). A partir de meados da década de 60, apresenta-se um cenário de queda da taxa de lucro das empresas dos países centrais, isso deve-se, entre outras explicações, ao “[...] término da reconstrução da Europa e Japão, e a industrialização da periferia”. Portanto, houve um “[...] acirramento da concorrência, já que a indústria dos países reconstruídos também passou a competir nos mercados existentes. Algo semelhante se deu em relação à industrialização da periferia” (*ibidem*). Todos esses processos foram constituindo o que fundamenta a crise do capital desse período. Para o autor,

Partido da análise marxiana, é possível entender essas situações como crises de “sobreacumulação do capital” (9), uma vez que se originam de uma situação em que o reinvestimento do capital no mesmo empreendimento, setor ou economia inteira passa a produzir lucros decrescentes em termos relativos (ou seja, a taxa de lucro - a razão entre lucro e capital - passa a diminuir ou desacelerar). Isso ocorre em função dos próprios limites de valorização do capital, ou seja, quando a mais-valia produzida (em quantidade sempre crescente em termos absolutos, conforme o capital se acumula) não pode mais ser reinvestida de forma suficientemente lucrativa e, portanto, adequadamente absorvida pelo sistema. O capitalismo é, por assim dizer, vítima do seu próprio êxito em acumular capital. Dado que a taxa de lucro é o parâmetro mais importante para a economia capitalista, o sistema entra em crise quando ela diminui de modo prolongado. Foi o que ocorreu nos anos 1970, pondo em xeque o modelo de desenvolvimento então em vigor e promovendo profundas transformações no capitalismo mundial. (Nota de rodapé 9: Na tradução citada, o termo é “superacumulação”, variante que possui o mesmo significado e se refere ao mesmo termo em alemão) (Lapyda, 2023, p. 26)

A crise de 70, abarcou um período de transformações expressivas. Junto com o fim do padrão ouro-dólar, é um momento em que a crise do modelo de desenvolvimento fordista-keynesiano, promoveu transformações significativas para o capitalismo. Nesse contexto, o processo que viria a ser chamado de financeirização apontava seus primeiros sinais, porém foi apenas a partir de algumas décadas que houve a sua consolidação.

Articulada às transformações dos mercados, com a liberalização e flexibilização, foi necessário endurecer a repressão contra a classe trabalhadora, minando suas possibilidades organizativas - como o caso dos sindicatos -, além de intensificar transferências do campo produtivo para países com condições de trabalho mais atrativas e interessantes para o capital, ou seja, dimensões essas totalmente vinculadas ao próprio neoliberalismo (Lapyda, 2023). Essa, portanto, vem a ser denominada enquanto primeira etapa da “mundialização financeira”

(1960-1979), onde ainda “os sistemas monetários e financeiros estavam compartimentados e regulados” (p. 28).

[...] o mercado de câmbio foi o primeiro a ingressar na mundialização financeira, que, a partir disso, evoluiu incorporando os demais mercados ligados ao setor financeiro e consolidando-se nos anos 1990. Porém, o “golpe” que instaurou a “ditadura dos credores” já despontava na segunda etapa do processo - de desregulamentação e liberalização financeiras dos países. (p. 30)

Neste segundo momento, portanto, buscou-se eliminar “uma dupla barreira: aquela entre os diferentes mercados internos (especializações bancárias e financeiras), por um lado, e a dos controles impostos ao movimento de capitais com o exterior, por outro” (Lapyda, 2023, p. 30). Ou seja, a abertura dos sistemas financeiros para o exterior foi um passo extremamente importante para a complexificação do capital. E como consequência importante desse processo, tem-se o fato de que isso provocou uma modificação no controle das taxas de câmbio, que antes estavam manejadas pelos bancos centrais, passam a ser controladas diretamente pelos operadores financeiros poderosos (Lapyda, 2023).

Nesse momento de ampliação dos produtos financeiros, a própria dívida pública passa a ser introduzida nas dinâmicas de títulos passíveis de negociação no mercado. Esse processo “[...] dinamizou os mecanismos de formação e valorização do que Marx chamou de “capital fictício” (por exemplo: ações, a dívida pública e outros títulos financeiros), ao disseminá-los pela sociedade” (Lapyda, 2023, p. 31). Como impacto direto, os Estados passam a se tornar subordinados diretos dos interesses do mercado de finanças, fazendo inclusive com que os governos se endividassem cada vez mais com empréstimos para manejar a perda de receita, o que revela o caráter político do endividamento (*ibidem*).

A dívida pública, portanto, atua em direção à alimentar a acumulação financeira através das finanças, tendo impactos mais agravantes para os países periféricos ao sistema capitalista, em que estes apresentam mais dificuldade e levam mais tempo para pagar suas dívidas do que os países centrais - que acabam arcando com juros menos elevados (Lapyda, 2023). A partir disso, articulado a outros movimentos, tem-se a terceira fase da mundialização financeira (1986-1995) definida por Chesnais e recuperada por Lapyda: “Após a inclusão dos mercados de câmbio e de títulos da dívida - que continuaram crescendo e abrigando cada vez

mais transações -, foi a vez de os mercados acionários serem interligados e desregulamentados em todo o mundo” (*ibidem*, p. 35).

Aos poucos, os *dividendos* se transformaram num mecanismo fundamental de transferência de renda e de acumulação de capital, o que elevou o mercado de ações à posição de “pivô mais ativo” da acumulação financeira, enquanto os *derivativos* também se multiplicaram exponencialmente. Observa-se, então, uma generalização da chamada “arbitragem”: os capitais buscam as melhores oportunidades de valorização em diferentes mercados de diversos países, acirrando a concorrência entre eles e intensificando os fluxos de capitais. (Lapyda, 2023, p. 35)

A partir dessa fase da financeirização, há uma subordinação da atuação do mercado de finanças em relação ao próprio funcionamento das empresas, o que provoca que os governos nacionais, em articulação com os organismos internacionais - vinculados à “governança corporativa” - atuem no fortalecimento de vincular as empresas à lógica financeira. Nessa perspectiva, a necessidade por aumentar as exigências de rentabilidade, tensionam e ampliam as pressões em relação à classe trabalhadora, “por exemplo, em termos de rebaixamento de salários, flexibilização dos contratos e da organização do trabalho e pressão por produtividade” (Lapyda, 2023, p. 36). Fica nítido, a partir dessa análise, que os países localizados na periferia do sistema, ao impulsionar a abertura de seus mercados à lógica das finanças mundializada, provocaram “[...] uma série de choques e sobressaltos financeiros que se tornaram constantes”, vinculada à “[...] consolidação do estado de vulnerabilidade sistêmica do capitalismo mundial mencionado anteriormente” (*ibidem*, p. 37).

Percebe-se que, embora consolidada nos anos 1990, a financeirização continuou a se desdobrar nas primeiras décadas do século XXI e a produzir seus efeitos: especulação imobiliária, acumulação por espoliação, transferência de renda/riqueza entre países, centralização do capital, oligopolização de mercados etc. são aspectos que se perpetuam de forma acelerada, por meio (ou como consequência) de expedientes financeiros. (Lapyda, 2023, p. 37)

A crise mundial de 2008 configura a entrada na quarta fase da financeirização (iniciada em torno de 2001). Nesse momento há um aprofundamento, em que demonstra uma “[...] maior conexão entre os grandes bancos internacionais e o aumento de sua exposição ao risco” (Lapyda, 2023, p. 38). A crise de 2008 desemboca com a “[...] ampliação do endividamento de famílias e empresas devido

aos juros baixos e o aumento acentuado do uso de imóveis como ativo financeiro em vários países, principalmente nos EUA”, em que “[...] ampliaram fortemente a quantidade de capital fictício em circulação e disseminaram os ativos “podres”/de alto risco (os famigerados *subprimes*) para instituições de todo o mundo” (*ibidem*, p. 39). O resultado foi uma ruptura na bolha financeira, em que foi necessário o salvamento de diversos bancos norte-americanos e internacionais.

Lapyda destaca que:

A análise de Chesnais mostra que as sucessivas etapas de implementação da mundialização financeira puseram em cena novos agentes e reposicionaram os que já existiam (os bancos, basicamente), obrigando-os a se adaptarem às novas condições. Embora os grupos transnacionais predominantemente industriais ainda sejam a faceta mais visível do capitalismo contemporâneo - por representar de forma direta a dominação social e política do capital frente aos trabalhadores -, as instituições financeiras (bancárias e não bancárias) se tornaram fundamentais e passaram a se fundir com as empresas transnacionais ou a controlá-las. **Uma análise das mudanças ocorridas é importante para o entendimento da dimensão política da financeirização e para uma compreensão mais concreta do que significa a dominância financeira.** (Lapyda, 2023, p. 41, grifos próprios)

A dimensão política da financeirização, que é também a dimensão política da dinâmica capitalista, se articula com as questões estruturais do tensionamento entre classes antagônicas, com as disputas entre grandes corporações e, sobretudo, com a história de conformação do Modo de Produção Capitalista e seus elementos estruturantes fundamentais. Considerando esse aspecto, e direcionando o olhar para o objeto de análise deste trabalho - que pretende entender os impactos da financeirização para os Povos dos Campos, Águas e Florestas na realidade brasileira - torna-se necessário destacar como a dinâmica da financeirização recai sobre os países periféricos ao sistema capitalista.

Carcanholo aponta que, as características da economia periférica

[...] possuem um caráter estrutural, determinado pela própria condição de dependência, não passível de superação/solução pelo mero manejo “adequado” do instrumental de política econômica. O conceito de dependência, assim entendido, implica uma situação em que uma economia está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra a que está subordinada, isto é, a condição de subdesenvolvimento estaria conectada estreitamente à expansão dos países centrais. Essa condição, portanto, representaria uma subordinação externa, mas com manifestações internas nos “arranjos” social, político e ideológico. Marini (1977, p. 18) sintetiza o significado da dependência: “...relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia.” [...] Dessa forma, o

subdesenvolvimento não seria um primeiro estágio de evolução rumo à modernidade desenvolvida, mas, ao contrário, característica antagônica e complementar do processo de desenvolvimento dentro de uma mesma lógica global de acumulação capitalista. (Carcanholo, 2008, p. 253-354)

O autor prossegue, a partir dessa compreensão, para o entendimento do binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento enquanto um par dialético, que constitui a mesma dinâmica de fenômenos que são qualitativamente diversos - não se diz meramente quantitativo por não ter capacidade de transição da subalternidade. Não há, portanto, a possibilidade da mobilidade entre estágios simplesmente a partir da decisão de seguir alguma fórmula mágica específica em direção ao desenvolvimento. Para além de serem qualitativamente diferentes, os fenômenos ocupam, um em relação ao outro, a posição de antagônicos e complementares (Carcanholo, 2008). Sendo assim, olhando para a periferia do sistema capitalista e compreendendo as relações estruturais que fundamentam esse funcionamento, identifica-se que “[...] a resposta periférica para o desenvolvimento capitalista está baseada na superexploração da força de trabalho e, conseqüentemente, na distribuição regressiva da renda e da riqueza, assim como no aprofundamento dos problemas sociais (*ibidem*, p. 259).

Nesse sentido, para entender a funcionalidade da existência do posicionamento periférico no sistema capitalista, e de modo mais específico, no processo da financeirização, é necessário vincular essa dinâmica ao funcionamento próprio do capital fictício anteriormente já mencionado. Carcanholo (2008) aponta que a relação da dinâmica de desenvolvimento capitalista nos países periféricos, baseado na superexploração da força de trabalho, fornecem condições importantes:

A superexploração da força de trabalho por arrocho salarial e/ou elevação da jornada e da intensidade do trabalho faz com que se produza uma maior massa de mais-valia em relação ao valor criado no processo produtivo, aumentando a taxa de mais-valia. Quando esse maior excedente é apropriado em maior proporção pelo capital produtivo, são criadas as condições para a acumulação de capital acelerada, “virtuosa”. Por outro lado, quando a lógica de apropriação do excedente se amplia, sob a lógica do capital fictício, que não contribui diretamente na produção desse excedente, a mais-valia passa a ser apropriada cada vez mais em termos financeiros do que produtivos. Maior remuneração financeira (manifestada em altas taxas de juros, por exemplo) do que taxa de lucro do capital produtivo incentiva os capitais individuais a se transferirem para essa primeira esfera, a operar segundo a lógica do capital fictício. Isso deprime ainda mais a taxa de lucro do capital produtivo, uma vez que se tem menor produção de excedente, definindo um círculo vicioso de acumulação de capital travada. (Carcanholo, 2008, p. 261-262)

Justamente a partir dessa condição de dependência estrutural que possibilita a compreensão de que não há administração político-econômica de qualquer país periférico ao sistema que seja capaz de solucionar os problemas decorrentes desse funcionamento subalternizado. Essa relação é parte constitutiva do funcionamento de acumulação do capital mundial (Carcanholo, 2008). Sendo assim, acreditar em uma possibilidade de romper com a condição de dependência, ou seja, considerar que:

[...] tudo é uma questão de implementar uma política econômica “correta”, significa conceber a dicotomia desenvolvimento versus subdesenvolvimento como mera diferenciação quantitativa, sem relação com a dinâmica de acumulação de capital mundial, e como fenômenos meramente antagônicos e não complementares. O que a política econômica pode fazer, no máximo, é aumentar os graus de liberdade no seu manejo, dentro da condição dependente, mas não desestruturar essa condição. Escapar da dialética do desenvolvimento capitalista, mantendo, ou, no máximo, reformando o caráter capitalista, significa cair no moto-perpétuo das políticas compensatórias. (Carcanholo, 2008, p. 266-267)

2.3. O Capitalismo e a Barbárie: Os Impactos Decorrentes da Estruturação Violenta do Capital na América Latina

A partir da elaboração do tópico anterior, foi possível compreender as estratégias e dinâmicas escolhidas pelo capitalismo no intuito de contornar suas maiores crises. Um dos principais elementos que podem ser aprofundados diz sobre o lugar destinado e ocupado pelas periferias do sistema capitalista para auxiliar os países centrais na manutenção de altas taxas de lucro através da superexploração da mão de obra de seus trabalhadores e da exploração massiva de bens naturais. Com o tensionamento das relações produtivas, econômicas e sociais no sistema capitalista após a crise estrutural de 1970, há uma intensificação de processos de degradação e exploração, dinâmica essa que pode ser melhor compreendida a partir da exposição de José Paulo Netto:

[...] o tardo-capitalismo (o capitalismo contemporâneo, resultado das transformações societárias ocorrentes desde os anos 1970 e posto no quadro da sua crise estrutural) esgotou as possibilidades civilizatórias que Marx identificou no capitalismo do século XIX e, ainda, que tal exaurimento deve-se a que o estágio atual da produção capitalista é necessariamente destrutivo (conforme o caracteriza István Mészáros). Este esgotamento, que incide sobre a totalidade da vida social, manifesta-se visivelmente na

barbarização que se generaliza nas formações econômico-sociais tardo-capitalistas. (Netto, 2012, p. 202)

Netto contribui para a reflexão acerca da crise estrutural e os caminhos escolhidos pelo capital em seu “projeto/processo restaurador” (2012, p. 209). Estes são compilados em três dimensões centrais, o “[...] tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal) (*ibidem*). O grande capital, portanto, passa a conduzir um movimento de intensificação da subalternidade de países periféricos, a partir da desregulamentação, impactando nos Estados uma abertura cada vez mais intensa do capital especulativo-financeiro (Netto, 2012). Uma hipertrofia, na concepção do autor, das atividades financeiras, tanto através da superacumulação, como da intensa especulação. Os Estados perdem, cada vez mais, o controle acerca da dinâmica do capital, tornando os movimentos autonomizados e com grande capacidade de capilarização, devido às “tecnologias da comunicação, de extraordinária mobilidade espaço-temporal” (p. 209).

Sobre essa conjuntura, Menegat (2000) contribui que:

No início dos setenta o (des)acúmulo político, econômico e (sub)cultural das relações de produção dominantes se impõe como uma saída às crises de financiamento do *welfare state*, desconstruindo-o em nome da sobrevivência de seu *telos*. A desregulamentação dos direitos sociais e a flexibilização do mundo do trabalho permitiram a continuidade da revolução tecno-científica (contra o pleno emprego), mantendo todos os traços de irracionalidade da produção destrutiva. Uma corrente de alta intensidade percorre degrau por degrau as necessidades do fenômeno. Do desemprego estrutural ao esvaziamento dos elos de solidariedade - sob os quais se constituíram o grande acúmulo positivo da crítica às relações de produção e a identidade de uma comunidade do mundo do trabalho como parte da sociedade moderna, às vezes a ela oposta, às vezes a ela integrada, mas fundamentalmente identificada no seu destino comum - se vai produzindo uma nova tipologia do mundo social que, à luz de uma relativa normalidade, **acumula camadas crescentes de barbárie**. (Menegat, 2000, p. 210 - 211, grifos próprios)

Vinculado a esse processo, há a possibilidade de construir uma produção muito mais “[...] segmentada, horizontalizada e descentralizada – a “fábrica difusa” (Netto, 2012, p. 209). Nessa direção, constitui-se uma maior “[...] “mobilidade” (ou “desterritorialização”) dos pólos produtivos, encadeados agora em lábeis redes supranacionais, passíveis de rápida reconversão” (*ibidem*). Para além destas

reestruturações no processo de produção, o que Netto destaca são as consequências dessa nova dinâmica àqueles que vendem sua força de trabalho, que também passam a um lugar cada vez mais volátil e imprevisível, instável e dissociado, ou seja, “[...] a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da insegurança no trabalho” (*ibidem*, p. 210)

A tão celebrada “globalização econômica” vincula-se, não por acaso, a esta “financeirização” do capitalismo e à articulação supranacional das grandes corporações, mesmo que não se reduza a ambas – e vem acentuando o padrão de competitividade intermonopolista e redesenhando o mapa político-econômico do mundo: as grandes corporações imperialistas têm conduzido processos supranacionais de integração (os megabloques) que, até agora, não se mostram como espaços livres de problemas para a concertação dos interesses do grande capital (como as recentes fricções na Europa dita comunitária o estão provando). Grande capital que, levando ao limite os históricos processos de concentração e centralização, dispõe de um potencial de poder superior ao de boa parte dos Estados nacionais e opera o controle estratégico dos recursos necessários à produção de ponta. (Netto, 2012, p. 210)

Esta fase, portanto, é marcada pela reafirmação da centralidade e superioridade do capital, acima de qualquer limite, acima de qualquer Estado-nação, acima de qualquer sujeito social e de qualquer limite da natureza. São os representantes do grande capital que, nas palavras do autor, estruturam “[...] uma oligarquia financeira global, concentradora de um enorme poderio econômico e político” (Netto, 2012, p. 211). Refere-se, dessa maneira, a um “[...] microscópico universo pessoal, que controla o conjunto das riquezas sociais e exerce uma determinante ação planetária que inclusive ladeia as instâncias democrático-formais consagradas no Estado de direito” (*ibidem*). Vale ressaltar que, salvaguardado o impacto diferencial para os países centrais e periféricos, “o tardo-capitalismo não liquidou com o Estado nacional, mas [...] vem operando no sentido de erodir a sua soberania” (*ibidem*, p. 214). Constata-se que,

Para além de não eliminarem o ciclo crítico da dinâmica capitalista (manifestado nas sucessivas crises abertas por aquela da Bolsa de Nova Iorque, em 1987, até a explosão de 2008, de que as recentíssimas expressões na Zona do Euro são a continuidade) e de não reverterem a curva própria da “onda longa recessiva” (nos países da OCDE, as taxas de crescimento permanecem medíocres desde 1980), tais vitórias do capital penalizaram fortemente os trabalhadores. Custaram-lhes, em primeiro lugar, seus postos de trabalho – o desemprego, tomadas as cifras mundiais, vem em crescendo desde os anos 1980. Custaram-lhes, em segundo lugar, mediante o aumento da exploração, compressões sobre os salários daqueles que conseguiram manter seus empregos, derivando em ponderável aviltamento do padrão de vida. Custaram-lhes, em terceiro lugar,

um forte ataque aos sistemas públicos de seguridade social. (Netto, 2012, p. 215)

Pensando na articulação com o debate deste trabalho, complemento que custaram aos sujeitos sociais a intensificação na ameaça aos seus territórios e suas existências, assim como custou à natureza uma abertura sem precedentes para o seu colapso via exploração e exaustão. Dessa maneira, torna-se nítido que a saída via flexibilização do capital, como reafirma Netto (2012), não apontou horizontes resolutivos para nenhum problema fundamental e estrutural do próprio capital, apenas recrudescer os impactos de seu funcionamento para os sujeitos sociais, para a classe trabalhadora.

Mais ainda: diante da magnitude hoje alcançada por estes problemas – e expressa em três ordens de fenômenos: “o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre [...]; a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica, que nos afetará a todos” (Hobsbawm) –, todas as indicações sugerem que o tardocapitalismo oferecerá respostas predominantemente regressivas, operando na direção de um novo barbarismo, de que as formas contemporâneas de apartheid social são já suficientemente nítidas. Tais respostas, todavia, retroagem sobre a “ordem da reprodução sociometabólica do capital” (Mészáros), afetando a viabilidade da reprodução do próprio tardocapitalismo e trazem à superfície “a ativação dos limites absolutos do capital”. (Netto, 2012, p. 216)

Dessa maneira, reafirma-se que “[...] na visão marxiana, desenvolvimento capitalista é avanço civilizatório fundado na barbárie, verificável *inclusive no tocante à destruição da natureza*” (Netto, 2012, p. 217), e esse elemento é de extrema importância para a interpretação do trabalho em questão. Ainda dentro do funcionamento da barbárie, denuncia-se a funcionalidade da guerra, em todo seu rebatimento social, econômico e político, para a manutenção do sistema capitalista e para a intensificação da subordinação ao capital.

Netto (2012) aponta que durante o século XX, a disseminação das guerras em todo o globo, atuou enquanto uma “resposta autoreprodutiva do capitalismo” (p. 218), mas para além de seu posicionamento enquanto tentativa de contenção das crises, “[...] as atividades econômicas ligadas à guerra – a indústria bélica – sempre constituíram um elemento dinamizador da economia capitalista (como o demonstraram, a seu tempo, inúmeros estudiosos marxistas), sem o qual as taxas de ociosidade industrial seriam insuportáveis e o desemprego nos países centrais alcançaria cifras altíssimas (Sweezy)” (*ibidem*).

No tardocapitalismo (ou, para usar da excelente caracterização de Samir Amin, no “capitalismo senil”), esta funcionalidade não só se mantém, mas se acentua, inclusive porque, na verificação de Chossudovski, “a guerra e a globalização caminham juntas”. Entretanto, se a guerra, como tal, apresentou-se no século XX como um fenômeno que excedeu completamente o teatro e o âmbito dos combates, envolvendo muito mais para além deles, o que agora se verifica é que o belicismo passa a incluir as políticas de segurança pública em períodos de paz formal e se estende como grande negócio capitalista privado à vida na paz e na guerra, configurando a emergência da militarização da vida social. (Netto, 2012, p. 218)

Torna-se possível, a partir da desnaturalização acerca dos conflitos disseminados por todo o mundo, identificar exemplos cruciais na atualidade que demonstram a funcionalidade desse sistema de guerras para a hegemonia do capital e para a reafirmação de dominação dos países centrais ao capitalismo. Uma das expressões mais assustadoras do impulso destruidor e desumano da dominação capitalista, e sua necessidade de expansão, pode ser observada no conflito histórico entre Israel (financiado e apoiado pelos Estados Unidos) contra a Palestina, que no ano de 2025 foi elevado a sua máxima, tornando-se o maior genocídio televisionado na atualidade².

Porém, pensando no cotidiano da realidade brasileira, por exemplo, não é difícil identificar como essa dinâmica tem sido um fundamento histórico estrutural constante para os sujeitos sociais, como será melhor aprofundado no decorrer da dissertação. O que vale destacar, portanto, é como o funcionamento do capitalismo possibilita a ampliação dessa relação destrutiva, o que é complexificado e intensificado com os processos de crise do capital - e suas conseqüentes saídas que se direcionam às tentativas de manutenção da extração de lucro. Sendo assim, como afirma o autor,

A repressão deixou de ser uma excepcionalidade – vem se tornando um estado de guerra permanente, dirigido aos pobres, aos “desempregados estruturais”, aos “trabalhadores informais”, aos emigrantes, estado de guerra que se instala progressivamente nos países centrais e nos países periféricos (na lista dos países que atualmente possuem, em termos relativos, a maior quantidade de encarcerados no mundo, os quatro primeiros são os Estados Unidos, o Brasil, a China e a Rússia). Trata-se de um estado de guerra permanente, cuja natureza se exprime menos no encarceramento massivo que no extermínio executado ou não em nome da lei – no Brasil, por exemplo, entre 1979 e 2008, morreram violentamente

² Os dados publicados pelo Ministério da Saúde de Gaza apontam que desde o início dos ataques de Israel contra a Palestina, em 2023, foram oficialmente contabilizadas mais de 60.000 mortes, incluindo bebês e mulheres, para além dos casos de desaparecimento e subnotificação. (PBS News, 2025)

quase 1 milhão de pessoas, número que pode ser comparado ao de países expressamente em guerra, como Angola, que tardou 27 anos para chegar a cifra semelhante. Em poucas palavras: crescentemente, parece que só a hipertrofia da dimensão/ação repressiva do Estado burguês pode dar conta da população excedentária em face das necessidades do capital (Marx). Mas esta é apenas uma aparência. (Netto, 2012, p. 219)

A violência não é uma exceção, é parte constitutiva do funcionamento do capital, e desse movimento há um espraiamento da destruição e brutalidade para as relações sociais assimétricas e verticais de poder da classe dominante em direção aos sujeitos sociais. Para além disso, de forma agravante, essa relação impõe um cenário destrutivo insustentável para toda a humanidade, já que a barbárie capitalista, como descreve Netto, “[...] é omnilateral e polifacética – e é ubíqua” (2012, p. 220), ela está presente em todas as dimensões e direções imagináveis ou inimagináveis. A barbárie vai desde o “[...] arsenal termo-nuclear que pode aniquilar repentinamente todas as formas de vida sobre o planeta tanto quanto na lenta e cotidiana contaminação/destruição dos recursos hídricos, que pode igualmente inviabilizar a vida sobre a terra” (*ibidem*), se estabelece na destruição das bases materiais da existência, agravada pela Crise Climática.

A estrutura contemporânea do capital se estrutura, como aponta Netto (2012, p. 221), a partir da “administração tardocapitalista da miséria”. Dessa maneira, recuperando o debate sobre a conjuntura de transformação das relações de produção, dos impactos desse processo para o fortalecimento da narrativa do dinheiro autorreprodutor e autossustentável, que induz à intensificação da barbárie - na busca pela retenção da queda da taxa de lucro -, Menegat (2011) traz reflexões importantes. Em seu texto “Os giros do ponteiro do pulso de um morto”, o autor auxilia no entendimento acerca dessa grande contradição que se apresenta a partir das crises estruturais do sistema, olhando para a incapacidade do capitalismo de promover um movimento de potencialização das forças produtivas e de sustentar um cenário de fortalecimento das relações sociais, de prosperidade, em direção ao suposto “progresso”. O texto demonstra, portanto, um sistema em sua mais completa deformidade e insubsistência. Isso fica nítido quando o autor aponta sobre a falta da sustentação a partir da redução do trabalho produtivo:

O desenvolvimento das forças produtivas é, portanto, a força da progressão da contradição que torna inviável o fundamento desta forma social. O sentido histórico específico desta determinação pode ser atestado por esta contradição que ela cria: “quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto

menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor” (MARX, 1985, p. 49). A tendência é que junto com a expansão permanente se esgote a fonte cristalizadora de valor. É o desenvolvimento desta tendência a uma contradição incontornável, ao menos de modo consistente e definitiva, que explica as vertigens dissolutivas da sociedade burguesa mundial. Se o trabalho é a chave para a compreensão da totalidade de uma sociedade em que as formas materiais de produção determinam todas as outras esferas da vida social, a impossibilidade de se continuar expandindo esta atividade produtiva revela um sentido de crise que não é passageiro. É o fim de uma forma social que não tem mais por onde se desenvolver, na medida em que seu princípio dinâmico chegou ao esgotamento, e tampouco é tensionada para, da sua autodestruição, criar outra nova – em síntese, um processo prolongado de impasses que levam a sua dissolução passiva. (Menegat, 2011, p. 25-26)

O autor destaca que, a partir desse movimento, “[...] pela primeira vez na história do capitalismo, uma parcela crescente da sociedade é dispensável” (Menegat, 2011, p. 28). Um aprofundamento dessas relações demonstra um problema estrutural que não possibilita a consideração de soluções dentro dessa mesma ordem social, trazendo à erupção um conjunto de “escaramuças sociais irritantes, sem nenhum resultado decisivo, tornando-se um aspecto permanente da vida social” (Elias, 1993, p. 147 in Menegat, *ibidem*). Esse conjunto de elementos, para o autor, “[...] parece ser esta a base programática do “bloco da crueldade” que dirige as coreografias da humanidade no abismo em que a sociedade burguesa afundou” (*ibidem*).

Os ponteiros do relógio das catástrofes circulam o mundo sem trégua e, uma vez que o trabalho que antes fazia a vez de mediação social se torna menos, é do espetáculo de horror destas mesmas catástrofes que se cria, enquanto projeção de um medo sem fim, o tênue consenso encobridor daquilo que terminou. Ao que parece, o reflexo religioso em que se representava o processo social, ao perder sua força dinâmica na objetividade, se desloca agora para uma modalidade cruel de sentir comum. O medo sempre acompanhou os homens, porém, por ser um sentimento primitivo, em certas circunstâncias encontra terreno social mais profícuo. No momento em que os laços de coação que constroem a vida social começam a se dissolver, ele passa a servir de ameaça contra a própria dissolução das relações sociais que perderam sua objetividade. É uma exacerbação projetiva da subjetividade. Não se sabe quem vem lá – pois é apenas o fim destas relações sociais reificadas mas por via das dúvidas se fabricam objetivamente monstruosidades, para aliviar o horror deste vazio. (Menegat, 2011, p. 28-29)

A condição de fabricar objetivamente monstruosidades não é atual no funcionamento e dinâmica do sistema mundial que trilhou os caminhos do que hoje se apresenta enquanto capitalismo. Em “As Veias Abertas da América Latina”,

Galeano (2012) demonstra de forma crucial como a dinâmica da dominação e colonização expõe a América Latina (assim como a África, e todo o sul global) à essa posição rasgante, ferida, de uma terra que foi corrompida pela violência, marcada à sangue. Nessa relação forçadamente estabelecida pelos países dominantes, estabeleceu-se a conformação de uma divisão internacional do trabalho, em que países do capitalismo central construísssem condições para prosperar, às custas de países utilizados como fonte para a absorção de tudo o que fosse possível extrair. Nesse percurso, uns puderam se especializar em ganhar, ao passo que a “[...] nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta” (Galeano, 2012, p. 7).

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que têm muito mais do que dois elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos, e fronteiras adentro de cada país, a exploração de suas fontes internas de víveres e mão de obra pelas grandes cidades e portos. (Galeano, 2012, p. 7-8)

Não por mera condição em sua fatalidade, “*nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos*” (Galeano, 2012, p. 8). Galeano afirma sobre a necessidade da desigualdade das partes que compõem “a força do conjunto do sistema imperialista” (*ibidem*), e o percurso histórico - e ainda mais complexificado com a realidade que Galeano não pôde vivenciar - conduz a tendência de uma intensificação dessa relação, em que o termo “desigualdade” já não é mais suficientemente representativo. O autor reafirma que,

No primeiro tomo de O capital, Karl Marx escreve: “O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento das minas da população aborígene, o começo da conquista e o saque das Índias Orientais, a conversão do continente africano em campo de caça dos escravos negros: são todos fatos que assinalam a alvorada da

era da produção capitalista. Esses processos 'idílicos' representam outros tantos fatores fundamentais no movimento de acumulação originária". O saque, interno e externo, foi o meio mais importante de acumulação primitiva de capitais que, desde a Idade Média, tornou possível a aparição de uma nova etapa histórica na evolução econômica mundial. (Galeano, 2012, p. 30)

Ainda pensando na barbárie enquanto elemento essencial no percurso de apropriação da América Latina pelos países centrais, Quijano (2005) aponta para uma dimensão fundamental para a constituição das relações sociais, políticas e econômicas inauguradas com a modernidade, que é a criação da concepção de raça. "A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. [...] desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos" (p.117).

Quijano (2005) provoca uma reflexão importante, que associada ao debate deste trabalho, auxilia na compreensão da intensificação da violência para com sujeitos sociais determinados, tendo a raça enquanto elemento determinante nesse processo. A legitimidade do extermínio, exploração e subjugação dos povos originários, e posteriormente, da população negra advinda da diáspora africana, estão diretamente vinculados a esse ideal da diferença, daquilo que predispõe uma inferioridade em relação à branquitude.

Sendo assim, com o desenvolvimento do raciocínio acerca da relação entre o capitalismo e a barbárie, é possível identificar que não apenas estão estes imbricados na conjuntura contemporânea, como são velhos amigos. Ambos construíram de maneira interdependente as relações sociais e produtivas que constituem o sistema em questão. Articulados desde as primeiras movimentações expansivas, tem-se como resultado uma estrutura endurecida e sanguinária para a América Latina, em destaque para o Brasil. A continuação dos próximos capítulos irá localizar os processos particulares vivenciados pelos sujeitos sociais brasileiros, identificando a violência intensificada com a financeirização da natureza enquanto sua maior expressão contemporânea.

Sendo assim, como destaca José Paulo Netto acerca da estrutura bárbara do capital:

A humanidade, porém, não está irremissivelmente condenada a sucumbir à barbárie. Ela pode superar a barbárie – mas dispõe de uma única via neste sentido: a superação das formas de sociabilidade fundadas no modo de produção capitalista, a ultrapassagem das organizações societárias

assentadas na propriedade privada dos meios fundamentais de produção e na decisão privada sobre a alocação do excedente econômico. Para não nos alongarmos, repõe-se agora como atual, e de modo dramaticamente atual, a opção expressa na antiga fórmula – socialismo ou barbárie. Se a barbárie é a perspectiva real e imediata, o socialismo é uma alternativa possível – e o possível é também constitutivo do real, tem raízes na realidade. O estoque de conhecimentos e a massa crítica acumulados não são puros instrumentos da dominação do capital – podem ser mobilizados para a sua ultrapassagem. A barbárie constrange, retém e reverte as forças sociais que, no mundo do trabalho e no mundo da cultura, constituem objetivamente a negação da ordem tardocapitalista – mas não suprime tais forças. Nestes dois níveis – conhecimento e força social – radicam a possibilidade do socialismo. (Netto, 2012, p. 221)

3. CAPÍTULO III: A PARTICULARIDADE BRASILEIRA E OS POVOS DOS CAMPOS, ÁGUAS E FLORESTAS: APONTAMENTOS SOBRE AS AMEAÇAS DA FINANCEIRIZAÇÃO PARA OS SUJEITOS SOCIAIS

Para a construção desse capítulo, busca-se analisar os elementos centrais da realidade brasileira no que tange os processos de ameaças contemporâneas ao território e aos sujeitos sociais. Para isso, no primeiro momento, pretende-se pontuar elementos de análise a respeito da Questão Ambiental na atualidade, identificando as principais ameaças materiais e a inviabilidade crítica de alguns caminhos analíticos que pretendem construir saídas para a Crise Climática apresentando direcionamentos reformistas ao sistema capitalista. Além disso, busca-se delimitar a análise a partir da financeirização da natureza. Para isso, enquanto referências centrais: Araújo; Silva (2012), Bruckmann (2011; 2016) e Grossi (2013; 2014).

No segundo momento, pretende-se desenvolver uma exposição das maiores ameaças vinculadas à financeirização da natureza no Brasil atualmente. Com a intenção de denúncia e registro, busca-se apontar, nos períodos dos anos de 2024 e 2025, alguns dos elementos mais importantes para compreendermos o avanço da destruição da natureza no Brasil, considerando as consequências desse processo para os Povos dos Campos, Águas e Florestas.

E por fim, propõe-se uma aproximação de alguns dos sujeitos sociais representativos dos Povos dos Campos, Águas e Florestas (em destaque os povos indígenas, quilombolas), identificando algumas de suas orientações políticas e sociais na relação com a natureza, destacando algumas reflexões produzidas por esses sujeitos sociais.

3.1. A Natureza Ameaçada e a Humanidade em Risco: A centralidade da Questão Ambiental no Brasil para a Análise da Realidade Social na Atualidade

Todas as dimensões até aqui pontuadas e articuladas, se relacionam diretamente com os fundamentos e as expressões da Questão Ambiental e Agrária, e de maneira geral vinculadas à chamada “Questão Social”. Portanto, para embasar o caminho de análise da realidade social brasileira, a partir do pensamento crítico-dialético, é necessário compreender por qual ângulo analítico direciona-se o olhar. Dessa maneira, define-se

[...] a chamada “questão social”, enquanto fundamento da sociedade capitalista (ver item 1.4) constitui o quadro estrutural, social e histórico dentro do qual se desenvolvem todos os fenômenos e situações sociais. Isto é, **todos os fenômenos ou situações sociais constituem manifestações da “questão social”**. Dessa forma, o **“objeto” de estudo e intervenção profissional do Serviço Social é constituído pelas manifestações da “questão social”**. (Montaño; Guerra, 2024, p. 231 - grifos dos autores)

Em diálogo com essa definição, Netto (2001) aponta que a análise marxiana “[...] revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a exploração. [...] Longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais, etc” (p. 46). Cabe, portanto, reforçar a importância de fundamentar que as expressões e fundamentos da “questão social” estão necessariamente vinculadas ao Modo de Produção Capitalista, suas estruturas e contradições.

Desse modo, a Questão Agrária constitui-se enquanto um “[...] conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que [...] procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (Stedile, 2005, p.15). Essa compreensão é importante, como já foi sinalizado, pela defesa, em diálogo com Wood (2001), de que as bases que possibilitam o surgimento e ampliação do capitalismo é o campo, sendo esse o terreno fundamental em que as relações de produção, apropriação privada da terra e exploração da força de trabalho se articulam.

Constata-se, porém, que a Questão Ambiental é a categoria mais importante de articulação com o objeto de estudos deste trabalho, justamente por entender a

financeirização da natureza enquanto um mecanismo de apropriação de riquezas vinculado diretamente à destruição e apropriação dos bens naturais. Cabe aqui destacar que são os impactos desse processo que irão recair sobre os sujeitos sociais, e sobre a humanidade como um todo, de maneira desigual, acentuando outros mecanismos opressivos pré-existentes: como o território, raça/etnia, gênero e sexualidade.

Assim sendo, consideramos que a chamada crise ambiental, que se apresenta através de problemas como a pilhagem, degradação e destruição ambiental é a expressão visível do que consideramos como questão ambiental, a qual é intrínseca a uma sociedade de classes, estruturalmente desigual, envolvendo sujeitos antagônicos, que condicionam e restringem as possibilidades de apropriação, domínio e uso dos bens ambientais. Desta forma, afirmamos e defendemos, [...] que o antagonismo destes sujeitos nesta questão constitui o seu caráter eminentemente político. (Grossi, 2014, p. 22-23)

Entendo a importância da leitura crítica para o Serviço Social, a análise da Questão Ambiental busca compreender também, a partir da perspectiva materialista-dialética, aquilo que fundamenta as contradições que vão sustentar as expressões vistas na realidade. Nesse caso são identificados inúmeros exemplos dos impactos do Modo de Produção Capitalista na natureza, sendo necessário reforçar que o sistema aprofunda os mecanismos de exploração com o avançar dos anos, e das crises, assim como apontam as autoras ao afirmar que:

[...] a destrutividade ambiental levada a cabo pelo capital opera uma tendência crescente e progressiva, de modo que **o aprofundamento da falha metabólica ganha contornos dramáticos no tempo presente**. Parece inconteste, entre a comunidade científica, intelectuais e militantes ambientalistas de todos os matizes, que a Revolução Industrial e a intensificação do produtivismo por ela impulsionada representa um “momento predominante” na ruptura do metabolismo social. Entretanto, a reprodução ampliada do capital apresenta, na etapa de crise estrutural e de mundialização financeira, um conjunto de novas determinações na relação humanidade-natureza, com severos impactos ambientais e sociais. Essa crise se arrasta desde meados dos anos 1970 e, segundo Mészáros (2002), é estrutural e rastejante, trazendo consigo um elemento novo frente às demais crises precedentes: a ameaça oriunda da perdularidade que lhe é imanente. **A “questão ambiental”, portanto, coloca-se como uma das cruciais problemáticas da atualidade e há um consenso de que seus efeitos são distribuídos desigualmente entre as regiões do planeta, sendo mais graves e danosos sobre os países da periferia do sistema** (ARAÚJO, 2020). (Araújo; Silva, 2021, p. 163, grifos próprios)

A desigualdade na distribuição dos danos advindos do *modus operandi* da exploração exarcebada e ilimitada capitalista não é o único elemento que impacta a

América Latina e o Brasil de maneira assimétrica, ao contrário, “[...] territórios situados na periferia do sistema, oferecem condições especialmente favoráveis à expansão do capital sob o signo do chamado novo imperialismo, também denominado neocolonialismo (SAMPAIO JÚNIOR, 2007)” (Araújo; Silva, 2021, p. 163). As autoras apontam para uma articulação extremamente interessante e lucrativa na perspectiva do capital, que é a combinação de determinados fatores sócio-históricos, estruturais e conjunturais, que colocam esses países no centro dos interesses das empresas capitalistas:

A existência de uma riquíssima biodiversidade, de uma força de trabalho barata, abundante e com baixo poder de organização sindical e política, de uma regulação ambiental frouxa e frágil, coaduna se com a mais recente recomposição das forças políticas neoconservadoras e reacionárias que, ao assumirem os poderes de Estado para implantação das programáticas ultraliberais, oferecem o espectro desejável e necessário ao pleno desenvolvimento, tanto da exploração do trabalho e espoliação dos bens naturais, quanto da intensa mercantilização financeira da natureza. (Araújo; Silva, 2021, p. 163)

É possível observar uma articulação importante de dimensões que vão desde a particularidade social brasileira, até os processos mais atuais dos últimos anos, destacando especialmente uma intensificação reacionária no Estado brasileiro, que tem momento de ascensão no contexto do golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016. Processo esse que desemboca em quatro anos de governo ultraconservador e facista vividos durante 2019 e 2022 - atravessados pela pandemia da Covid-19 e por um conjunto de negligências e ações anti-humanas - com Jair Bolsonaro, mas que devido aos limites do trabalho não podem ser mais aprofundados aqui.

Retomando alguns elementos da formação social brasileira, já pontuados anteriormente, estes são relevantes para a compreensão dos impactos da Questão Ambiental no Brasil, entendidas principalmente a partir da intensificação exploratória dos bens naturais no território - articuladas atualmente no processo de financeirização da natureza. Diante disso, o posicionamento do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, como já afirmado, constitui um contexto e formas específicas para o país. Sendo assim, cabe destacar que as relações sociais, produtivas e políticas, historicamente estabelecidas vão:

[...] delimitar profundamente o processo de conformação das bases industriais de sua economia, desde a fase restringida (de 1930 a 1950) até

sua etapa pesada, que se fundou no movimento de exportação de capitais no segundo pós-guerra, impactando fortemente e de maneira bastante distinta do passado sua relação entre espaço urbano e meio rural. O desenvolvimento desigual e combinado, operando em escala nacional, aprofunda as desigualdades regionais, concentra a industrialização em áreas específicas (especialmente no Sul e no Sudeste), cuja contraface é a marginalização de amplos territórios e seu empobrecimento (os exemplos do Norte e do Nordeste). No meio rural, dada a condição de país continental, rico em terras férteis, possuidor de uma geografia favorável à produção agrícola e com uma estrutura agrária assentada no latifúndio e no monocultivo, estão postas as condições para o desenvolvimento da chamada “Revolução Verde”. Esta, reiterando o movimento de exportação de capitais, introduz tecnologias modernas na agricultura e na pecuária, possibilitando o aumento da produtividade, ao mesmo tempo que intensifica as expropriações (entre nós equivocadamente conhecidas como “êxodo rural”), de modo que, a partir da década de 1960, o país inverte a proporção entre as populações rural e urbana, passando à prevalência desta última. (Silva; Araújo, 2025, p. 11)

As autoras (Silva; Araújo, 2025) destacam que no momento atual do capitalismo, na vivência alarmante da crise estrutural (Mészáros, 2011), e das “[...] contrarreformas neoliberais, o Brasil recompõe seu lugar na DIT, encolhendo seus parques industriais para aprofundar sua tradição (nunca de todo abandonada) de fornecedor de produtos agrário-extrativistas para o mercado global.” (*ibidem*). Nesse sentido afirma que:

Esse modelo de desenvolvimento, novamente de base agroindustrial, está **caucionado na apropriação dos bens de uso comum da natureza e na superexploração da força de trabalho**, especializando-se na produção de determinadas commodities para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. Tal movimento, operado pela geopolítica mundial do capital, repõe, desde os anos 1990, a primarização da economia nacional, mais uma vez reeditando o que Prado Jr. (1961) chamou de o sentido da evolução brasileira, de modo que as relações sociais que lhe constituíram — a grande propriedade monocultora e escravista, além de uma produção voltada para o mercado externo — estruturam a sociedade brasileira e se perpetuam até o tempo presente, sem ignorar o impulso industrializante que marcou o país no século XX. (Silva; Araújo, 2025, p. 11-12, grifos próprios)

A intensificação desse modelo, como apontam Araújo e Silva (2025), geram diversos impactos na cidade e no campo. Para a população dos grandes centros, por exemplo, há um aumento progressivo da temperatura, gerado a partir do impulso de ampliação de grandes prédios, pelo processo massivo de construção de espaços e vias que sufocam e destroem a biodiversidade da natureza. Assim como, para os sujeitos sociais do campo, “[...] que exercem seu metabolismo em dependência direta da natureza, lhes são reservadas frequentes ameaças à sua reprodução, pela

cobiça do agronegócio, da mineração ou mesmo pela ação do Estado para a realização de grandes obras em favor do capital (Silva; Araújo, 2025, p. 12-13). Uma dimensão preocupante, portanto, são as relações de violências e exploração das terras dos sujeitos sociais dos campos, águas e florestas. Destaca-se que:

A apropriação privada e para fins de acumulação dos bens naturais compromete a vida das populações originárias, material e culturalmente, cuja expressão recente mais aterradora é a imagem do povo ianomâmi em completa degradação humana. Não à toa isso ocorre: a subordinação da vida social ao capital requer e exige a expropriação dos trabalhadores e sua separação dos recursos sociais de produção (Fontes, 2010). Essa justa medida explica a persistência e a exasperação dessas expropriações na atualidade. Sumariamente, advoga-se, aqui, o caráter social e ambientalmente insustentável do desenvolvimento capitalista brasileiro, o qual revela, na atualidade, alto grau de degradação e dilapidação ambiental, além de um processo de contínuas expropriações, intensificando os conflitos socioambientais. (Silva; Araújo, 2025, p. 13)

A constatação da insustentabilidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro mencionada por Araújo e Silva (2025), articulada com toda a fundamentação desenvolvida no trabalho até aqui, possibilitam uma afirmação acerca da insustentabilidade de todo o sistema desde seus primeiros movimentos mais rudimentares. E nesse sentido, o amadurecimento de algo que já surge a partir da destruição e do extermínio, com essa marca inapagável em seus fundamentos, aponta um horizonte preocupante em relação à sua expansão, complexificação e desdobramentos futuros.

Dessa maneira, para garantir essa ampliação sem precedentes, e que se utilize de mecanismos cada vez mais apurados e estruturados, que permitam um funcionamento sólido, com a sensação de ser quase imparável, imbatível, o capitalismo precisa se articular às estruturas mais fundamentais da sociedade. Com isso torna-se relevante pontuar o papel atuante e ativo do Estado brasileiro, assim como as autoras destacam que:

O Estado tem sido um importante protagonista das expropriações, já que assume a função de assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de reprodução capitalista (Mandel, 1978), revelando, assim, sua natureza destrutiva, seja no exercício de sua atividade reguladora — ao criar leis e normas que favorecem a apropriação privada dos bens naturais —, seja ao impulsionar ações em nome do “desenvolvimento”, seja ainda como consumidor direto da produção capitalista (Silva, 2024). (Silva; Araújo, 2025, p. 14)

Para além disso, o Estado atua ativamente no processo de “[...] expansão do modelo agroindustrial predatório nas diversas conjunturas e governos que lhes correspondem — do neodesenvolvimentismo ao ultraliberalismo” (p. 14), para além de diversos outros exemplos de atuação que colocam em risco populações inteiras, fortalecendo a aliança com o Capital e se opondo à defesa da classe trabalhadora e dos sujeitos sociais - Povos dos Campos, Águas e Floresta. Longe deste ser um movimento contemporâneo, é a marca histórica de um país com todos os seus atravessamentos de dependência e subordinação em suas estruturas.

Sobre essa articulação com o mercado, é importante destacar a abertura que indústrias e ativos privados possuem para a especulação de territórios e da biodiversidade. Destaca-se que:

[...] a criação de ativos financeiros específicos, referentes a bens e serviços ambientais, é outro importante campo de especulação financeira. Isso supõe a separação dos bens naturais, como terra, ar, biodiversidade, paisagens etc., e dos serviços ambientais (captura de carbono, polenização, disseminação de sementes etc) entre si e em relação à propriedade da terra, no sentido de facilitar a precificação isolada dos mesmos. Uma vez separados, títulos de propriedade podem ser emitidos, correspondendo ao todo ou a partes desses bens ou serviços. Esses títulos passam a circular no mercado de ações e o preço dos “ativos” tende a sofrer variações a partir das pressões dos “investidores” e especuladores. Com esse movimento, é possível, “somente” pelo controle de determinados territórios, ainda que na ausência de propriedade sobre os mesmos, convertê-los em nova fonte de acumulação de capital, ignorando-se quaisquer precedentes direitos coletivos sobre o território ou função social da terra. (Araújo; Silva, 2021, p. 165-166)

Um exemplo importante de ser destacado, que se relaciona diretamente com todos esses elementos poutuados aqui, estão compilados na reportagem com a seguinte chamada: “Lula está entregando a Amazônia para os países ricos”, diz Alessandra Munduruku” (Amazônia Real, 2025). Nessa reportagem de denúncia, realizada no contexto da COP30 (30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática), que ocorreu em Belém do Pará no mês de Novembro de 2025, a liderança indígena aponta uma grande contradição: “O presidente Lula esteve na comunidade Jamarauá, na Floresta Nacional do Tapajós e na Aldeia Vista Alegre do Capixauã, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, para participar de reuniões e rodas de conversas” (*ibidem*), mas essa é a mesma comunidade que teve seus rios cedidos para a iniciativa privada. Isso aconteceu a partir:

[...] do Decreto nº 12.600, de 28 de agosto, que incluiu as hidrovias dos rios Tapajós e Tocantins-Araguaia, no Pará, e Madeira, no Amazonas e Rondônia, no Programa Nacional de Desestatização (PND). O projeto promete entregar mais de 3 mil quilômetros de trechos navegáveis dos rios amazônicos para a iniciativa privada e atende aos interesses do agronegócio e de outros setores econômicos. “Mesmo o presidente Lula andando com os povos indígenas, mesmo que o presidente Lula às vezes demarque uma terra ou duas terras indígenas como ele vem fazendo, parece que ele está na contramão. Parece que, se ele dá uma terra, você tem que dar o seu rio, sua floresta em troca. E não adianta falar pelo nome do meio ambiente, não adianta falar pelos povos indígenas, se ele está entregando a Amazônia para os países ricos”, disse Alessandra em entrevista à Amazônia Real nesta terça-feira (04). (Ambrosio, 2025)

Essa ação expõe o quanto os impactos do capitalismo, da financeirização da natureza, causam impactos alarmantes para os sujeitos sociais. “[...] recaem sobre a população do campo e das cidades os ônus da intensa fumaça resultante dos incêndios criminosos, da destruição de habitats, do envenenamento do solo e dos lençóis freáticos pelos agrotóxicos, da grilagem de terras públicas e da escassez hídrica.” (Silva; Araújo, 2025, p. 14). Ainda sobre essa abertura dos importantes rios que constituem um sentido de manutenção da vida para o Povo Munduruku para a iniciativa privada, cabe destacar que:

“O povo Munduruku, nas discussões que a gente tem, as mulheres mais velhas se preocupam com isso. Porque era um presidente para respeitar os povos indígenas e não está respeitando. Está negociando, está vendendo a Amazônia, está negociando a nossa paz, que a gente já não tem há 525 anos e ainda continuam vendendo a nossa paz”, disse Alessandra Korap Munduruku. [...] “Nós, povo Tupinambá, consideramos uma afronta às nossas aldeias, ele vir tão próximo de nós, ao lado do nosso Território e nossos caciques e representantes não serem convidados a participar e levar nossa voz, nossas demandas. Estamos sendo envenenados pelo mercúrio presente no nosso rio, temos nossas terras inseguras e agora véspera de COP30, não aceitamos que use a imagem da Amazônia, dos povos indígenas para dizer que está tudo bem”, diz um trecho da nota. [...] “Não fomos consultados sobre esses projetos. Ele quer privatizar quatro rios, inclusive o Tapajós. Isso faz parte do projeto da Ferrogrão. É um desrespeito com nosso modo de vida, nossa cultura, nossa vida. Querem escavar um rio que é largo, mas não é fundo. A gente depende do pescado. Escavar o rio, além de desrespeito, é dizimar os povos”, disse Gilson, nesta terça. (Ambrosio, 2025)

Outro elemento importante fruto da lógica de financeirização da natureza, para além das vendas diretas dos bens naturais, são os novos nichos de mercado e lucro que o capitalismo constrói a partir da própria destruição. “A “capitalização da natureza” não somente expressa sua mercantilização, mas também cria um novo campo de acumulação e de valorização que se nutre da destruição acelerada dos

recursos naturais que, através de certo “direito de contaminar”, provocam danos irreversíveis à biosfera” (Bruckmann, 2011, p. 233). A respeito desta dimensão, Araújo e Silva (2012) apontam para a ofensiva ideológica da “Economia Verde”, que não indicam qualquer processo de sustentabilidade no capitalismo, mas que se apresenta enquanto estratégia “[...] das grandes corporações e de seus “intelectuais orgânicos”, no sentido de alargar as fronteiras da acumulação capitalista por meio da conversão do conjunto dos ecossistemas e de serviços ambientais em novos nichos de mercado” (*ibidem*, p. 129)

A Economia Verde é, precisamente, isso: uma estratégia que busca reorientar a composição orgânica do capital, restabelecendo para os oligopólios e para os grandes aglomerados financeiros internacionais possibilidades de apropriação da natureza em larga escala, e com maior eficiência e eficácia. Busca transformar o que ainda permanece “bem de uso comum” em mercadoria, fonte de valor de troca. Procura metamorfosear bens naturais em “ativos ambientais”, como as águas, o ar (taxando a emissão de gases), as florestas, passíveis, a partir de então, de serem incorporados nos cálculos estatísticos das finanças capitalistas. (Araújo; Silva, 2012, p. 138-139)

Nesse sentido, o mercado de créditos de carbono revela uma dessas estratégias vinculadas ao “direito de contaminar”, fazendo com que exista a possibilidade de grandes empresas continuarem poluindo deliberadamente, sem reduzir suas emissões de carbono, de modo que realizam transações de poluição com empresas de outras localidades.

Por essa via, empresas que emitem demais podem “investir” nos países do Sul em apoio a projetos ditos “sustentáveis”, ou seja, aqueles que deixam de emitir o que emitiriam se não dispusessem dos citados investimentos. Um dos mais expressivos programas nesse campo é o chamado REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) e sua ampliação, por meio do REDD+22. A implementação desses programas supõe que um país do Sul Global, possuidor de grandes extensões de vegetação nativa, concorde em reduzir as emissões oriundas do desmatamento; deve, para tanto, demonstrar a capacidade de retenção de carbono. Em razão da preservação da área, um dado valor será repassado pelos países do Norte aos países do Sul. (Araújo; Silva, 2021, p. 166)

Um outro exemplo importante vinculado à financeirização diz respeito a sua influência no valor dos bens de alimentação e matérias primas. “A lógica financeira que domina os mercados de commodities [...]. Ao contrário do que mostram os manuais de economia, são os preços de futuros os que definem os preços correntes das commodities e não o inverso (SERFATI, 2010, p. 52)” (Bruckmann, 2011, p.

235). Esse processo demonstra o posicionamento político e econômico do agronegócio no Brasil, que ao mesmo tempo que se posiciona na contramão da produção de alimentos saudáveis, padronizando alimentos e produzindo a destruição da saúde e do ecossistema com agrotóxicos (se opondo à agroecologia e ao saber tradicional de manejo com a terra), também produz como resultado ameaças graves aos sujeitos sociais dos campos, águas e florestas.

Para além de todas as ameaças até aqui mencionadas, um exemplo importante vinculado à financeirização está na disputa por minerais estratégicos. Os países centrais ao sistema capitalista, e que disputam a corrida tecnológica buscando por monopólios de desenvolvimento, dependem diretamente desses minerais. Os países latinoamericanos, mais uma vez, estão posicionados enquanto alvos dos interesses capitalistas por possuírem regiões importantes para a extração de minérios.

No contexto atual, “Lítio, nióbio, cobre, manganês e terras-raras, entre outros minérios, estão no centro de uma das disputas mais acirradas do século 21.” (Idoeta; Mota, 2025, n.p.). Destaca-se ainda que, “a demanda por esses minérios deve crescer 1,5 mil por cento até 2050, segundo relatório da Unctad, a agência de desenvolvimento da ONU. É muito acima do que a produção global dá conta no momento” (*ibidem*). Para além disso:

Além das terras raras, o Brasil tem reservas de outros minérios cobiçados, como o nióbio — usado em ligas metálicas de alta resistência, fundamentais para siderurgia, construção civil, turbinas, trens de alta velocidade, baterias e equipamentos aeroespaciais e militares, como mísseis hipersônicos. O país concentra cerca de 92% da produção do metal, que é leve e resistente a altas temperaturas e ganhou popularidade na última década, depois de ter sido reiteradamente defendido por Jair Bolsonaro como recurso estratégico para o país. [...] **Cálculos da ONU apontam que, de todos os conflitos intra-Estados registrados nas últimas décadas, 40% eram relacionados a recursos naturais — inclusive ao acesso a minérios.** (Idoeta; Mota, 2025, n.p.).

Bruckmann (2011) analisa que “no tabuleiro da geopolítica mundial a disputa global por minerais estratégicos direcionará os movimentos dos grandes consumidores de minerais para as principais reservas do planeta” (p. 259). Já no ano de 2011 apontava para esse movimento de ampliação das disputas por minerais estratégicos. A tendência é que cada vez mais, com a utilização de mineirias para a produção de tecnologias parte do processo de transição energética global, como o caso dos carros elétricos, painéis solares, e até mesmo estando presente em

equipamentos militares (Idoeta; Mota, 2025), a tendência é que esse movimento se complexifique com o passar dos anos. Dentro do campo das disputas, destaca-se inclusive o uso da força militar para a garantia da dominação de recursos naturais globais (Bruckmann, 2011).

A estratégia das potências hegemônicas inclui uma ação articulada e complexa para afastar as barreiras políticas e econômicas que permitam um domínio de longo prazo sobre estes recursos. Esta dinâmica não se reduz ao âmbito comercial e, portanto ao consumo da produção mundial, mas se desdobra necessariamente em uma política de gestão e de domínio das reservas mundiais. A maioria dos contratos de exploração e exportação de recursos minerais que se firmam entre as empresas mineradoras (grande parte das quais são de capital norte americano, europeu e chinês) e os países latino americanos, têm um marco regulatório que garante às mineradoras, períodos de operação longos que vão de 20 a 40 anos (ver anexo 5). Os descobrimentos de novas jazidas e grandes reservas de minerais estratégicos orientarão o deslocamento de interesses geopolíticos de um país para outro, ou de uma região para outra. Um mapa dinâmico, que atualize permanentemente o volume de reservas de minerais da América Latina, converte-se em uma ferramenta muito útil para prever o deslocamento de interesses geopolíticos na região e o surgimento de novos territórios de disputa e de conflito no continente. (Bruckmann, 2011, p. 259-260)

Como destaque para o tópico de debate em questão, e articulando ao debate da ruptura metabólica previamente elucidado, as autoras Araújo e Silva (2021) provocam um questionamento de análise e hipóteses importantes: “Representaria a financeirização da natureza uma segunda fase da degradação ambiental constitutiva da falha metabólica?” (p. 167). Complementando que:

[...] nos termos de Tanuro (2012) [...] há um diferencial qualitativo entre os traços essenciais herdados da Revolução Industrial e as novas e mais complexas condições de desenvolvimento da falha metabólica nos marcos da financeirização da natureza? A título de hipótese, podemos aventar uma resposta afirmativa às questões suscitadas [...]. Os elementos que se evidenciam e compõem essa assertiva são: a) as mudanças climáticas; b) a valoração ou precificação dos bens e serviços ambientais; c) a transação mercantil de títulos e ativos financeiros correspondentes a bens e serviços oriundos da natureza, sem qualquer intervenção humana; d) a possibilidade de controle, pelas grandes corporações transnacionais, de áreas preservadas, em detrimento dos povos que vivem secularmente nestes territórios; e) o envolvimento direto do sistema financeiro e dos Estados nacionais e/ou unidades subnacionais nas transações especulativas de “ativos ambientais”; f) a intensificação do consumo de matérias primas e energia em razão da taxa de uso decrescente das mercadorias ou obsolescência programada, dentre outros. (Araújo; Silva, 2021, p.167-168)

Nesse sentido, destaca-se a importância, necessidade e atualidade do desenvolvimento debate da financeirização da natureza para a compreensão dos

fundamentos e, principalmente, das expressões da Questão Ambiental, Agrária, e de modo geral da “Questão Social”, verificadas na atualidade. Cabe aqui destacar que a análise dos elementos que compõem todas estas Questões precisam estar vinculadas aos processos de enfrentamento, posicionamento e organização dos sujeitos sociais - Povos dos Campos, Águas e Florestas - em relação a todas as ameaças e violências sofridas historicamente.

Revelar a pauta ambiental presente nas lutas dos diversos sujeitos espalhados nos territórios de resistência é parte indelével deste compromisso ao qual aqui reiteramos o convite. Considerados em suas práxis distintas (do trabalho, étnico-raciais, de gênero, geracionais etc.), eles vêm retomando suas historicidades e suas memórias ancestrais, articulando a defesa dos bens comuns da natureza (da terra, das águas, das florestas, dos mangues) e desenvolvendo práticas coletivas que informam modos de vida pautados na necessidade de proteção da biodiversidade, além do desenvolvimento de sistemas produtivos fundamentados na cooperação, de que são exemplos a agroecologia, o turismo comunitário, as modalidades de extrativismo vegetal ou mesmo a pesca artesanal, dentre outros. (Silva; Araújo, 2025, p. 16-17)

3.2. A Financeirização da Natureza: Elementos Sobre as Tendências da Financeirização nos Anos de 2024-2025

Em concordância com Silva e Araújo (2025) mencionadas acima, é urgente a necessidade de “revelar a pauta ambiental” (p.16) presente na luta dos povos, e nesse sentido, com importância equivalente, cabe aqui apontar as tendências atuais das ameaças que se transformam em enfrentamento cotidiano para os sujeitos sociais. Como já foi mencionado no decorrer do trabalho, existe uma disparidade estrutural, historicamente construída, que coloca para os países do Sul Global os maiores processos de exploração, e esse é um movimento em continuidade visto no território brasileiro.

Para pensar os processos de exploração e os efeitos decorrentes, o mesmo funcionamento é verificado. Saito (2024) reforça essa compreensão ao dizer que o “estilo de vida imperialista” (p.24) seria impossível sem a dinâmica de expropriação e a transposição dos custos para o Sul, essa é a regra para a relação de poder entre os países centrais em relação aos periféricos ao sistema capitalista.

O Sociólogo Stephan Lessenich, da Universidade de Munique, salienta que transferir os custos para longe e invisibilizá-los é essencial para a “abundância” da sociedade nos países desenvolvidos. Ele chama isso de

“sociedade externalizada” e faz uma crítica. Os países desenvolvidos desfrutaram de uma vida “abundante” sobre o sacrifício do Sul global. Lessenich os acusa de tentarem manter o privilégio “não apenas hoje, mas amanhã e no futuro”. Uma *sociedade externalizada* tem criado externalidades constantemente e transferido os vários encargos para elas. Os países do Norte global só poderiam ter prosperado dessa maneira. (Saito, 2024, p. 25)

No funcionamento de produção e acúmulo de riquezas, “o alvo da expropriação do capitalismo não é apenas a força de trabalho, mas todo o ambiente terrestre” (Saito, 2024, p. 26). O sistema posiciona os sujeitos sociais como “[...] ferramentas da acumulação de capital e considera a natureza um mero objeto sujeito ao saque” (*ibidem*). Essa relação predatória não considera os limites da Terra e de todos os seus bens naturais, com o olhar voltado para o lucro não importa verificar uma deterioração em curso. Como afirma Kohei,

O perigo climático não é algo que vai se iniciar em 2050, é *algo que já se iniciou*. Fato é que as anormalidades climáticas que aconteciam “uma vez a cada cem anos” passaram a ocorrer anualmente em todas as regiões do globo e que estamos vivendo o chamado “novo normal”. No entanto, a situação atual é só o prefácio. O ponto no qual irá ocorrer uma mudança súbita e irreversível, quando não será possível voltar atrás, ou seja, o *point of no return*, já está logo ali. (Saito, 2024, p. 19)

A responsabilidade ativa pelo caminho curto até o “ponto de não retorno” é diretamente da classe dominante. Como demonstra “[...] a Oxfam, os 10% mais ricos do mundo são responsáveis por metade da emissão global de CO₂” (Saito, 2024, p. 21), isso está relacionado a um modo de vida luxuoso e de esbanjamento, e a um posicionamento no Modo de Produção capitalista voltado para a máxima extração de riquezas possível. A divisão é clara, para a classe dominante e para os países centrais,

[...] os promissores carros elétricos e a inteligência artificial (além de fazerem a fortuna de uma estreitíssima elite de ocasião) surgem como a salvação para o dilema entre expandir a economia e preservar o meio ambiente (*decoupling*). Enquanto isso, nas profundezas da periferia, multiplicam-se as crateras abertas pela extração dos mineirias essenciais à Indústria 4.0, predominam os campos pelados e esterilizados pela monocultura, pela transgenia e pesticidas caros ao agronegócio; o trabalho escravo e o banditismo também são fatores recorrentes no processo em que todos os biomas destruídos se veem pela ganânica. (Saito, 2024, p. 10)

A questão é que os efeitos da crise climática no nível de intensidade que está sendo vivenciada pela humanidade, tem atingido todos os países. É evidente que de

maneira menos intensa para o centro, mas ainda sim são verificados processos vinculados à mudanças bruscas nas chuvas, no oceano, nos ventos, no calor intenso, na seca, entre outros. Porém, como Saito (2024) apresenta, graças aos processos de transferência, “[...] o capitalismo não sofrerá um golpe fatal que o leve a colapsar imediatamente” (p. 38). O cenário se agrava ao ser compreendido que, na medida em que as transferências dos custos pela exploração da Terra forem intransponíveis e passarem a atingir de forma igualmente agravante os países dominantes, “[...] grande parte do planeta estará em um estado irrecuperável. A terra se tornará inabitável antes do colapso do capitalismo. (Saito, 2024, p. 38)

Dessa maneira, para que seja possível identificar os mecanismos que corroboram para esse colapso, é necessário mencionar algumas tendências da financeirização no território brasileiro durante o período de 2024 e 2025, entendendo a financeirização da natureza enquanto parte essencial da ferramenta complexificada do processo de apropriação de riquezas.

Uma característica interessante para ser analisada é o próprio movimento do capitalismo na apropriação de pautas “sustentáveis”, como já foi mencionado anteriormente, mas dessa vez destacando sua articulação para o processo de direcionamento dos investimentos do capital. Alguns termos aparecem quando o olhar é direcionado para esse movimento atualmente, como “finanças sustentáveis” ou até mesmo “ambientalismo financeiro”, sendo essas algumas maneiras utilizadas pelos grandes donos de investimentos, para dizer do processo de produção de riqueza através da natureza sem que fique nítido o aspecto da exploração.

Atrelado a esses termos, aparece em destaque os chamados critérios ESG para os investimentos “sustentáveis”. A sigla, que em inglês significa Environmental, Social, and Governance (Ambiental, Social e Governança - ASG), passa a ganhar destaque a partir dos anos 2000 com a intenção de analisar o nível de sustentabilidade e a ética das empresas no que tange a relação com a natureza (Associação Brasileira de ESG, 2024).

Cabe aqui olhar de maneira atenta e crítica para essa dinâmica do capital de grandes empresas que aparentam estar preocupadas com a natureza, mas que na realidade estão se apropriando de pautas dos movimentos sociais e levando isso para o processo de produção de riquezas. Um artigo chamado “Sustentabilidade e Lucro: Alinhando Retorno Financeiro e Impacto Positivo” da Sustentech demonstra isso com nitidez ao afirmar que nesse novo movimento do mercado de

investimentos, há uma “[...] consciência crescente de que a viabilidade a longo prazo dos retornos financeiros depende diretamente da sustentabilidade das práticas empresariais.” (*Sustentech*, 2024)

Ora, o que pode ser observado é que as escolhas sustentáveis nas práticas empresariais não estão fora do mecanismo do sistema capitalista, que não se preocupa de fato com a preservação dos bens naturais. Em outro trecho a reportagem afirma que a adoção dos critérios ESG para os investimentos “[...] não só protege o planeta, mas também mitiga riscos associados a questões ambientais e sociais que podem afetar negativamente os resultados financeiros a longo prazo” (*Sustentech*, 2024). Claramente o foco é a manutenção dos resultados financeiros. Ainda afirmam que:

Transformar ações de sustentabilidade em fontes de lucro é uma estratégia que ganha cada vez mais força. Certificações e selos de sustentabilidade, como LEED para construções sustentáveis e B Corp para empresas comprometidas com altos padrões de responsabilidade social e ambiental, são exemplos de como as empresas podem agregar valor à sua marca e justificar preços mais elevados. Essas certificações aumentam a confiança dos consumidores e abrem novas oportunidades de mercado. (*Sustentech*, 2024)

As empresas dialogam com bastante nitidez sobre as intenções vinculadas aos investimentos “sustentáveis”. Parte importante desse processo é que “[...] a emissão de títulos verdes e a criação de fundos de investimento sustentáveis permitem que as empresas financiem projetos ecológicos e atraiam investidores interessados em práticas responsáveis” (*Sustentech*, 2024). Além disso, a mesma reportagem aponta, ainda, o exemplo da “agricultura regenerativa” enquanto caminho de empresas “[...] que buscam restaurar e revitalizar ecossistemas degradados” (*ibidem*), caminho esse de manutenção da natureza que historicamente já é realizado pelos Povos dos Campos, Águas e Florestas.

Ou seja, fica explícito que é uma questão meramente performática adotar “pautas sustentáveis”, e que não possuem a intenção de mitigar ações de exploração, muito pelo contrário, acabam por possibilitar caminhos alternativos que *enganam os olhares distraídos* e fazem com que se acredite que o capital em alguma medida possa se preocupar de fato com a manutenção da natureza. Não existe forma de exploração que não seja agressiva.

Uma outra dimensão que é profundamente preocupante, no tocante ao processo de especulação da natureza, é a transformação da água em ativo financeiro. No ano de 2024, “[...] o maior fundo mundial de *private equity*, a BlackRock, anunciou a aquisição de um gigante das infraestruturas, o Global Infrastructures Partners (GIP)” (Petrella, 2024), a compra da GIP pela BlackRock representa uma ameaça justamente pela possibilidade de negociação financeira da água, bem da natureza essencial e coletivo, como commodity.

A transação envolveu dinheiro e ações, segundo um acordo de bolsa que avalia a GIP em 12,5 bilhões de dólares. A empresa é o maior gestor independente de infraestruturas do mundo, com um patrimônio de mais de 100 bilhões de dólares nos setores de energia, infraestruturas digitais, água e resíduos. [...] Entre os investimentos de destaque da GIP estão plataformas privatizadas de geração de energia a partir de fontes renováveis (como Cleanway Energy, Vena, Atlas e Eolian), os aeroportos de Gatwick (em Londres), Edimburgo e Sidney, o desenvolvedor de data centers Cyrius One e o gigante global de serviços de água e resíduos urbanos, a Suez/Engie (da qual a GIP detém uma participação de 40%). Em outras palavras, estamos falando de empresas globais muito grandes e poderosas, que têm cada vez mais influência direta sobre o que acontece com as pessoas. Com a aquisição da GIP, a BlackRock está exercendo um forte controle sobre o capital da Suez/Engie e, portanto, sobre suas escolhas estratégicas. (Petrella, 2024)

A entrega total da vida social, e de toda estrutura que demanda sua manutenção, como os bens da natureza, assim como “[...] as estradas, pontes, aquedutos, portos, aeroportos, ferrovias, hospitais, escolas, transportes públicos locais, redes elétricas, telecomunicações [...]” (*ibidem*) na mão de grandes empresas, retira o controle público e alimenta o *entreguismo* ao capital. Vale destacar que essa dinâmica é muito maior e mais preocupante, já que como destaca a reportagem:

[...] a decisão da BlackRock em 14 de janeiro seguiu-se a uma solicitação (feita em 7/12) pelo mesmo mega-fundo, ao Chicago Exchange Mercantile (CEM), a maior bolsa de *commodities* do mundo. Atendendo ao pedido da BlackRock, a Bolsa de Chicago abriu seu mercado de derivativos mais especulativo para transações financeiras nos futuros da água, transformando a água em um ativo financeiro em todos os aspectos. E também agiu a NYSE, a Bolsa de Nova York, mais conhecida como “Wall Street”. No final de setembro de 2021, ela deu um passo gigantesco na direção errada, a favor da total financeirização da natureza. Criou uma nova classe de ativos financeiros, o *capital natural* (qualquer elemento do mundo natural tratado como um ativo) e deu origem a uma nova categoria de empresas, as *Natural Capitals Corporations (NCCs)*, listadas na bolsa, responsáveis pela gestão do capital natural. Para isso, sob a égide da *Natural Capitals Coalition*, Wall Street propôs que 30% do capital natural mundial, incluindo 30% do mais devastado, fosse assumido pelas NCCs

para ser cuidado e restaurado até 2030. Essa proposta tornou-se uma resolução aprovada quase unanimemente pelos Estados participantes da COP15-Biodiversidade, realizada em Montreal em dezembro de 2022. A COP15 consagrou a total financeirização da natureza de acordo com os princípios e modos da economia capitalista global. Naturalmente, o mundo dos negócios e das finanças ficou extremamente satisfeito com o resultado, mas o que surpreende é que muitas das ONGs presentes em Montreal também acolheram favoravelmente a resolução. (Petrella, 2024)

O *capital natural*, o capital vindo diretamente de qualquer elemento da natureza, é a grande questão. Esse movimento das gigantes internacionais compete ao território brasileiro à medida que essas empresas estão interessadas tanto em países historicamente subalternizados e com maiores aberturas para processos de exploração, mas principalmente, buscando países em que a biodiversidade são preciosidades em abundância, sendo possibilidades abundantes em relação a tudo aquilo que pode ser transformado em capital. Destaca-se, portanto, que dentre os investimentos da GIP, a fusão entre a Suez e a Engie, possibilitou o surgimento da “[...] maior empresa privada do mundo em exploração de gás natural. No Brasil, a Engie controla cinco centrais fotovoltaicas, além de ter feito parte do consórcio que construiu a hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia” (Petrella, 2024).

A forma como as empresas se espalham pelo território brasileiro, financiando projetos que envolvem um giro de capital imenso e que possuem diversos impactos ambientais, sociais e políticos, é alarmante. Cabe aqui pontuar como essas engrenagens estão diretamente imbricadas a um funcionamento de sistema muito mais amplo que os limites fronteiriços deste país, e como uma compreensão atomizada dessas expressões é insuficiente para a leitura do todo.

A respeito dessa articulação internacional, no ano de 2025 a COP 30 no Brasil evidenciou diversas camadas da Questão Ambiental no que tange a relação entre vários países do mundo e seus interesses políticos e econômicos. Uma delas diz respeito ao processo de criação do Fundo para Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), ou em inglês Tropical Forest Forever Facility, que apesar de ser divulgado enquanto possibilidade inovadora para incentivar a preservação, trata-se de um incentivo para a intensificação da financerização das florestas (Vieira, 2025). O fundo representa “[...] a coalizão de mais de 160 organizações da sociedade civil em todo o mundo, como a mais recente “fantasia financeira” para mercantilizar mais uma vez, os povos que vivem das florestas e nas florestas” (*ibidem*).

O fundo opera como um banco. A estratégia é captar US\$ 125 bilhões no mercado, com juros baixos, para emprestar a taxas mais altas. O lucro dessa operação, estimado em US\$ 4 bilhões anuais, seria então distribuído. A promessa seria de quatro dólares por hectare de floresta em pé. [...] A declaração “NÃO AO TFFF. SIM AOS DIREITOS DA FLORESTA”, assinada por essa ampla frente de organizações, aponta razões contundentes. O fundo transforma a floresta em um ativo financeiro. Ele ignora solenemente as causas reais do desmatamento, que sangram diariamente a Amazônia e outras florestas tropicais pelo mundo. Os inúmeros conflitos por terra, a grilagem, a expansão predatória do agronegócio, a mineração ilegal e legalizada e a violência contra defensores e defensoras do território. (Vieira, 2025)

Adilson Vieira, autor da carta em questão publicada no *Le Monde* (2025), coordenador de Articulação e Parceria da Rede de Trabalho Amazônico GTA, destaca que a materialidade dos conflitos vivenciados pelas comunidades da floresta, que lidam diariamente com ameaças, invasões, processos de violência explícita, são muito alarmantes para uma simples “solução de escritório”, como é o caso do TFFF. Uma solução que participa da “[...] mesma lógica de mercado que alimenta a destruição e em nada influencia na proteção dos defensores desses territórios” (Vieira, 2025).

“O colapso ecológico causado pelo capitalismo não será resolvido com mais capitalismo”, afirmam as organizações no documento. A distribuição dos recursos escancara a injustiça. Dos US\$ 4 por hectare, 80% iriam para os cofres dos governos nacionais. Apenas 20% (80 centavos) chegariam, na melhor das hipóteses, aos povos indígenas e comunidades locais, que são os guardiões históricos desses ecossistemas. Para Sila Mesquita Apurinã, Coordenadora Geral da Rede de Trabalho Amazônico (GTA), a proposta é “a velha colonização vestida de verde”. (Vieira, 2025)

Destaca-se que, “a ideia foi anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2023, na COP 28 em Dubai, e passa a funcionar neste ano, a partir do lançamento oficial durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) [...]” (Agência Brasil, 2025a). E para além disso, foi também o Brasil que realizou o primeiro investimento no fundo, em setembro de 2025, no valor de US\$1 bilhão. O TFFF, diferente de outros fundos, “[...] **ele paga por resultados, em vez de financiar projetos e recompensar florestas em pé**” (*ibidem*, grifos próprios).

Uma outra dimensão da contradição que permeia as estratégias para lidar com a Questão Ambiental dentro do capitalismo, no caso do fundo da TFFF,

destaca-se na presença curiosa da Fundação Munderoo enquanto investidora de grande porte:

A Fundação Munderoo investiu 10 milhões de dólares (15,4 milhões de dólares australianos) de capital catalítico no Tropical Forest Forever Facility (TFFF) - uma iniciativa global de referência concebida para mobilizar financiamento a longo prazo para a conservação e restauração das florestas tropicais. [...] "O papel da Munderoo como investidor inicial é mais do que capital - é uma questão de liderança", afirmou John Hartman, Diretor Executivo da Munderoo Foundation. "O nosso investimento ajudará a reduzir o risco do fundo para os investidores institucionais, ajudando a desbloquear até quatro vezes mais capital privado." O investimento alinha-se com o compromisso da Munderoo de proteger sumidouros de carbono globalmente significativos, salvaguardar a biodiversidade e reforçar a gestão indígena da natureza. (Tropical Forest Forever Facility, 2025)

A Fundação Munderoo pertence ao australiano Andrew Forrest, empresário que controla a Fortescue, uma empresa global de mineração e energia. Uma mineradora que já extraiu 2,29 bilhões de toneladas de minério de ferro exportado desde 2008 (Fortescue, 2026a). Nesse processo de anos de exploração, pode-se imaginar o tamanho da destruição causada e os rebatimentos desse processo para sujeitos sociais ao redor do mundo. Destaca-se, por exemplo, o processo de violação de direitos e destruição do povo indígena australiano **Yindjibarndi**, por parte da Fortescue, que ainda nos dias atuais cobra judicialmente por indenizações diante dos anos de exploração de minérios em seu território de forma ilegal. Os indígenas Yindjibarndi demandam “[...] o pagamento de royalties atrasados que somam mais de 500 milhões de dólares, além de indenizações que podem chegar a centenas de milhões de dólares pela perda de locais sagrados e da conexão espiritual com a terra” (Mercer, 2023, tradução própria)

Andrew Forrest também é o mesmo empresário bilionário com interesses em terras brasileiras, com destaque a dois projetos atualmente: Projeto Ceará e Pecém (Fortescue, 2026b). O primeiro, como aponta o site da empresa, realiza no Ceará, “[...] trabalhos de pesquisa de campo com o objetivo de descobrir minerais críticos que ajudam o mundo a reduzir as emissões de carbono prejudiciais ao meio ambiente.”, e o segundo projeto, busca contruir a “[...] indústria do hidrogênio verde (H2V) no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), localizado no Ceará. O projeto faz parte das iniciativas globais da nossa empresa para contribuir com a descarbonização do planeta.” (*ibidem*). O processo de entrada de empresas como essa no Brasil, geram impactos diretos para as comunidades dos territórios visados,

além de ser margem para a exploração da biodiversidade brasileira, apoiada no discurso da sustentabilidade.

Sendo assim, a grande orquestração contraditória do capital, como pode ser vista, possibilita que empresas que lucram através da destruição da natureza, como o caso de mineradoras, também possam estar presentes em processos de financeirização e lucratividade a partir da recuperação e manutenção de áreas florestais, ou de tecnologias ditas “sustentáveis”. Nesse sentido, é evidente a compreensão, como afirma o coordenador Adilson Vieira sobre a necessidade de discutir e conhecer o fundo TFFF, de que:

O debate sobre o TFFF não é técnico. É profundamente político. É uma disputa sobre o futuro. A floresta será um bem comum, vivo e defendido por seus povos, ou um papel no bolso de um especulador? Para quem a habita e a protege com o corpo, a resposta é clara, e ecoa de Belém para o mundo: NÃO AO TFFF. SIM AOS DIREITOS DA FLORESTA. (Vieira, 2025)

Pensando ainda sobre os direitos da floresta e dos povos e comunidades que vivem nela, não é possível deixar de colocar em destaque as disputas por petróleo na Amazônia que ganhou novos contornos no ano de 2025. O petróleo, recurso mineral energético extremamente necessário para diversos âmbitos na sociedade capitalista, também está presente em forma de ativo financeiro, já que representa a materialização de grandes disputas internacionais em torno de seu monopólio. A Amazônia, berço de uma das maiores biodiversidades do planeta, está no centro de diversas disputas econômicas e o petróleo surge como mais um desses elementos de interesse internacional no território. Como afirma a reportagem:

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) **concedeu à Petrobras** nesta segunda-feira (20) a licença para perfuração de um poço no bloco 59 (FZA-M-59), na bacia da Foz do Amazonas, a cerca de 500 quilômetros da foz do rio e 175 km da costa do Amapá. A autorização é a primeira concedida pelo órgão ambiental na costa amazônica dentro da chamada margem equatorial brasileira, que abriga dezenas de blocos de concessão entre o Amapá e o Rio Grande do Norte. A região é considerada a **nova fronteira do petróleo nacional**, e deve abrir caminho também para o licenciamento dos **blocos concedidos às petroleiras estrangeiras, em julho deste ano**. Ali, na margem equatorial brasileira, está a maior faixa contínua de manguezais do mundo e o Grande Sistema de Recifes da Amazônia (GARS), um ecossistema de cerca de 9.500 km² descrito apenas recentemente pela ciência e localizado a apenas 40 quilômetros do bloco licenciado. (Bispo, 2025)

Desde 1970 a ofensiva de petroleiras tenta se apropriar da região para a extração do petróleo (Bispo, 2025), o que demonstra que durante anos há um contexto de tensão entre as comunidades da região e as empresas. Como afirma a reportagem, “[...] pelo menos três terras indígenas, seis territórios quilombolas e 34 unidades de conservação são altamente sensíveis e sofreriam danos irreversíveis com vazamentos” (*ibidem*). Dentre os territórios ameaçados está a Terra Indígena Uaçá:

[...] a liderança Luene Karipuna, disse que ficou “muito triste em receber essa notícia hoje”. “É destruir e acelerar cada vez mais a crise climática que nós já vivemos. Então, nós não precisamos de mais discursos vazios. O Ibama deveria proteger a biodiversidade e o meio ambiente, mas é o primeiro a soltar a mão dos povos indígenas. O Lula é o primeiro a soltar a mão dos povos indígenas”, disse. (Bispo, 2025)

Além disso, a área de interesse abriga o “[...] Grande Sistema de Recifes da Amazônia (GARS), um ecossistema raro e pouco estudado que se estende por aproximadamente 9.500 km² entre a costa do Amapá e o Maranhão” (Bispo, 2025), qualquer vazamento de óleo comprometeria em níveis inestimáveis a natureza da área. A região entre o Amapá e o Maranhão “[...] abriga 321 blocos petrolíferos, dos quais 44 já foram concedidos para exploração”, a abertura desse novo bloco possibilita a concessão de novas áreas, o que impactaria uma área imensa de maneira inimaginável. A respeito do tema, o cientista ambiental Daniel Cunha destaca que:

No contexto da aproximação de pontos de não-retorno tanto do clima global quanto da Floresta Amazônica — que exige que nem mesmo as reservas atualmente conhecidas de combustíveis fósseis sejam exauridas, como alerta o cientista Carlos Nobre, e a recente catástrofe climática no Rio Grande do Sul —, o governo federal tem insistido que a exploração de petróleo naquela área é essencial para financiar uma transição energética no país. Do presidente Lula ao ministro de minas e energia, Alexandre Silveira, passando até mesmo por Marina Silva, a ministra do meio ambiente, o coro é praticamente uníssono. De sua parte, o ministro da fazenda, Fernando Haddad propõe mecanismos financeiros de transição energética baseadas em esquemas de mercado, “vantagens competitivas” e *joint ventures*. (Cunha, 2025)

Porém Daniel (2025) afirma que “[...] é preciso mais do que isso para demonstrar que não é preciso explorar o petróleo da Amazônia a fim de levar a cabo uma transição energética”. Destaca ainda que o discurso da exploração do petróleo

para essa finalidade é apenas uma grande falácia do capitalismo, principalmente pelo o que o Brasil oferece em termos de biogeofísica, possibilitando outros recursos que sejam menos agressivos, como o sol e o vento. Ironiza ainda que até mesmo os “sedimentos do Rio Amazonas” já possuem o conhecimento da grande probabilidade de “[...] a extração ocorra *sem que seja implementada transição alguma*, já que a prioridade será dada aos lucros corporativos e à distribuição de dividendos com a extração acelerada até a última gota” (*ibidem*).

A necessidade da extração na margem equatorial só se sustenta caso se aceite que toda a alocação de recursos, até mesmo aquela que afeta as condições de reprodução da vida, deva passar pelo duplo buraco de agulha da acumulação de capital e da “austeridade” fiscal. Mas isso é o *inaceitável* para qualquer projeto humano de emancipação. Nem mesmo as justificativas desenvolvimentistas ou soberanistas (que não são o que me move) se sustentam, já que um projeto de transição seria um ambicioso programa de reconstrução infraestrutural que se estenderia por todo o país, de fato muito mais “mobilizador” do que o extrativismo de petróleo, e a autoderminação dos povos não está atrelada à dependência de uma forma específica de energia não-renovável, mas muito pelo contrário, ao controle popular de todo o sistema energético, com ênfase naquelas que não se exaurem com o uso. (Cunha, 2025)

Para além do aumento da busca pela exploração do petróleo na atualidade, outros dados sobre as tendências da financeirização no Brasil necessitam destaque, sendo impossível não salientar a centralidade das *commodities* no caso brasileiro e suas participações no mercado financeiro. Boechat (2024) contribui para esse debate com a análise dos Fiagros (Fundos de Investimentos das Cadeias Agropecuárias), por meio dos quais os investidores “[...] buscam a extração de rendimentos oriundos da capitalização, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), de títulos de direitos creditórios, de participações em empresas e de direitos imobiliários relacionados ao agronegócio” (Boechat, 2024, p. 2).

Espelhados na “engenharia financeira” dos Fundos de Investimento Imobiliários, os FIIs, criados pela Lei 8.668, de 1993, os Fiagros, como estes, têm como um dos seus atrativos a isenção de imposto de renda sobre os dividendos distribuídos para os seus cotistas. Em pouco tempo, em meio à propaganda martelada nas mídias de que o “agro é tudo”, aliada a um cenário de juros altos supostamente para conter a inflação, e com tais Fundos sendo geralmente atrelados à CDI e pagando dividendos que chegam a ultrapassar 1,5% ao mês, um agronegócio cada vez mais entrelaçado ao capital fictício vai se tornando “pop” entre investidores do mercado financeiro, não apenas investidores institucionais e assim gradativamente mais investidores pulverizados entre pessoas “comuns” de camadas médias, que buscam adquirir uma parcela de cotas de Fiagros para diversificar suas carteiras de investimentos. (Boechat, 2024, p. 2)

Os investimentos através dos Fiagros não são, tal qual a lógica da financeirização opera, investimentos diretos para as *commodities*, mas sim “[...] nas dívidas necessárias para a produção de *commodities*, representando, portanto, diante das flutuações do mercado, das incertezas climáticas, econômicas e jurídicas, uma arriscada gestão das dívidas acumuladas” (Boechat, 2024, p. 3). Desse modo, ancorada em investimentos futuristas e incertos, a “[...] *hipoteca da promessa de valorização* (Kurz, 2019) desdobra um mercado de ativos financeiros, dentre eles a própria terra, que antecipam a produção de mercadorias e os processos de trabalho, movendo uma expansão endividada do agronegócio” (*ibidem*).

O artigo em questão aponta uma análise dos Fundos Agropecuários do ano de 2023, que apresentavam 32 fundos listados (entre eles 27 realmente ativos), arrecadando um valor de quase R\$11 bilhões (Boechat, 2024, p. 13). Já no ano de 2025, de acordo com os dados da Comissão de Valores Mobiliários do Governo Federal, os números dos Fiagro no primeiro trimestre correspondiam a 145 fundos operacionais, com um aumento de 42% no último ano, tendo em patrimônio o montante de R\$ 47,7 bilhões (25% a mais do que no ano anterior) (Brasil, 2025b). De 2023 para 2025, portanto, houve um crescimento exponencial dos fundos.

É importante pensar, diante dos rebatimentos sociais e ambientais causados pelo processo de produção das *commodities* no Brasil, como os “[...] casos relatados de grilagem, invasão de terras indígenas, infrações ambientais e ocorrência de trabalho análogo à escravidão é praticamente ignorada e seguramente subavaliada nas cotações da Bolsa” (Boechat, 2024, p. 3). Todo esse plano de fundo da violência que permeia a produção agropecuária a ser especulada na Bolsa de Valores, diz muito sobre o movimento próprio do sistema capitalista e como o aumento dos lucros para as empresas do agronegócio estão às custas do processo de exploração de comunidades dos campos, águas e florestas.

Ou seja, os fundos de investimento provocam a “[...] ocorrência de “circuitos de endividamento” novos e financeirizados que tendem a levar à mobilização da propriedade fundiária e, assim, promover novas e mais críticas *centralizações de capitais* (Marx, 1985)” (Boechat, 2024, p. 4). E a partir das centralizações de capitais, há a intensificação de novos movimentos especulativos, que alimentam as expropriações da terra e a invasão de espaços coletivos, impulsionando o Modo de Produção Capitalista.

Como demonstração da relação direta entre o agronegócio e a violência, a reportagem do Intercept Brasil apresentou empresas bilionárias relacionadas à produção de milho para a fabricação de etanol que possuem diversas infrações ambientais e trabalhistas, sendo contempladas com financiamento público através do Fundo Clima (Sabrina; Amorim; Souza, 2025). De acordo com o levantamento, das sete empresas vinculadas a esse processo produtivo, seis delas possuíam “[...] registro por infrações ambientais ou questões trabalhistas e fundiárias em órgãos federais ou estaduais quando solicitaram financiamento ao BNDES”. Complementam ainda que “a única empresa que não tinha passado a ter logo depois de ter o recurso aprovado. As infrações evidenciam as contradições das promessas do setor, que vende a imagem de sustentável e recebe investimentos bilionários como solução climática” (*ibidem*).

O BNDES afirmou que os financiamentos “ao setor de biocombustíveis fazem parte da estratégia do governo federal de apoio à transição energética e à descarbonização”. O setor de etanol de milho diz que é sustentável porque promete expandir a produção do grão que abastece as usinas de etanol sem desmatar, e assim ajudar a conter a crise climática com a substituição de combustíveis fósseis pelo biocombustível feito do milho. A ideia tem apoio de governos estaduais, do governo federal e de políticos da extrema direita – e foi levada à **COP30** pelo agro e o **governo** como uma solução “**sustentável e escalável**” para enfrentar a crise climática. Mas, segundo análise do Observatório do Clima e de pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso, a UFMT, o crescimento descontrolado da produção de etanol de milho pode provocar desmatamento, ampliar as emissões de gases de efeito estufa – durante a sua produção e escoamento –, levar ao aumento do uso de agrotóxicos e expandir as fronteiras agrícolas. Ainda assim, o setor tem recebido uma quantia considerável de verba pública, turbinado pela sanção da **lei Combustível do Futuro**, a principal política do país para promover a descarbonização no setor de transportes e estimular o uso de combustíveis sustentáveis pelo governo Lula. (Sabrina; Amorim; Souza, 2025)

A reportagem destaca que já foram solicitados R\$3,31 bilhões para o financiamento das sete empresas, desde 2020, ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS), sendo que a maior parte desse valor (R\$2,5 bilhões) surge do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima. Esse fundo integra a “Política Nacional sobre Mudança do Clima, que deve ser destinado a projetos de mitigação e adaptação ao colapso do planeta” (Sabrina; Amorim; Souza, 2025). Além do uso dos recursos destinados aos projetos “sustentáveis”, as empresas produtoras de etanol “[...] acumulam aproximadamente R\$10,14 bilhões em financiamentos contratados pelo BNDES em 22 anos – incluindo os do Fundo Clima”. A reportagem aponta,

também, para uma intensificação da construção das usinas de etanol de milho, contabilizando “[...] 24 usinas em operação, 16 já autorizadas e 16 anunciadas pelos investidores” (*ibidem*).

O discurso de que a produção do milho para etanol seria uma maneira “limpa” de fabricação de combustíveis é falaciosa e está diretamente relacionada a uma abertura maior para o setor, favorecendo que o capital se aproprie, cada vez mais, do fundo público e siga impactando comunidades tradicionais. Como destacam os autores da reportagem, o milho não entra no decreto 6961 de 2009 “[...] que vetou a expansão do cultivo da cana-de-açúcar e novas instalações de produção de etanol de cana na Amazônia, no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai, considerados ecossistemas sensíveis” (Sabrina; Amorim; Souza, 2025). Ou seja, muitas empresas aproveitam dessa abertura para explorar, através de novos campos, os territórios.

No ano de 2024 e 2025, foram ultrapassados os recordes de produção do milho, “[...] com 141,1 milhões de toneladas, **27% a mais do que na safra 2023/2024**” (Sabrina; Amorim; Souza, 2025). É um grão que necessita de muito mais área para sua produção, em comparação com a cana, por exemplo, além do fato de que sua expansão produtiva “[...] levaria, também, ao aumento da quantidade de agrotóxicos nas lavouras, dizem pesquisadores da UFMT” (*ibidem*). Ou seja,

“Se contabilizados o desmatamento, o plantio com uso intensivo de agrotóxicos, de fertilizante químico, que também contamina a água, o ar, a chuva, os animais, o leite materno, o sangue, a urina, e que traz uma série de doenças, desde a intoxicação aguda às intoxicações crônicas, tanto o álcool produzido com a cana quanto o produzido com o milho, é uma das energias mais sujas que têm”, garante Pignati. (Sabrina; Amorim; Souza, 2025)

Com a reportagem acima, foi possível compreender o que está permeando o processo de produção do etanol através do milho, e como o capital atualmente, de maneira muito mais elaborada, se utiliza de estratégias para sua ampliação, como é o caso do escudo da “sustentabilidade”. Outra dimensão importante ao ser destacada neste tópico, enquanto uma das grandes tendências do universo da tecnologia, enquanto uma das maiores representações do “avanço” e da “modernidade” dos nossos tempos, são as tecnologias relacionadas à Inteligência Artificial.

Ainda não são conhecidos todos os desdobramentos dessa intensificação da artificialidade da vida, um movimento que está cada vez mais atrelado a uma

intensificação no estranhamento social e produtivo, como a direciona a análise marxista. As IAs são uma preocupação a mais na atualidade, elas não estão só presentes em respostas rápidas, auxílios em formatações, edições, produção de imagens e vídeos (o que já seria bastante coisa), elas também contribuem para um “[...] impacto profundo no movimento de acumulação global do capital, isto é, máquinas aprendendo com outras máquinas, desde a esfera produtiva até o mercado financeiro – a exemplo dos chamados robôs investidores” (Araújo, 2021, p.25 apud Peruzzo; Carreira, 2025).

Neste sentido a *reificação* de atribuir inteligência a um artefato tecnológico nos é compreendido como um processo de *fetichização*, no marco em que o modo de produção capitalista aliena os trabalhadores dos meios de produção, assim como do conhecimento dos processos produtivos, ao mesmo passo em que inverte a percepção social e suas relações, transformando o mundo dos homens no mundo das coisas/mercadorias. Da mesma forma, a ciência burguesa imputa ideologicamente sobre a *Inteligência Artificial* sua mistificação antropomorfizando aparatos tecnológicos do meio informacional. (Peruzzo; Carreira, 2025)

Por trás do encantamento da automação de processos, que são nada além do que programações algorítmicas que espelham “[...] nossa própria capacidade intelectual objetivada em uma mercadoria” (Peruzzo; Carreira, 2025)”, está o espraiamento desse funcionamento automatizado para diversas dimensões da vida social. E para seu funcionamento e manutenção, a Inteligência Artificial está sendo responsável por um gasto imenso de água, pela degradação de territórios e pela intensificação de conflitos sociais. Como representação para um dos processos que se destacaram atualmente, está a construção de um data center no Ceará, com estimativa de consumo de água diário de 144 mil litros (Martins, 2025).

A Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, a SRH, autorizou a Casa dos Ventos, empresa parceira do TikTok na construção de um data center em Caucaia, no Ceará, a usar um volume de água 7,3 vezes maior do que o consumo declarado inicialmente no projeto, e concedeu a outorga com base em uma declaração de suficiência hídrica apresentada pela própria empresa. Nos documentos submetidos para obter a licença prévia, a primeira de três fases do licenciamento ambiental, a Casa dos Ventos havia declarado que o consumo total diário do data center ficaria em 19,7 mil litros. Mas na licença de instalação, emitida pela Superintendência do Meio Ambiente do Ceará, a Semace, no dia 14 de novembro, o volume autorizado pela SRH foi de 144 mil litros de água por dia. (Martins, 2025)

Esses dados apontam para um processo de degradação preocupante em relação ao consumo de água e energia de um território, “[...] especialmente

considerando o contexto de Caucaia, que **declarou emergência por seca ou estiagem em 16 dos últimos 21 anos**” (Martins, 2025). Não foram consideradas as condições de vida da comunidade em questão, suscitando indagações pertinentes sobre como será o futuro dos sujeitos sociais que constroem e pertencem àquele território. A reportagem aponta ainda que,

Essa prática pode comprometer os múltiplos usos dos recursos hídricos, diretriz fundamental da gestão hídrica nacional, constante tanto na Política Nacional de Recursos Hídricos, quanto na política estadual. Também há comprometimento da garantia do uso prioritário dos recursos hídricos para o abastecimento humano e dessedentação de animais, sobretudo em um estado onde a totalidade do seu território é de clima semiárido e 95% está em áreas sensíveis a processos de desertificação [...]. (Martins, 2025)

Em articulação a isso, destaca-se o incentivo do Estado para a ampliação da construção de Data Centers. Foram reservados R\$5,2 bilhões para o Redata (Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Centers) no Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) 2026 (Brasil, 2025c). Integrado na Política Nacional de Data Centers (PNDC), o programa procura incentivar “[...] o crescimento nacional em áreas estratégicas da Indústria 4.0, tais como computação em nuvem, inteligência artificial, smart factories e Internet das Coisas, ampliando a capacidade brasileira de armazenagem, processamento e gestão de dados” (*ibidem*). Atualmente, de acordo com o levantamento realizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, foram identificados “[...] ao menos **465 data centers em operação no Brasil**, além de **89 unidades públicas**” (ABES, 2025), o que já demonstra uma quantidade grande de data centers, com previsões de ampliação para os próximos anos.

Ou seja, a Inteligência Artificial, que também se apresenta enquanto ferramenta para os processos de financeirização, de impulsionamento do mercado financeiro, são uma grande preocupação para territórios vastos como o Brasil, que apresentam condições de exploração de recursos da natureza que são essenciais para o funcionamento de toda estrutura das IAs. A Matera, empresa brasileira de tecnologia voltada para o mercado financeiro, publicou que “Segundo a 28ª edição da Global CEO Survey da PwC, 71% dos CEOs do setor financeiro no Brasil esperam que a IA generativa aumente a lucratividade nos próximos 12 meses” (Matera, 2025). Apontando, também, que de acordo com os “[...] dados da Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2025, mais de 88% dos bancos já utilizam a IA

generativa, reconhecendo seu potencial para transformar a personalização dos serviços” (ibidem).

A presença da Inteligência Artificial no mercado financeiro, portanto, já é uma verdade. E a partir do momento que se compreende que são necessários territórios físicos para o suprimento energético dos computadores de armazenamento, ou data centers, verifica-se um movimento de destruição em cadeia. Cada vez mais o mercado financeiro é alimentado a partir da financeirização da natureza, fazendo com que os bens coletivos passem a ser negociados como mercadoria entre as grandes empresas, ao mesmo tempo que, para a própria manutenção dessa estrutura, que é material, física, são necessárias explorações de território, de água e vento. Destaca-se, portanto, a forma múltipla de exploração e o recrudescimento dos rebatimentos sociais, econômicos e políticos para os Povos dos Campos, das Águas e das Florestas.

3.3. Povos dos Campos, Águas e Florestas: Uma Vivência Horizontal com a Natureza

Os Povos dos Campos, Águas e Florestas, ocupam a centralidade do debate realizado até aqui. Esse conceito, inspirado na Via Campesina³ reflete a conexão de povos e lutas sociais atravessadas pelo mesmo inimigo comum - o Modo de Produção Capitalista -, que se articulam a partir da defesa de outro projeto societário, que se centra na soberania alimentar (Vieira, 2008). A definição escolhida, a partir da realidade brasileira, busca abarcar povos tradicionais⁴, que possuem uma relação social com a terra, com a produção de alimentos, ocupam os territórios de maneira ancestral, horizontal, construindo relações econômicas, políticas e culturais através de modos de vida tradicionais.

³ Movimento social internacional fundado em 1993, “[...] que une milhões de camponeses, trabalhadores sem terra, povos indígenas, pastores, pescadores, trabalhadores agrícolas migrantes, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e jovens camponeses de todo o mundo [...] **reúne 180 organizações locais e nacionais em 81 países** da África, Ásia, Europa e Américas. No total, representa mais de 200 milhões de pequenos produtores de alimentos.” (La Via Campesina, 2025)

⁴ O Estado brasileiro reconhece 28 povos tradicionais, como exemplo dos Andirobeiros, Apanhadores de Flores Sempre-vivas, Benzedeiros, Caboclos, Caiçaras, Catadores de Mangaba, Catingueiros, Cipozeiros, Quilombolas, Extrativistas, Pescadores Tradicionais, Povos Indígenas, Comunidades de Terreiro, Quebradeiras de Coco Babaçu, Ribeirinhos, entre outros. (Brasil - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2025a)

A APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), o CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), a CNS (Conselho Nacional das Populações Extrativistas, o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), são algumas das diversas organizações e associações que representam a diversidade das lutas e enfrentamentos dos sujeitos sociais aqui evidenciados. Todas essas articulações possuem um importante papel na defesa dos territórios e na possibilidade de reconhecimento de diversos enfrentamentos às ameaças cotidianas sofridas reiteradamente pelos povos.

Para apontar as contribuições desses sujeitos sociais em relação ao tensionamento do Modo de Produção Capitalista e à construção de outros processos de sociabilidade que realizam a manutenção de um metabolismo social mais horizontal com a natureza, serão destacados elementos do pensamento indígena e quilombola. Um dos aspectos centrais a serem elencados relembra a forma como esses povos ocupam, historicamente, posições alvo de ataques, destruição, apagamento simbólico e material, por parte do sistema de colonização e, posteriormente, do capitalismo e suas ferramentas de dominação.

O filósofo Dénètem Touam Bona (2025), ao construir sua análise acerca das tecnologias criadas pelos povos indígenas e negros em seus mecanismos de oposição ao sistema colonial, destaca sobre esse lugar de desumanização imposto e que é crucial para a construção das estruturas de dominação historicamente estabelecidas pelo “ocidente”. Pontua que:

Amazônia, bacia do Congo, arquipélagos da Melanésia etc. - para os ocidentais, seguir com o dedo a linha do equador significa ativar todo um imaginário de floresta virgem, onde o canibal se mistura com a dançarina de hula-hula; o bom selvagem, a indomável amazona; o Eldorado, o inferno verde. Por trás dessa figura da “natureza selvagem”, que continua a assombrar a noção científica de “floresta primária”, há “uma negação de humanidade em relação às sociedades autóctones da floresta”. Essa negação não pode ser dissociada de uma **negação de historicidade** inerente à mecânica colonial [...]. (Bona, 2025, p. 29, grifos próprios)

A negação de humanidade e a negação de historicidade são aspectos importantes para a construção desta análise, já que esses mecanismos, de maneira evidente, ainda não foram superados no Sistema Capitalista, principalmente quando são considerados os dados de violência para com a população negra e indígena no

país⁵. Ou seja, na lógica colonial há uma perspectiva escolhida que é transformada em respaldo para a exploração, como por exemplo a visão de que a Amazônia é uma “terra imaculada, [...] uma página em branco em que podem deixar sua marca: cada *plantation* instalada onde antes havia selva, cada posto avançado e cada cidade fundados, cada estrada aberta põe em cena a grande narrativa da “civilização” (Bona, 2025, p. 30).

É hora de acabar com essa fábula da floresta virgem, que soa como um convite ao estupro. [...] A floresta virgem não é uma metáfora anódina; nela ecoa o princípio jurídico romano da *terra nullius*, que, por definir uma terra como “sem donos”, legitimava de antemão sua colonização. A doutrina cristã da “Descoberta”, formulada por ocasião da bula papal de 1455, estipula que “todo monarca cristão que descubra terras não cristãs tem o direito de proclamá-las suas porque elas não pertencem a ninguém”. (Bona, 2025, p. 30)

Como afirma Dénètem, “**da humanidade negada ao genocídio, o passo é dado rapidamente**” (Bona, 2025, p. 31, grifos próprios). Esse foi um pré-requisito para a colonização, e ainda é uma dimensão completamente atual, em que a violência cotidiana que mata a população indígena, negra e periférica não é motivo de indignação para grande parte da população brasileira. A demarcação de desumanidade e (a)historicidade dos sujeitos sociais em questão, portanto, é uma grande estratégia para a manutenção do sistema.

Quando a análise do funcionamento da dominação é estendida para o sistema capitalista, é possível dizer, portanto, que também não existem modificações desse lugar quando a dinâmica analisada é a financeirização da natureza. Diante de toda exposição articulada neste trabalho, é possível sinalizar uma ameaça escalonada em relação aos Povos dos Campos, Águas e Florestas, principalmente em um contexto no qual os bens da natureza, como a água, os minerais, a biodiversidade, o solo, os alimentos, estão cada vez mais ocupando lugar de disputa entre potências capitalistas. Empresas capitalistas que utilizam da especulação da

⁵ “Nos últimos dez anos, os casos de assassinatos de indígenas cresceram 201,43%, passando de 70 casos em 2014 para 211, em 2024. Os dados fazem parte do relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil, produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi)” (Agência Brasil, 2025b).

“Pessoas negras continuam sendo a maioria das vítimas de homicídio no país. Dos 45 mil assassinatos ocorridos em 2023, mais de 35 mil foram de pessoas pretas e pardas. Esse número representa mais de 76% dos casos. Noventa e seis são assassinadas por dia, em média, 29,7 homicídios para cada 100 mil habitantes desse grupo populacional. Os dados são do Atlas da Violência 2025, divulgado nesta segunda-feira (12) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Rio de Janeiro” (Agência Brasil, 2025c)

natureza enquanto ferramenta para a ampliação de suas riquezas, principalmente em contexto de intensificação da emergência climática. Essa é uma consequência direta da extração e degradação desenfreada de tudo o que há de mais precioso e vital para a Terra e para os seres que nela habitam.

A corrida pela apropriação dos bens da natureza reflete um lugar de urgência pela manutenção da dominação por parte de países centrais ao sistema, em que os países e suas empresas capitalistas disputam o controle da maior parcela de bens da natureza que forem capazes de alcançar. Os sujeitos sociais, portanto, ocupam espaço de tensionamento e resistência nesse movimento, travando batalhas cotidianas para a manutenção de seus territórios e modos de vida.

De acordo com o relatório organizado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e FILAC (Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe), “na América Latina e no Caribe, há 826 povos, com uma população estimada em 58 milhões de pessoas (CEPAL, 2014)” (FAO; FILAC, 2023, p. 7). No último Censo realizado pelo IBGE, no ano de 2022, foram registradas 391 etnias diferentes, e uma vastidão de 295 línguas indígenas (Peters; Loschi, 2025).

O relatório em questão (FAO; FILAC, 2023), considerando todos os elementos que permeiam seu embasamento⁶, traz dados importantes para o entendimento da centralidade dos povos indígenas e “tribais”⁷ na manutenção de territórios florestais. Destaca que, no contexto latinoamericano, “mais de 80% da área ocupada por povos indígenas contém florestas (330 milhões de hectares), dos quais 173 milhões de hectares pertencem à categoria “floresta intacta” (Garnett et al., 2018; Fa et al., 2020)” (FAO; FILAC, 2023, p. 13). No caso da Bacia Amazônica, quase metade das florestas estão presentes em territórios indígenas (*ibidem*).

A pesquisa em questão aponta que os territórios indígenas “[...] representam 35% da área florestal da América Latina [...] A grande maioria está localizada na Argentina, no Brasil, no Estado Plurinacional da Bolívia, na Colômbia, no México, no Peru e na República Bolivariana da Venezuela” (FAO; FILAC, 2023, p. 13). É uma quantidade expressiva, mas que apenas dos “[...] 404 milhões de hectares ocupados

⁶ Cabe destacar apenas o aproveitamento dos dados analisados pela FAO e FILAC, sem perspectiva de alinhamento social e político com as mesmas.

⁷ Demarca-se aqui o desconforto com a utilização do termo “povos tribais” para abarcar quilombolas brasileiros, quilombolas do Suriname, os garífunas da América Central, afro-colombianos e afro-equatorianos durante o relatório.

por povos indígenas, os governos reconheceram direitos coletivos de propriedade ou usufruto sobre 269 milhões de hectares”, destacando que “sem esse reconhecimento, essas terras estão expostas à invasão de grupos externos e suas florestas à destruição” (*ibidem*, p. 15 -16).

Sobre os povos quilombolas, ou como o relatório define como “tribais”, destaca-se um desconhecimento maior sobre as áreas florestais de abrangência destes. Porém, afirma-se que “se somada toda a área dos territórios onde os povos indígenas e povos tribais exercem a governança florestal, estes poderiam abranger entre 320 e 380 milhões de hectares” (FAO; FILAC, 2023, p. 21), tanto para os territórios reconhecidos pelo Estado ou aqueles que ainda não estão regularizados.

Devido à grande quantidade de carbono que armazenam, à água que bombeiam de suas raízes para a atmosfera e à sua crescente vulnerabilidade, as florestas nos territórios dos povos indígenas e tribais desempenham um papel fundamental na estabilização do clima local, regional e global. Somente as florestas dos territórios dos povos indígenas mapeados no continente armazenam cerca de 34 bilhões de toneladas métricas de carbono (MTC) (Frechette et al., 2018), ou quase 30% do carbono das florestas latino-americanas e 14% do carbono das florestas tropicais em todo o mundo (Saatchi et al., 2011; Walker et al., 2014; Frechette et al., 2018). 72% do carbono (24.641 MTC) podem ser encontrados na Bacia Amazônica (Frechette et al., 2018). As árvores dessas florestas não apenas armazenam carbono; elas constantemente sequestram mais carbono da atmosfera. Entre 2003 e 2016, o carbono sequestrado pelos territórios indígenas na Bacia Amazônica foi equivalente a 90% de todas as emissões de carbono do desmatamento e da degradação florestal nesses territórios (Walker et al., 2020). Em outras palavras, as emissões líquidas de carbono desses territórios foram praticamente nulas. (FAO; FILAC, 2023, p. 23)

O tópico em questão é extremamente necessário para a análise do debate da ruptura metabólica no capitalismo, principalmente ao demonstrar a maneira como os Povos dos Campos, Águas e Florestas estão construindo formas ancestrais e históricas de uma manutenção do metabolismo social em relação com a natureza. O relatório ainda aponta que, no caso da Bacia Amazônica, por exemplo, evidencia-se “[...] que a perda de uma proporção significativa de florestas nos territórios de povos indígenas e tribais poderia levar a um “ponto de inflexão” (tipping point)”, que seria agravado por “[...] uma reação em cadeia na qual o desmatamento reduz as chuvas e aumenta a temperatura, o que, por sua vez, aumenta a perda de florestas devido a secas e incêndios florestais” (FAO; FILAC, 2023, p. 23), transformando completamente o ecossistema do território.

A floresta que é responsável pela manutenção das chuvas na América Latina e que contribui para todo o sistema climático global, “[...] poderia ser convertido em um ecossistema de savana (como a Ecorregião do Cerrado), o que teria efeitos decisivos sobre os padrões de chuva na América Latina e o aumento da temperatura a nível local e global” (FAO; FILAC, 2023, p. 23). Ou seja, os dados do relatório direcionam informações importantes da relação entre a presença de povos tradicionais e a manutenção da saúde ambiental. A quantidade de carbono armazenado pela floresta é impressionante, demonstrando com muita firmeza, a urgência em sua manutenção para os ciclos naturais de todo o planeta Terra.

O relatório demonstra, portanto, que esses territórios são ocupados por povos tradicionais e que estão preservados, demonstrando uma pegada ecológica mínima, destacando também que o reconhecimento sobre os direitos dos povos em relação aos seus territórios é medida essencial para a manutenção de sua preservação. A sabedoria ancestral é a grande chave para a compreensão de como os povos indígenas e quilombolas, mesmo a partir de uma existência antiga em territórios de campos, águas e florestas, são capazes de garantir um metabolismo social saudável com a natureza. Para apontar mais sobre a centralidade de suas existências, as próximas linhas pretendem apresentar uma pequena parcela desses sujeitos sociais, demarcando todo respeito aos seus conhecimentos.

3.3.1. *Urihi a*: A Terra-Floresta e os Povos Indígenas

A sabedoria dos povos indígenas apontam para a centralidade da Terra enquanto dimensão indispensável para a humanidade de forma infinitamente plural e múltipla. Seria impossível retratar toda sua vastidão diante dos limites deste trabalho, porém, cabe aqui pontuar algumas concepções importantes de referências indígenas, para que seja possível sinalizar seus entendimentos sobre a Terra e sobre como se relacionar de maneira horizontal com ela. Destaca-se, portanto, que diante de sua complexidade e vastidão, “[...] as cosmologias indígenas não podem ser reduzidas às formas ocidentais de pensar e de ordenar o mundo” (Bonin, 2015, p. 1).

As experiências e os saberes indígenas consideram o universo em sua totalidade e inserem o ser humano em uma complexa rede de relações que

envolvem os seres, naturais e sobrenaturais, integrando a vida como um todo. Essas cosmologias não se confundem e nem podem ser contidas dentro da lógica materialista e mercadológica, com a qual estamos habituados. (Bonin, 2015, p. 1)

Suas vivências e maneiras de construir o viver, “[...] oferecem possibilidades verdadeiramente sustentáveis para estas e as futuras gerações” (Bonin, 2015, p. 2). A ancestralidade do cuidado com a natureza, da organicidade da existência horizontal com o que a Terra, é um dos ensinamentos primordiais dos povos indígenas. Concebe-se a Terra enquanto “[...] posse coletiva e não individual; [...] não é vista como propriedade privada e sim como espaço de relações sociais lançadas sobre esta base territorial” (*ibidem*). Há uma distância completa entre a forma como o sistema capitalista historicamente se apropria da Terra e o valor e direcionamento de vida que os povos indígenas dão para este bem comum. Como afirma o Cacique Babau Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia:

“O Bem Viver, para nós, diz respeito às terras, às matas, à água, às florestas, tudo isso em harmonia. Nosso Bem Viver não comporta que haja criança passando fome ou que um semelhante passe necessidade. Por isso, nos chocamos com a pobreza, com a fome, com a imagem de pessoas vivendo sem dignidade. [...] A mídia tem atacado os povos indígenas, só mostra fatores negativos da vida nas nossas aldeias, mostra a nossa vida como ruim e atrasada. Outro dia vi uma reportagem que falava que a gente tem terra e não aproveita. Mas o que é aproveitar a terra? A nossa experiência de vida mostra que não é preciso produzir tanto, basta produzir o suficiente, porque, se não for assim, escravizamos a terra e todos que vivem nela. Queremos viver em paz em nossos territórios, mas também queremos dignidade para os índios que estão na periferia das cidades e para todas as pessoas que estão neste mundo, e que não têm a chance de ganhar o pão. Muitas pessoas vivem sem esperança. Muitos são utilizados como mão de obra escrava. Por isso nós lutamos para continuar vivendo nossos costumes, a nossa cultura. Precisamos ter nossas terras legalizadas e ter saúde garantida. Com todos os direitos garantidos, vamos fazer a diferença. (Bonin, 2015, p. 3)

Na concepção do povo Krenak, por exemplo, a natureza é parte de seu sistema familiar, é um corpo conectado aos demais. “O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas” (Krenak, 2020a, p. 40). Ailton Krenak afirma que o rio não é um mero elemento passível de apropriação, ele “[...] é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico” (*ibidem*). Ou seja, para ele a ação de “despersonalização” do rio, ou de qualquer outro elemento da natureza,

provoca uma retirada de seus sentidos, possibilitando que estes possam ser incorporados na lógica extrativista.

O pensador indígena provoca uma reflexão sobre como o funcionamento desse sistema que reproduz lógicas de dominação constante com a natureza, a partir dessa relação mercadológica, causa uma certa inércia, “[...] como se estivéssemos soltos num cosmos vazio de sentido e desresponsabilizados de uma ética que possa ser compartilhada” (Krenak, 2020a, p. 44), sendo completamente necessário o movimento de abrir os olhos. “E se pudermos dar atenção a alguma visão que escape a essa cegueira que estamos vivendo no mundo todo, talvez ela possa abrir a nossa mente para alguma cooperação entre os povos, não para salvar os outros, mas para salvar a nós mesmos” (*ibidem*). A emergência é geral, para toda a humanidade:

O que aprendi ao longo dessas décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda. Como disse o pajé yanomami Davi Kopenawa, o mundo acredita que tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar. A experiência das pessoas em diferentes lugares do mundo se projeta na mercadoria, significando que ela é tudo o que está fora de nós. Essa tragédia que agora atinge a todos é adiada em alguns lugares, em algumas situações regionais nas quais a política - o poder político, a escolha política - compõe espaços de segurança temporária em que as comunidades, mesmo quando já esvaziadas do verdadeiro sentido do compartilhamento de espaços, ainda são, digamos, protegidas por um aparato que depende cada vez mais da exaustão das florestas, dos rios, das montanhas, nos colocando num dilema em que parece que a única possibilidade para que comunidades humanas continuem a existir é à custa da exaustão de todas as outras partes da vida. (Krenak, 2020a, p. 45-46)

Essa compreensão se relaciona diretamente com o entendimento da Crise Estrutural do Capital (Mészáros, 2011), uma crise de um sistema inteiro, avassaladora e capaz de atingir todas as dimensões da vida social. Destaca-se, dessa maneira, que a denúncia indígena diz de um processo em que “esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra” (Krenak, 2020b, p.10). Esta dinâmica tem como consequência a vivência constante “[...] numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos” (*ibidem*, p. 11).

A Terra, cada vez mais, tem alcançado limites intransponíveis. A partir “[...] do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos” (Krenak, 2020a, p. 49-50). A sabedoria do povo Krenak provoca a construção de uma outra percepção para a população não indígena, que assim como Ailton destaca, também é alvo da consequência da relação destrutiva com a natureza.

O povo indígena Yanomami também apresenta para a sociedade uma forma de compreender a Terra, ou terra-floresta, que deveria ser absorvida com muito respeito. Sobre sua cosmologia, as palavras do Xamã Davi Kopenawa demonstra uma parcela de toda a profundidade de conhecimentos que possuem:

Temos palavras para contar como *Omama a* criou nossa terra-floresta. Quando ele chegou à existência, desejou que ela aparecesse junto com ele. Primeiro, a desenhou com a tinta vermelha do urucum dos espíritos *xapiri pë*, como os desenhos de palavras de vocês numa pele de papel. Ele fez o mesmo com o sol. Mas primeiro teve que apagá-lo e refazê-lo, pois estava escaldante. O que ele criou depois é muito menos quente. *Omama a* também criou a imagem da lua. Mais tarde, fez brotarem os rios transpassando a terra de sua roça com uma vara de metal. Quis assim matar a sede de seu filho que não parava de chorar. As águas surgiram abruptamente e depois se dividiram por todas as partes para formar igarapés, rios e lagos. No primeiro tempo, só havia água no mundo embaixo da terra. *Omama a* também criou as árvores e todos os seus frutos. As montanhas, foi outra coisa. Ele as formou bem mais tarde, em sua fuga, jogando atrás de si folhas de palmeira para encobrir seu caminho. Os brancos pensam que a floresta está colocada sem razão sobre o chão, como morta. Não é verdade. Ela só parece silenciosa porque os *xapiri pë* mantêm afastados os seres maléficos e seguram a raiva do espírito da tempestade que derruba suas árvores. A floresta não está morta, do contrário as árvores não teriam folhas. E tampouco se veria água ali. As árvores da floresta são belas porque estão vivas. Só morrem quando são derrubadas e quando ressecam. (Albert; Kopenawa, 2023, p. 29-30)

Diferente da perspectiva extrativista, mercadológica, que enxerga os bens da natureza exclusivamente como possibilidade de ampliação de lucro e fonte de energia para o Capital, a forma como os povos Yanomami entendem a floresta é revolucionária. A terra-floresta (ou *urihi a*), nas palavras de Kopenawa, tem apenas uma vida que não pode ser desperdiçada, e sua manutenção depende necessariamente dos povos indígenas e sua sabedoria. Kopenawa reforça que: “Nossa floresta está viva e, se os brancos nos fizerem desaparecer e a desmatarem inteiramente, eles ficarão pobres e acabarão por sofrer fome e sede” (Albert; Kopenawa, 2023, p. 30).

O que vocês chamam “natureza” na nossa língua é *urihi a*, a terra-floresta e também sua imagem vista pelos xamãs, *Urihinari a*. É porque essa imagem existe que as árvores estão vivas. O que chamamos *Urihinari a* é o espírito da floresta: os espíritos das árvores *huutihiri pë*, das folhas *yaahanari pë* e dos cipós *thoothoxiri pë*. Esses espíritos são muito numerosos e brincam no chão da floresta. Nós os chamamos *urihi a*, “natureza”, assim como os espíritos animais *yarori pë* e até os das abelhas, das tartarugas ou dos caracóis. O “valor da fertilidade” da floresta, que chamamos *në rope a*, é também para nós a “natureza”: ele foi criado com a floresta, é sua “riqueza”. (Albert; Kopenawa, 2023, p. 30)

Na realidade Yanomami, a floresta fornece as condições para a manutenção da vida dos seres humanos e de todos os outros seres a partir de seu “sopro vital” ou *wixia*. “Quando estamos muito doentes, em estado de fantasma, esse sopro também nos ajuda a nos curarmos. Então, o tomamos emprestado e ficamos bem. Você não vê o sopro dela, mas a floresta respira” (Albert; Kopenawa, 2023, p. 30). O sopro de vida garante a existência da própria floresta, ele “[...] vem do fundo do chão da floresta, dali onde mora seu frescor. Ele também vive em suas águas” (*ibidem*).

Os *xapiri pë* são donos da “natureza”, do vento e da chuva. Quando os filhos e as sobrinhas dos espíritos do vento brincam na floresta, a brisa circula e tem frescor. Quando os espíritos da chuva descem nas colinas e nas montanhas da floresta, a chuva cai. A terra refresca e a fumaça das epidemias vai embora. É assim. Se os *xapiri pë* estão longe no céu, sem ser chamados pelos xamãs, a floresta fica quente. As epidemias e os espíritos maléficos se aproximam. Os humanos, então, não param de adoecer. Os espíritos se deslocam sem parar na floresta. Ela é deles e eles ficam felizes com isso. Estão presentes em toda parte. Os filhos e as filhas dos espíritos das águas *yawarioma pë* brincam ali sem parar. No entanto, os brancos não sabem nada disso. Pensam que a floresta é bela, fresca e ventilada sem motivo. [...] A floresta não existe sem motivo. Os espíritos vivem ali e *Omama a* quis que protejamos suas habitações. (Albert; Kopenawa, 2023, p. 32)

Ou seja, como aponta o trecho acima, os xamãs que realizam a ponte entre-mundos através de seus rituais com a inalação do pó “[...] *yãkoana a* para entrar em estado de fantasma” (Albert; Kopenawa, 2023, p. 56). Sua função para a comunidade é de extrema importância, é aquele que a partir de suas visões traduzem a sabedoria ancestral para o cotidiano da floresta⁸. Os espíritos que ocupam um lugar central para a vivência em comunidade, “Cuidam de nós e conhecem os males que nos afligem. Eles os extirpam do corpo dos doentes e os

⁸ Para um maior aprofundamento sobre a comovisão indígena indica-se a leitura de: Kopenawa, Davi; Albert, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

jogam para longe, no mundo subterrâneo. Eles nos curam. É por isso que os espíritos são importantes para nós” (Albert; Kopenawa, 2023, p. 56).

[Os espíritos] Podem calar os trovões, acabar com as chuvas muito abundantes e acalmar o vento de tempestade que quebra as árvores. Fazem crescer as plantas das roças e chamam a fertilidade da floresta que engorda a caça. Impedem o céu de desabar e a floresta de se encher de cobras ou epidemias. É nisso que os xamãs trabalham. A ação deles se estende bem para lá de nossas aldeias. [...] É graças ao trabalho dos xamãs que estamos vivos. Por isso, vocês deve, pensar que, quando nos defendem, os xamãs yanomami continuam a proteger vocês também. A terra de vocês parece muito distante. Não é o caso para os espíritos. É por isso que queremos que vocês os conheçam. Assim, talvez pensem: Os xamãs yanomami nos defendem também. Não protegem apenas sua floresta. Os brancos já fizeram muitos deles morrer. Hoje isso deve parar. São habitantes da floresta. Defendem o que dela resta, o que ainda não foi destruído. Assim é bom. Se os Yanomami desaparecessem, acabaríamos morrendo também. Que os xamãs deles continuem, portanto, a combater as doenças, que continuem a segurar o céu e a repelir o espírito da fome! (Albert; Kopenawa, 2023, p. 57-59)

Em sua relação com o território, os povos Yanomami têm o cuidado de fazer a manutenção da relação com a floresta em que estão “atentos a seu bem-estar, razão pela qual ela estrá com boa saúde. Nós a desmatamos muito pouco, para abrir nossas roças” (Albert; Kopenawa, 2023, p. 60). Platam e respeitam os ciclos de recuperação da Terra, sem forçar uma produção que não respeite os limites do tempo natural. Evidenciam: “Plantamos bananeiras, mandioca, taioba, cará, batata-doce e cana-de-açúcar. Em seguida, após um tempo, a deixamos crescer de novo. Uma vegetação emaranhada invade nossas roças e depois as árvores tornam a crescer” (Albert; Kopenawa, 2023, p. 60).

Se a gente replanta várias vezes no mesmo lugar, as plantas não dão mais. Ficam murchas e ressecadas. Ficam muito quentes, como a terra, que perdeu seu perfume de floresta. Depois, nada mais cresce. Por isso é que nossos antepassados se deslocavam na floresta de uma roça a outra quando suas plantações enfraqueciam e a caça escasseava perto de suas casas. [...] *Omama a* quer que a conservemos [a floresta] ilesa. Sua imagem nos diz: “Comam as frutas de suas árvores sem derrubá-las. Abram suas roças na floresta, mas não desmatem muito longe. Usem os troncos derrubados para os fogos que os aquecem e nos quais vocês cozinham. Não cortem as árvores à toa. Não pensem que elas cresceram sem motivo!” (Albert; Kopenawa, 2023, p. 60-61)

Davi Kopenawa destaca que suas palavras e imagens foram dadas aos estrangeiros por esse motivo, para que o mundo as conheça e as respeite:

São essas as nossas palavras, as palavras de *Omama a* e dos espíritos, as palavras para defender a floresta. [...] Agora, transmitam-nas à gente de sua terra. Mostrem-lhes nossas imagens e as da floresta. Façam-na ouvir as vozes dos animais e o canto dos espíritos. Que digam: “*Haixopë!* A floresta é bela. Que os Yanomami continuem a viver protegendo-a contra a ameaça dos brancos!” (Albert; Kopenawa, 2023, p. 61-62)

Kopenawa (2023) reforça sobre a forma como os “donos da mercadoria” não sabem e não querem saber cuidar da floresta, e que por isso “[...] cavam o chão, cortam as árvores e queimam tudo ao passarem” (p. 172). Ainda destaca a grande contradição que surge no discurso de quem explora, em que após reiteradamente agirem de maneira destrutiva, “[...] todos começaram de repente a falar em “mudança climática”! [...] O que vocês nomeiam assim não vem do nosso rastro na terra! Nós, habitantes da floresta, não a maltratamos. Não a desmatamos sem medida” (*ibidem*).

Cabe aqui pontuar que Bruce Albert, antropólogo francês, que durante décadas esteve ao lado dos povos Yanomami, ocupou um papel de difusão internacional das vivências do Povo Yanomami, seus modos de vida e formas de pensar o mundo. E este auxilia na leitura e interpretação da amplitude da noção de território para os Yanomami, sendo algo que ultrapassa qualquer lógica colonial ou ocidental:

Chegando ao término dessa perambulação no coração da “terra-floresta dos seres humanos”, ter-se-á medido a que ponto nossas noções de território e de “terra natal”, sobrecarregadas de metáforas sobre topografias e raízes, são pouco compatíveis com a “arquitextura” móvel e polivalente da territorialidade yanomami. Como notou Lévi-Strauss outrora a respeito dos Nambikwara, não se trata aqui de superfície contínua e de fronteiras fechadas, de um território fixado à terra, mas da itinerância flutuante de um sistema de “valores do solo” em constante recomposição. Assim, o conceito yanomami de *urihi a* em nada remete ao berço identitário de um solo imutável; longe disso, alude a um complexo entrelaçamento de linhas e percursos de geometria variável, ao mesmo tempo folheado e “rizomático”. (Albert; Kopenawa, 2023, p. 49-50)

Destaca-se, portanto, a necessidade de ampliação do conhecimento acerca da sabedoria indígena. Povos ancestrais que demonstram historicamente suas tecnologias de produção da vida que não utilizam da violência ou destruição como ferramenta.

Para além disso, pontua-se a importância das articulações dos povos indígenas para sua organização e tensionamento em relação ao Estado e ao

Sistema Capitalista. A APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), por exemplo, representa um dos maiores movimentos de organização desses sujeitos sociais na atualidade, tendo sido “[...] criada pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre de 2005” (APIB, 2026). Sua organização é nacional e ampliada, aglutinando organizações regionais. Possui o intuito de “[...] tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações” (*ibidem*).

O Acampamento Terra Livre é uma importante organização dos povos indígenas, que no ano de 2025 completou 20 anos de existência. Tanto a APIB quanto o Acampamento se transformaram em marcos de resistência e defesa de direitos fundamentais como: “[...] o direito originário ao território, à autodeterminação, à identidade e cultura próprias, bem como às políticas públicas específicas e diferenciadas, como a saúde e educação indígena, além da efetiva proteção às terras indígenas” (APIB, 2025). Na Carta Final do 21º Acampamento Terra Livre os povos denunciaram:

Não há mais tempo! A exploração de combustíveis fósseis impacta diretamente nossos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e a própria Mãe Terra. A resposta à crise climática exige uma transição energética justa e sustentável. Seguimos alertando para os impactos do petróleo, do gás, da energia nuclear e até mesmo das chamadas renováveis – eólica e solar – quando desrespeitam nossos territórios. Além da crise climática, enfrentamos ataques sistemáticos aos nossos direitos constitucionais. **A Câmara de Conciliação do STF, criada sem a participação da APIB, representa o maior ataque institucional desde a promulgação da Constituição de 1988.** [...] No Congresso, o cenário também é alarmante. O Parlamento mais conservador da história, dominado por ruralistas, propõe emendas à Constituição como a PEC 48, do Marco Temporal, a PEC 132, da indenização da terra nua, e uma CPI da Demarcação das Terras Indígenas, tentando restringir ou anular nossos direitos conquistados. Por isso, exigimos o arquivamento imediato de todas as propostas legislativas de caráter anti-indígena em tramitação no Congresso Nacional. [...] Reafirmamos: **não aceitaremos manobras que enfraqueçam nossos direitos.** (APIB, 2025)

Realizando uma marcha com “mais de 8 mil indígenas ocuparam Brasília com corpos, maracás e a Constituição nas mãos” (APIB, 2025), os povos indígenas em coletivo exigiam “[...] **o fim da Câmara de Conciliação e a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 14.701/2023**”. E de maneira absurda sofreram repressão violenta por parte da Polícia Legislativa e da Polícia Militar, como relatam na Carta em questão.

Assim, mulheres, crianças, anciãos e lideranças tradicionais foram brutalmente atingidos por bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Eles também não receberam atendimento imediato por parte do Corpo de Bombeiros. Entre as vítimas está a nossa Deputada Federal Célia Xakriabá, alvo de racismo e violência política. As forças de segurança, que deveriam proteger os povos indígenas, são as mesmas que nos assassinam em nossos territórios e ainda não concebem que indígenas possam ser eleitos para aldear o Congresso Nacional. (APIB, 2025)

Dessa maneira, é nítida a relevância da APIB enquanto mobilização e representação dos povos indígenas, realizando de maneira coordenada, ações públicas e reivindicações de seus direitos. Atualmente existem diversas resenções indígenas espalhadas pelo Brasil que estão organizadas por dentro da APIB, uma delas é a COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), que atua enquanto ferramenta de diálogo entre as diferentes organizações da região Amazônica.

A COIAB realiza projetos e planos de ação por toda a região Amazônica. Atuando em eixos como o de formação política, defesa de políticas públicas prioritárias, entre outros (COIAB, 2026). Na página oficial destacam o desenvolvimento de mais de 38 projetos. Destacam projetos que visam “[...] a autonomia e a sustentabilidade dos povos [...]” Além de desenvolverem “[...] ações voltadas para as mulheres, pessoas LGBTQIAP+ e que fortalecem a infância e juventude indígena, na Amazônia. Atuamos na defesa dos povos indígenas isolados e de recente contato” (COIAB, 2026).

Além disso, destaca-se a atuação da Coordenação em processos de monitoramento de regularização das Terras Indígenas. Dentre os acompanhamentos, no contexto da COP30, realizou-se um levantamento de que haveria 29 Terras Indígenas da Amazônia com “[...] todas as condições técnicas e jurídicas para serem homologadas de forma imediata” (Rionegro, 2026) o que seria considerado “[...] um passo concreto e estratégico que fortaleceria a agenda climática nacional e reafirmaria o compromisso do Estado brasileiro com a proteção dos territórios e dos povos originários” (*ibidem*).

A demarcação é de extrema importância que contribui, para além da manutenção dos povos e suas vivências ancestrais, um movimento que reduz “[...] o desmatamento, o garimpo, as queimadas e as invasões, protegendo florestas que capturam carbono, regulam as chuvas e sustentam o equilíbrio climático do planeta.

Cada hectare demarcado é uma vitória concreta contra o colapso climático” (Rionegro, 2026). Porém, mesmo com a realização da COP 30 no Brasil, o saldo em relação aos territórios indígenas resultou apenas no “[...] reconhecimento de quatro Terras Indígenas (T.I.) e a delimitação, por portaria, de 10 novos territórios indígenas” (Carneiro; Martins, 2025).



Da série *Catrimani* (1971-1972) Cortesia Galeria Vermelho. Foto: Claudia Andujar (<https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Com-fotografias-e-livros-sobre-os-Yanomami-MUPA-inaugura-mostra-de-Claudia-Andujar>)



O xamã e tuxaua João assopra o alucinógeno *yãkoana*. *Catrimani*, Roraima, 1974. Foto: Claudia Andujar. Disponível em: <https://ims.com.br/exposicao/claudia-andujar-a-luta-yanomami-ims-rio/>

3.3.2. Territórios em *Confluência* e os Povos Quilombolas

Os povos e comunidades quilombolas, outra dimensão de grande relevância para este trabalho, também são sujeitos sociais múltiplos em diversos sentidos. Entende-se, portanto, diante dos limites das próximas linhas, que houve a escolha por trazer algumas das referências que possam demonstrar, assim como no tópico sobre os povos indígenas, reflexões e leituras desses sujeitos sobre a relação de centralidade entre seus territórios e a natureza, a Terra.

Antes das reflexões sobre o modo de pensar quilombola, Clóvis Moura, grande referência intelectual brasileira, auxilia no entendimento acerca do processo de constituição dos quilombos no Brasil, e principalmente, sobre o lugar ativo da população negra no tensionamento do sistema escravista colonial. Este que “[...] foi o último país do mundo a abolir a escravidão negra” (Moura, 2022, p. 24), apresenta as consequências desse processo em diversas dimensões econômicas, políticas e sociais.

Há comumente uma perspectiva difundida de que a população negra, no período colonial, ocupava um lugar pouco resistente em relação à condição de subalternidade que lhes foi imposta. Clóvis Moura, portanto, ocupa um lugar importantíssimo para o questionamento desta perspectiva e para o fortalecimento da interpretação sobre a formação social brasileira. Publicou no ano de 1959 a obra *Rebeliões da Senzala*, que fortalece o entendimento acerca do protagonismo da população negra nos movimentos de resistência à escravidão.

Rebeliões da Senzala marca a “ruptura dos estudos sobre a formação nacional, colocando o escravismo como categoria central da formação histórica brasileira”. (Almeida, 2003, p. 4). Ele é chave central que vai contrariar duas correntes persistentes na época, a construída por Gilberto Freyre, que colocava o escravismo com um sistema de conciliação e a assumida pela “escola paulista” que tinha como membro Fernando Henrique Cardoso, que tinha o escravo como vítima alienada e sem rumo do sistema. (Silva, 2019, p. 4)

Desse modo, Clóvis destaca que “os quilombos proliferaram inicialmente como forma fundamental de resistência” (1959, p. 69). Nesse sentido, a partir de suas pesquisas afirmou que “em tôdas as partes da Colônia em que surgia a agricultura e a escravidão, logo os quilombos apareciam enchendo as matas e pondo em sobressalto os senhores de terras” (*ibidem*). Os quilombos nesse período,

portanto, não foram um acontecimento isolado, era uma estratégia organizada e difundida por várias regiões. Ou seja, estavam presentes no “Rio de Janeiro, em Alagoas, no Maranhão, em Minas Gerais, em Mato Grosso, no Piauí, na Bahia, [...] em todos os focos de trabalho escravo, lá estavam os quilombos atestando o inconformismo do negro frente à escravidão que lhe fôra imposta” (Moura, 1959, p. 69). Cívico Moura destaca também, em outra obra, sobre a compreensão de estudiosos do mesmo período que reforçaram a posição da população negra à margem do sistema em diversos sentidos:

[...] os movimentos de rebeldia dos escravos e a violência usada por eles contra o sistema escravista são subestimados constantemente, Esquecem-se esses estudiosos que a violência também é uma categoria econômica. [...] como se o escravo não existisse no sistema escravista como sujeito coletivo atuando na dinâmica social. O escravo não foi aquele objeto passivo que apenas observava a história. Não foram os escravos “testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo”, [...] pelo contrário, um componente dinâmico permanente no desgaste do sistema, através de diversas formas, e que atuavam, em vários níveis, no processo do seu desmoronamento. (Moura, 2022, p. 20-21)

Portanto, pensar na importância dos quilombos para a história social brasileira, é considerar uma ação direta em relação ao processo de dinamização do sistema colonial. Moura destacou: “Em que nível ele contribuiu para a dinamização do sistema? [...] para nós, é justamente no abandono do trabalho que o escravo dinamiza (por negação) o sistema e se afirma como sujeito histórico coletivo” (Moura, 2022, p. 21). Ou seja, destaca-se que diante do tensionamento do tecido social, e da sua construção enquanto sujeito histórico coletivo, a luta da população negra escravizada não deve ser vista “[...] como uma borra isolada do processo histórico, mas como uma força social que atuava de forma transformadora no próprio centro do sistema” (Moura, 2022, p. 26).

Quando entra em guerra contra o poder colonial, seu reino assume a forma de um quilombo: um entrenchamento na floresta combinado com táticas de guerrilha. Esse gesto de desdobrar um território insubmisso num movimento de retirada - uma secessão florestal - foi continuamente retomado e reinventado pelos quilombolas no contexto do Brasil escravocrata. (Bona, 2025, p. 93)

Constituindo-se enquanto “[...] comunidades que possuíam uma economia cujo conteúdo se chocava com o latifúndio escravista” (Moura, 2022, p. 51), os

quilombos dividiram-se essencialmente em duas dimensões: “Os pequenos quilombos possuíam uma estrutura muito simples: eram grupos armados”, enquanto “Os grandes, porém, já eram muito mais complexos. O de Palmares chegou a ter cerca de vinte mil habitantes e o de Campo Grande, em Minas Gerais, cerca de dez mil ou mais” (Moura, 2022, p. 31).

Sendo assim,

Várias foram as formas de resistência do escravo negro ao regime escravista. Mesmo com todas as limitações que a estrutura do sistema impunha ao cativo [...] Resistiu usando desde formas ativas, como as insurreições cidadinas, que não se esgotaram com as de Salvador, ocorridas durante o século XIX, até os quilombos disseminados em todo o território nacional - do Rio Grande do Sul ao Pará - e as guerrilhas que permeavam as duas formas fundamentais de resistência. (Moura, 2022, p. 106)

Partindo da compreensão de que os movimentos de resistência da população negra são, historicamente, ferramentas de tensionamento do sistema de violência e opressão que chegam no Brasil a partir da dinâmica colonial, estes se complexificam com o aprofundamento das relações sociais, políticas e econômicas do Modo de Produção Capitalista. Desse modo, há uma atualidade permanente na necessidade da existência dos quilombos enquanto modo de oposição direto ao sistema capitalista, destacando a reafirmação da ancestralidade, a vivência coletiva e a relação com a natureza e com a produção de alimentos.

A resistência a todas as violências históricas é uma verdade constante, e o conhecimento e práticas ancestrais dos povos tradicionais são estratégias importantes e necessárias. No que tange à população negra, “é esse corpo desancorado, esse corpo de relevo acidentado, esse corpo arquivo da crueldade, que as danças, os cantos, as artes e rituais afrodiáspóricos se propõem reconstruir” (Bona, 2025, p. 78).

Uma referência atual importante, que se cultivou enquanto tradutor da sabedoria oral de seu povo para o mundo das palavras, é o eterno Antônio Bispo do Santos, também conhecido como Nêgo Bispo. Atuou na Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOP/PI) e na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) (Santos, 2023). Nêgo Bispo expande a compreensão sobre o mundo, sobre a necessidade de uma

relação horizontal com o território, provocando diversas reflexões sobre o impacto da colonialidade sobre todas as dimensões do viver. Nêgo Bispo disse:

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-a de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. (Santos, 2023, p. 12)

Nêgo Bispo ao realizar o trabalho de tradução da oralidade de sua comunidade, para a escrita, apresenta “[...] algumas denominações que as pessoas na academia chamam de *conceitos*” (Santos, 2023, p. 14). Com o intuito de construir outro universo de significações, e se opor ao que apresenta como “colonialismo”, em comunidade propõe a “*guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las*” (*ibidem*).

Por exemplo, se o inimigo adora dizer *desenvolvimento*, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofobia⁹. Vamos dizer que a cosmofobia é um vírus pandêmico e botar pra ferrar com a palavra *desenvolvimento*. Por que a palavra boa é *envolvimento*. [...] Para enfraquecer o *desenvolvimento sustentável* nós trouxemos a *biointeração*; para a *coincidência*, trouxemos a *confluência*; para o saber *sintético*, o saber *orgânico*; para o *transporte*, a *transfluência*; para o *dinheiro* (ou a troca), o *compartilhamento*; para a *colonização*, a *contracolonização*... e assim por diante. (Santos, 2023, p. 14)

Nesse movimento das denominações, destaca-se a denominação de *confluência* como uma dimensão importante de ser compreendida “[...] a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito” (Santos, 2023, p. 14). Ao exemplificar esse movimento aponta que “um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende” (*ibidem*). O que está sendo sinalizado aqui é o movimento de multiplicação, de ampliação, um entendimento que abarca a dimensão do coletivo, daquilo que se constrói junto. Para Nêgo Bispo, “essa é a

⁹ “A cosmofobia é responsável por esse sistema cruel de armazenamento, de desconexão, de expropriação e de extração desnecessária. [...] O desperdício é um resultado da cosmofobia. A cosmofobia é a necessidade de desenvolver, de desconectar, de afastar-se da originalidade” (Santos, 2023, p. 27).

medida”, entendendo que: “[...] a *confluência*, essa palavra germinante, me veio em um momento em que a nossa ancestralidade me segurava no colo. Na verdade, ela ainda me segura! Ando me sentindo no colo da ancestralidade e quero compartilhar isso. (Santos, 2023, p. 14)

Em sua reflexão, analisa também a forma como a cidade, o que chama de “território artificializado” é algo completamente feito e pensado para seres humanos, não engloba o todo, a natureza. “Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram” (Santos, 2023, p. 18). Destaca que foi o processo da humanidade que desconectou os seres humanos da natureza, dizendo que “os humanos não se sentem como entes do ser animal. Essa desconexão é um efeito da cosmofobia” (*ibidem*, p. 19).

Quando cheguei à cidade, percebi que era preciso pagar para fazer a casa, pagar pelo terreno, pagar por tudo. Quando o saber é transformado em mercadoria e hierarquizado, qual é a medida que justifica um servente ganhar menos do que um pedreiro? [...] A cidade não me cabe. Enquanto a sociedade é feita por posseiros, as nossas comunidades são feitas por pessoas. Na cidade, as pessoas tinham medo de gente. Nas comunidades, ninguém tinha medo de gente, vivíamos tranquilos. [...] Se uma pessoa passava na minha roça e pegava um fruto para comer, eu ficava feliz, era motivo de reconhecimento, como se eu tivesse recebido um troféu. (Santos, 2023, p. 20-21)

A visão do pertencimento é determinante na perspectiva quilombola, ao contrário dos “povos da cidade” que ao viverem dentro do que Nêgo Bispo chama de “estruturas colonialistas”, precisam “acumular dinheiro, acumular coisas”, ou seja, “estão desconectados da natureza, não se sentem como natureza”¹⁰ (Santos, 2023, p. 22). Além disso, reconhece que na dinâmica do sistema das cidades, “[...] só tem valor o que vira mercadoria”, inclusive as histórias, que não são fortalecidas pela oralidade, como dentro dos quilombos: “Nós contamos histórias sem cobrar nada de ninguém, o fazemos para fortalecer a nossa trajetória. E não contamos apenas as histórias dos seres humanos, contamos também histórias de bichos: macacos, onças e passarinhos” (Santos, 2023, p. 25). Entendendo que na realidade quilombola de Nêgo Bispo: “No lugar onde nasci e fui criado, temos uma relação

¹⁰ Cabe pontuar que em sua perspectiva: “Nem todos os povos da cidade são povos colonialistas, mas a cidade é um território colonialista. Há povos vivendo a duras penas nesse território colonialista. Quando falo em *povos da cidade*, falo de povos eurocristãos colonialistas, mas do ponto de vista territorial” (Santos, 2023, p. 22).

orgânica com todas as vidas. Todas as vidas são necessárias, são importantes” (*ibidem*, p. 26)

Quando ouço *troca*, entretanto, sempre digo: “Cuidado, não é troca, é compartilhamento”. Porque a troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. [...] Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende. [...] Na Caatinga, os umbuzeiros nos recepcionaram. Eles compartilharam seus frutos, suas folhas e suas raízes quando chegamos, e não trouxemos nada para os umbuzeiros. Eles já eram nativos daqui, viemos habitar nesta terra depois deles. Foi assim com os pássaros, foi assim com uma planta chamada pinhão [...] que as juritis adoram. Elas comem esses pinhões e, vez por outra, pegamos uma juriti. O pinhão compartilha com a juriti, a juriti compartilha conosco, e nós vamos compartilhar de novo com o pinhão. Agora que já estamos aqui há mais tempo, entramos também no ciclo local de compartilhamento. (Santos, 2023, p. 36)

O *ciclo de compartilhamento* é algo incrível, e que poderíamos entender enquanto parte do processo do Metabolismo Social na leitura marxiana. Um sistema que engloba todos, desde os animais, plantas e seres humanos, e que se constrói em rede, como traduz Nêgo Bispo. “Chegamos como habitantes, em qualquer ambiente, e vamos nos transformando em compartilhantes. No quilombo, somos compartilhantes, desde que tenhamos nascido aqui ou que tenhamos uma relação de pertencimento” (Santos, 2023, p. 38). De modo integrado, através da *confluência* de saberes, se constroem os quilombos:

Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afroconfluentes, em conversa com os povos indígenas. No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derreter! (Santos, 2023, p. 45)

Um movimento de *transfluência* compõe a vida quilombola e a natureza, assim “[...] somos começo, meio e começo. Porque a gente transflui, conflui e transflui. Conflui, transflui e conflui” (Santos, 2023, p. 49):

Os colonialistas, povos sintéticos, são lineares e não transfluem, eles apenas refluem, porque são o povo do transporte. [...] O transporte vai e volta em linha reta. [...] Já no sistema cosmológico, não há refluência. A água não reflui, ela transflui e, por transfluir, chega ao lugar de onde partiu, na circularidade. Ou seja, ela vai na correnteza, encontra outras águas, fortalece-se na correnteza, mas ao mesmo tempo evapora, percorre outro

espaço, em forma de nuvem, e chove. A chuva vai para outros lados, mas também volta para as nascentes. [...] Elas não vêm pelo mesmo percurso, caminho ou curso. Elas vêm na circularidade. (Santos, 2023, p. 50)

Nêgo Bispo destaca que a confluência faz parte da organicidade do viver, a vida acontecendo e sendo construída junto com a natureza. Em seu relato destaca sobre as trajetórias de seu cotidiano, e que o alimento disponível em território era parte essencial. Apontou em seu livro sobre o prazer de se alimentar do que a natureza dispunha, lembrando quando mais novo que sua comunidade dispunha de uma dinâmica de produção em que o que “[...] lavrávamos da terra era suficiente para nos alimentar. E o que sobrava era suficiente para alimentar quem estava na cidade, pois as cidades também eram pequenas” (Santos, 2023, p. 80). Porém, com a chegada do agronegócio, houve uma transformação em seu território:

Quando o agronegócio chegou por aqui, nos disseram para não consumir boa parte dos frutos que costumávamos consumir. Tudo aquilo que não era mercadoria era ruim, só o que era mercadoria prestava. Fruta, naquela época, não era algo que se comprava na feira. [...] Se a natureza te oferece de graça, por que vender? Isso é puro colonialismo. O colonialismo vai começar a dizer que o nosso tipo de manga é ruim e começar a vender outro tipo de manga, a manga Thompson, a manga de avião. Toda manga boa tem que vir de avião? Para colher o pequi, a gente esperava cair, pois a casca do pequi tirado à força não solta tanto. Quanto ao caju, escolhíamos os mais bonitos, deixávamos os outros para os pássaros e os que caíam eram para os porcos. Nunca tirávamos tudo. Mas substituíram as sementes e também os animais. (Santos, 2023, p. 81)

Ao pontuar sobre as frutas, sua forma de colheita, a noção de que também é alimento para os animais, tendo o compartilhamento no coletivo como uma direção essencial, tudo isso reafirma a vivência quilombola enquanto uma sociabilidade ampliada e consciente de seu território e todos que nele habitam. Nêgo Bispo aponta também que em sua comunidade, “[...] a maioria das famílias afroconfluentes praticava a agricultura. Ninguém tinha terras, tínhamos cultivos. Se fazíamos uma roça num ano, exploramos aquele lugar por dois anos, em ciclo” (Santos, 2023, p. 90).

O processo de produção de alimentos enquanto sabedoria ancestral, que constitui a base da vida, é extremamente importante para os Povos dos Campos, Águas e Florestas. Na realidade do pensador, “na mesma roça se plantavam, juntos, milho, mandioca, feijão, algodão. Não plantamos de forma linear, plantamos de forma triangular”. Dessa maneira era possível ter um aproveitamento total do

território, preservando a organicidade do processo de produção de alimentos. A partir da forma triangular é possível “[...] plantar entre os tocos, e as plantas nativas brotavam em meio às plantas cultivadas” (Santos, 2023, p. 90). A natureza fornece o caminho para o que vai nascer:

Nossa geração avó dizia que a gente planta o que a gente quer, o que a gente precisa e o que a gente gosta, e a terra dá o que ela pode e o que a gente merece. Então jogávamos todo tipo de semente no mesmo local e a terra fazia a seleção das sementes que ela deixava germinar. [...] Essa era a sabedoria cosmológica do nosso povo. [...] O nosso povo também dizia que a terra dá e a terra quer. Quando dizemos isso, não estamos falando da terra em si, mas da terra e de todos os seus compartilhantes. [...] Ninguém fazia análises de solo, conhecíamos o solo só pelo olhar. Só de olhar para a terra já sabíamos o que plantar. Conhecíamos a vegetação. [...] É a linguagem cósmica. É simples. Não é preciso fazer análises de solo porque a terra já diz o que está disposta a oferecer. (Santos, 2023, p. 90-92)

A partir disso, Nêgo Bispo apresenta uma compreensão muito importante para os seus: “Há uma compreensão nossa - e isso é cosmológico - de que tudo o que nasceu por conta da natureza é de todo mundo” (Santos, 2023, p. 95). Não existem donos para a natureza, não é em torno do funcionamento mercadológico do sistema capitalista que as vivências coletivas dos sujeitos sociais, destacados no trabalho em questão, se constituem. “Orgânico é aquilo que todas as vidas podem acessar. O que as vidas não podem acessar não é orgânico, é mercadoria - com ou sem veneno” (Santos, 2023, p. 101).

Nêgo Bispo encerra o seu livro com uma sabedoria que merece destaque sobre os povos quilombolas, que pode ser estendido para todos os povos e comunidades tradicionais:

Somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. **As nossas vidas não têm fim.** A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo. (Santos, 2023, p. 102, grifos próprios)



Nêgo Bispo e seu neto Norberto. | Imagem: acervo pessoal do Quilombo Saco Cortume. Disponível em: <https://ocorrediarior.org/com-a-terra-da-a-terra-quer-quilombola-nego-bispo-e-indicado-ao-premio-jabuti-academico/>



Quilombo Saco Cortume em São João do Piauí | foto: Sabrina Moraes. Disponível em: <https://ocorrediarior.org/com-a-terra-da-a-terra-quer-quilombola-nego-bispo-e-indicado-ao-premio-jabuti-academico/>

CONCLUSÃO

O trabalho em questão se propôs a abrir caminhos de compreensão acerca da dinâmica da Financeirização da Natureza, pontuando algumas de suas expressões atuais, no período dos anos 2024-2025. Para além disso, destacou-se o intuito de evidenciar consequências dessa ferramenta capitalista de exploração da natureza em relação aos Povos dos Campos, Águas e Florestas.

Dessa maneira, o primeiro capítulo possibilitou, a partir de Marx (2017; 2023), a aproximação da relação fundamental entre ser-humano e natureza, pontuando a centralidade do Metabolismo Social. Foram apontados a acumulação primitiva e os fundamentos de estruturação do Sistema Capitalista, além de evidenciar a dinâmica de expropriação da Terra e dos bens da natureza enquanto essenciais. Esse conjunto, que estrutura a ruptura metabólica, é necessário para a acumulação de capital. A transformação da relação com a Terra e com a produção de alimentos também foi um destaque, revelando rebatimentos para natureza e para os sujeitos sociais.

O segundo capítulo foi estruturado pontuando o processo de complexificação do Sistema Capitalista, destacando o estabelecimento da Crise Estrutural, na perspectiva de Mészáros (2011). Foram feitas análises sobre a violência na dinâmica estrutural do sistema, destacando a posição dos países periféricos ao Capital, como o Brasil. Além disso, evidenciou-se a financeirização enquanto uma estratégia de superação das crises, apontando esta enquanto etapa fundamental na intensificação do acúmulo de riquezas, revelando a barbárie enquanto dimensão que atravessa a historicidade do capitalismo.

Por fim, no terceiro capítulo, foi realizada uma exposição acerca da Questão Ambiental, destacando a Crise Climática enquanto elemento de preocupação, e a tendência da presença de posicionamentos reformistas ao capital. Foi desenvolvida uma apresentação das algumas das principais tendências da Financeirização da Natureza no período em destaque, compreendendo de que maneira os bens da natureza estão ocupando a centralidade de interesses do capitalismo, em relação ao território brasileiro. O final do capítulo apresenta duas representações dos Povos dos Campos, Águas e Florestas que são cruciais para o posicionamento crítico e historicizado da vivência no território brasileiro, mas que principalmente, possuem

uma relação horizontal e ancestral com a natureza que se opõe diretamente à lógica do capitalismo.

Sendo assim, o objetivo inicialmente elaborado pretendia analisar tendências da financeirização da natureza, entre 2024-2025, com o intuito de pontuar os rebatimentos desse processo para os Povos dos Campos, Águas e Florestas. A hipótese inicialmente definida apontava para uma ameaça direta desse processo em relação aos Sujeitos Sociais delimitados.

Para além da confirmação dessa hipótese, chegando ao final dessa pesquisa é possível afirmar que há um risco direto para todos os Povos dos Campos, Águas e Florestas no processo de intensificação da exploração da natureza e sua introdução em novos mecanismos geradores de lucro. Porém, de forma alarmante, o movimento de complexificação do capital através dessas novas ferramentas coloca em risco todos os seres vivos da Terra. Não é uma questão apenas para países periféricos ao sistema capitalista, ou para territórios específicos, os efeitos da relação destrutiva do capitalismo em relação aos bens naturais ultrapassa limites imagináveis.

Demarca-se, com toda nitidez, que os bens comuns são a grande centralidade para os Sujeitos Sociais destacados, porém, faz-se necessária a defesa de que esses deveriam ser a grande centralidade para toda a humanidade. Aquilo que desperta no real frente aos olhos aponta para um cenário completamente destrutivo e preocupante, em que nós, enquanto parte ativa dessa sociedade, e habitantes de um mesmo território, deveríamos estar conscientes.

Após as reflexões que foram construídas em relação à forma de pensar as relações sociais, a Terra, o processo de alimentação, o sentido da comunidade, evidencia-se a imensa contribuição dos Povos dos Campos, Águas e Florestas em relação à vida e à sociabilidade do espaço comum. A partir disso a relação horizontal com a natureza foi percebida enquanto uma categoria central.

A contaminação dessa outra lógica, que surge a partir da consolidação do sistema capitalista, coloca em movimento um direcionamento permanente em torno do acúmulo e da apropriação privada, que contribui diretamente para uma sociedade adoecida e mercadologicamente direcionada. A resposta para a Crise Climática, para as tragédias que se apresentam com uma natureza em completo desgaste, é completamente direta: É necessário construir um outro metabolismo social!

O grande ponto reflexivo desta pesquisa é que os Povos Indígenas e Quilombolas já ensinam historicamente esse caminho. Em sua existência cotidiana eles demonstram a grandeza e importância de outro olhar em relação à natureza, ao tempo e à existência.

Para além de ambos os sujeitos mencionados aqui, existem diversas outras organizações que estão repensando a relação com a natureza e apresentando alternativas materiais. Não há dúvidas de que um outro sujeito coletivo que está protagonizando a construção de tecnologias eficientes para uma outra relação com a natureza, com a produção de alimentos, que está fundamentando caminhos alternativos ao capitalismo, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os Povos Camponeses, que também são atravessados e constituídos pela historicidade negra e indígena, organizados a partir do MST, realizam a difusão em território nacional e internacional, de uma outra maneira de se relacionar com a Terra e de construir vínculos coletivos e conscientes. A agroecologia e a luta pela Reforma Agrária Popular, portanto, representam o grande direcionamento desse processo, e aqui ocupam lugar de destaque e de defesa.

O movimento atualmente é composto por 400 mil famílias assentadas, 70 mil famílias acampadas, 1900 associações, 186 cooperativas e 120 agroindústrias espalhadas por todo Brasil (MST, 2026a). É uma quantidade expressiva de sujeitos sociais que cotidianamente trabalham para o fortalecimento de alternativas concretas em seus territórios de reforma agrária, em que a partir da agroecologia e da soberania alimentar, constroem não apenas uma produção de alimentos saudáveis impressionante, mas estabelecem outras formas de relação social a partir de sua politização.

A luta contra a concentração de terra e contra o agronegócio são dois aspectos centrais. No 14º Encontro Nacional do MST, que contou com a presença de 3 mil militantes, foi divulgada uma “Carta ao Povo Brasileiro”. Um dos elementos centrais debatidos foi a reafirmação da “[...] Reforma Agrária Popular como um projeto estratégico para o Brasil” (MST, 2026b), dessa maneira foi destacado que esse direcionamento representa uma “[...] alternativa concreta ao modelo destrutivo do agronegócio, capaz de enfrentar a concentração fundiária, produzir alimentos saudáveis, recuperar os biomas, combater o analfabetismo e as violências no campo, além de construir territórios dignos para viver” (*ibidem*).

O MST, portanto, sendo mais um exemplo somados aos Povos Indígenas e Quilombolas, de maneira cada vez mais ampliada, estão demonstrando estratégias e possibilidades para a construção de um outro metabolismo social com a natureza, em que a relação com a Terra e com a produção de alimentos são dimensões essenciais. Esses são elementos centrais que se apresentam em toda a minha trajetória de pesquisa, e que se direcionam para uma possível continuidade investigativa no doutorado.

A pesquisa abriu caminhos importantes de aproximação com o mecanismo da financeirização da natureza, em que foi possível afirmar que há uma necessidade urgente em compreender mais sobre o que de fato consiste essa ferramenta. Ainda há muito para ser conhecido, estudado e analisado, porém, é possível afirmar com muita clareza que esse movimento mais atual do capital é completamente violento e destrutivo, assim como toda sua estrutura.

Algumas conclusões a respeito dessa dinâmica são evidentes: A financeirização da natureza segue o rastro da tendência mais geral de financeirização da economia e, portanto, da vida social, intensificando a compressão espaço-tempo e impondo às nossas vidas um ritmo alucinante, a fim de assegurar os lucros.

É importante destacar que a financeirização ultrapassa a fase da mercantilização da natureza. Não se trata apenas da transformação da natureza em produto, mas sobre uma maneira muito mais violenta de utilização da natureza, compatível com a atual fase de acumulação capitalista centrada na financeirização do capital. Esse processo permite que ocorra uma separação dos bens da Terra, introduzindo-os à lógica do mercado financeiro, muitas vezes a partir de uma lógica automatizada, um processo de especulação dos bens e serviços ambientais sobre os quais a mão humana não precisa necessariamente estar presente.

A partir da financeirização há um deslocamento do preço em relação ao valor, cuja mediação são as apostas. Nesse processo há uma incidência direta e alarmante sobre a posse e propriedade da terra e dos bens naturais (lastro e suporte material para as transações especulativas). Além disso, esse mecanismo transforma as expressões da destrutividade ambiental em novos objetos de transação mercantil, inaugurando novos nichos de mercado.

A partir de todas essas conclusões, em concordância com a perspectiva crítica, e com o materialismo histórico dialético, compreende-se que apenas através

da análise do real, em suas diversas determinações, é possível entender a historicidade do movimento, os fundamentos e estruturas do sistema capitalista, para dessa maneira construir saídas em direção à sua superação.

Conclui-se com firmeza que a defesa da natureza, de todos os seus bens, e de todos os Povos Tradicionais, Sujeitos Sociais dos Campos, Águas e Florestas, é um compromisso ético-político. A construção de outro metabolismo social é uma necessidade coletiva e urgente. Entende-se, portanto, que apenas a partir do reconhecimento das ferramentas do capitalismo, seu desvelamento, somado ao fortalecimento dos Sujeitos Sociais e da classe trabalhadora, em processo de consciência e politização, será possível tensionar o sistema atual e construir caminhos para uma outra sociabilidade anticapitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABES. Estudo identifica 465 data centers em operação no Brasil e está disponível para download gratuito. **ABES**. São Paulo, 19 dez. 2025. Disponível em: <https://abes.org.br/estudo-identifica-465-data-centers-em-operacao-no-brasil-e-esta-disponivel-para-download-gratuito/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

Albert, Bruce; Kopenawa, Davi. **O Espírito da Floresta: A luta pelo nosso futuro**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

Agência Brasil. Assassinatos de indígenas crescem em 2024 e chegam a 211, indica Cimi: Roraima lidera o ranking com 57 homicídios. **Agência Brasil**. Brasília, 29 jul. 2025b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-07/assassinatos-de-indigenas-crescem-em-2024-e-chegam-211-indica-cimi>. Acesso em: 19 jan. 2026

Agência Brasil. Entenda como funciona o Fundo Florestas Tropicais para Sempre: Iniciativa foi lançada durante a COP30, em Belém. **Agência Brasil**. Brasília. 2025a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-11/entenda-como-funciona-o-fundo-florestas-tropicais-para-sempre>. Acesso em: 03 jan. 2026

Agência Brasil. Pessoas negras seguem sendo maioria das vítimas de homicídio no país: Números são do Atlas da Violência 2025, divulgado hoje pelo Ipea. **Rádio Agência**. Rio de Janeiro, 12 mai. 2025c. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/seguranca/audio/2025-05/pessoas-negras-seguem-sendo-maioria-das-vitimas-de-homicidio-no-pais>. Acesso em: 19 jan. 2026.

Ambrosio, Nicolay. “Lula está entregando a Amazônia para os países ricos”, diz Alessandra Munduruku. **Amazônia Legal**. 04 nov. 2025. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/lula-esta-entregando-a-amazonia-para-os-paises-ricos-diz-alessandra-munduruku/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

Andujar, Claudia. **[Da série Catrimani 1971-1972]**. 2023. Fotografia. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Com-fotografias-e-livros-sobre-os-Yanomami-MUPA-inaugura-mostra-de-Claudia-Andujar>. Acesso em: 16 jan. 2026

Andujar, Claudia. **[O xamã e tuxaua João assopra o alucinógeno yãkoana. Catrimani, Roraima, 1974]**. Fotografia. Disponível em: <https://ims.com.br/exposicao/claudia-andujar-a-luta-yanomami-ims-rio/>. Acesso em: 16 jan. 2026

APIB. **A Resposta Somos Nós: Vinte anos de APIB e a Emergência Climática**. 11 abr. 2025. Disponível em: <https://apiboficial.org/2025/04/11/a-resposta-somos-nos-vinte-anos-de-apib-e-a-emergencia-climatica/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

APIB. Quem Somos. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Oficial. 2026. Disponível em: <https://apiboficial.org/sobre/>. Acesso em: 16 jan. 2026

Araújo, Nailsa Maria Souza; Silva, Maria das Graças e. **Economia Verde: A Nova Ofensiva Ideológica do Ecocapitalismo**. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 127-143, jul./dez. 2012.

Araújo, Nailsa Maria Souza; Silva, Maria das Graças e. **O Metabolismo Social e Sua Ruptura no Capitalismo: Aspectos Históricos e Sua Configuração na Etapa da Financeirização da Natureza**. Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, v.13, n.2, p.151-173, ago. 2021. ISSN: 2175-5604

Associação Brasileira de ESG. **Quando surgiu o conceito ESG?** Congresso Nacional de ESG. 2024. Disponível em: <https://www.congressodeesg.org.br/post/quando-surgiu-o-conceito-esg>. Acesso em: Jan. 2026

Assunção, Matheus Gringo de; Monsalve, Sofia; Rocha, Nayara Côrtes. Apresentação. In: Seufert, Philip et al. **O Capitalismo Clandestino e a Financeirização dos Territórios e da Natureza**. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 13-18.

Bensaïd, Daniel (2007) in Marx, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

Bispo, Fábio. Licença do Ibama para o Bloco 59 Abre Caminho Para Nova Corrida do Petróleo na Amazônia. **InfoAmazônia**. 2025. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2025/10/20/licenca-do-ibama-para-bloco-59-abre-caminho-para-nova-corrida-do-petroleo-na-amazonia/>. Acesso em: 03 jan. 2026

Boechat, Cássio Arruda. **Os Fiagros, o capital fictício e a financeirização recente do agronegócio brasileiro**. Rev. NERA. São Paulo. V. 27, N. 2. e10025, 2024.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nera/a/HJ39WjKHNQj3KFG4Q78vwx/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 06 jan. 2025.

Bona, Dénètem Touam. **Sabedoria dos Cipós: Cosmopoética do refúgio**. São Paulo: Ubu Editora, 2025. 144 p.

Bonin, Iara. **Cosmovisão Indígena e Modelo de Desenvolvimento**. Encarte Pedagógico V – Jornal Porantim | Junho/Julho 2015. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Porantim376_JunJul_Encarte-2015.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2026.

Brasil. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Fiagro e CRA impulsionam agronegócio no mercado de capitais nos últimos dois anos**. Brasília, DF, 6 jan. 2025b. Disponível em:

<https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/2025/fiagro-e-cra-impulsionam-agronegocio-no-mercado-de-capitais-nos-ultimos-dois-anos>. Acesso em: 6 jan. 2026.

Brasil. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Disponível em:

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 30 ago. 2025a

Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **MP cria o REDATA, que estimula datacenters e impulsiona economia digital no Brasil**. Brasília, DF, 3 set. 2025c. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2025/setembro/mp-cria-o-redata-que-estimula-datacenters-e-impulsiona-economia-digital-no-brasil>. Acesso em: 7 jan. 2026.

Bruckmann, Mônica. **Ou Inventamos ou Erramos: A Nova Conuntura Latino-Americana e o Pensamento Crítico**. Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2011.

Carcanholo, Marcelo Dias. **Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: Lógica, Contradições e Possibilidades**. Crítica e Sociedade: revista de cultura política. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011. ISSN: 2237-0579.

Carcanholo, Marcelo Dias. **Dialética do Desenvolvimento Periférico: Dependência, Superexploração da Força de Trabalho e Política Econômica**. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

Carneiro, Taymã; Martins, Valéria. **Brasil tem quatro terras indígenas reconhecidas e 10 novas declaradas durante a COP 30, em Belém**. G1 PA, 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/11/18/brasil-tem-quatro-terras-indigenas-re-conhecidas-e-10-novas-declaradas-durante-a-cop-30-em-belem.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Chesnais, François. **A Proeminência da Finança no Seio do “Capital em Geral”**: O Capital Fictício e o Movimento Contemporâneo de Mundialização do Capital in: Brynhoff, Suzanne de [et al]. *A Finança Capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010. 348p.

COIAB. **Projetos**. COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. Manaus, 2026. Disponível em: <https://coiab.org.br/gerencias/projetos/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

Cunha, Daniel. O teto que bloqueia o sol: arcabouço fiscal, petróleo na Amazônia e o bloqueio da transição energética. **Blog Boitempo**. 2025. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2025/12/14/o-teto-que-bloqueia-o-sol-arcabouco-fiscal-petroleo-na-amazonia-e-o-bloqueio-da-transicao-energetica/#prettyPhoto>. Acesso em: 03 jan. 2026

FAO e FILAC. **Os povos indígenas e tribais e governança florestal**. Uma oportunidade para a ação climática na América Latina e no Caribe. Santiago do Chile. FAO. 2023. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/682c6142-368a-43c8-857c-ddd7db41add2>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Fernandes, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 5. ed. rev. São Paulo: Global. 2008.

Fortescue. Página Inicial. 2026a. Disponível em: <https://www.fortescue.com/en>. Acesso em: 03 jan. 2026a

Fortescue. Nossos Projetos. 2026a. Disponível em: <https://brasil.fortescue.com/pt/our-projects>. Acesso em: 03 jan. 2026b

Foster, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução de Rodrigo Oliveira. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

Galeano, Eduardo H., 1940 **As veias abertas da América Latina** / Eduardo Galeano; tradução de Sergio Faraco. L&PM: Porto Alegre, 2012.

Grossi, Mônica Aparecida. **Política da Questão Ambiental no MST**: a agroecologia como estratégia produtiva e política. Tese de Doutorado. 2014.

Guerra, Yolanda; Montañó, Carlos. **Serviço Social Crítico**: Teoria e Prática: Uma Análise dos Fundamentos do Serviço Social para a Construção/Consolidação de uma Perspectiva Crítica na Profissão. Campinas: Papel Social, 2024.

Idoeta, Paula Adamo; Mota, Camilla Veras. Por que Trump Mira Terras Raras e Minerais no Mundo Todo - E qual o Lugar do Brasil Nesse Xadrez. **BBC News**

Brasil. 27 jul. 2025. Disponível em:

[davihttps://www.bbc.com/portuguese/articles/c3w4wlvllp6o](https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3w4wlvllp6o) Acesso em: 08 nov 2025.

Júnior, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6.ed. Editora Brasiliense. 1942. Disponível em:

<https://favaretoufabr.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/formac3a7c3a3o-d-o-brasil-contempor3a2neo-caio-prado-junior.pdf>. Acesso em: 01 set. 2025.

Junior, Reginaldo Pereira França; Lara, Ricardo. **Trabalho e Ser Social**: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional. Textos & Contextos: Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 20 - 31, jan./jun. 2015.

Krenak, Ailton. **Ideias Para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

Krenak, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

Lapyda, Ilan. **Introdução à financeirização**: David Harvey, François Chesnais e o Capitalismo Contemporâneo. Edição: Mariangela Cabelo. I ed. São Paulo: CEFA Editorial, 2023.

La Via Campesina. **Sobre La Via Campesina**. 2025. Disponível em:

<https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>. Acesso em: 16 dez. 2025

Martins, Laís. Ceará Autoriza Data Center do TikTok a Usar Sete Vezes mais Água do que o Previsto No Licenciamento Ambiental: Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará liberou uso de água sem fiscalizar suficiência, apenas com base em autodeclaração de empresa. **Intercept Brasil**. 27 nov. 2025. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/11/27/ceara-autoriza-data-center-tiktok-sete-vezes-mais-agua-licenciamento/>. Acesso em: 07 jan. 2026.

Marx, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

Marx, Karl. **O capital** : crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista / Karl Marx; Edição de Friedrich Engels; tradução Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

Marx, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

Matera. Conheça o Potencial Ilimitado da IA no Mercado Financeiro: Dados, Suas Aplicações e Perspectivas para o Futuro. **Matera**. 15 jul. 2025. Disponível em: <https://www.matera.com/br/blog/ia-no-mercado-financeiro/>. Acesso em: 07 jan. 2026.

Menegat, Marildo. **A Crise da Modernidade e a Barbárie**. Physis: Rev. Saúde Coletiva: Rio de Janeiro, 10(1): 197-216. 2000.

Menegat, Marildo. **O Giro dos Ponteiros do Relógio no Pulso de Um Morto**. Revista EPOS: Rio de Janeiro – RJ; vol 2, nº1, janeiro-junho de 2011; ISSN 2178-700X

Mercer, Daniel. **Legal fight between Yindjibarndi and Andrew Forrest cuts to the heart of Australia's native title rights**. ABC News. 2023. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2023-08-13/native-title-rights-on-trial-fmg-yindjibarndi-andrew-forrest/102716272>. Acesso em: 03 jan. 2026

Mészáros, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Montaño, Carlos; Duriguetto, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora. (Biblioteca Básica/Serviço Social; v. 5). 2010.

Moura, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

Moura, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. São Paulo: Edições Zumbi Ltda. 1959.

MST. **Nossa Produção**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2026a. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

MST. **MST reafirma luta anti-imperialista e convoca povo brasileiro à Reforma Agrária Popular**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 24 jan. 2026b. Disponível em: <https://mst.org.br/2026/01/24/mst-reafirma-luta-anti-imperialista-e-convoca-povo-brasileiro-a-reforma-agraria-popular/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

Netto, José Paulo. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. Ensaio. Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

Netto, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

Neves, Eduardo Góes. **Sob os Tempos do Equinócio: Oito Mil Anos de História na Amazônia Central (6.500 ac - 1.500 dc)**. Tese apresentada para o concurso de título de livre-docente. Museu de Arqueologia e Etnologia Universidade de São Paulo: São Paulo. Ago. 2012.

PBS News. Palestinian death toll in Gaza passes 64,000, officials say, after ceasefire talks break down. Set. 2025. Disponível em: <https://www.pbs.org/newshour/world/palestinian-death-toll-in-gaza-passes-64000-officials-say-after-ceasefire-talks-break-down#:~:text=Gaza's%20Health%20Ministry%20said%20that,it%20says%20have%20been%20confirmed>. Acesso em: 02 out. 2025.

Peruzzo, Juliane Feix; Carreira, Gabriel Fardin Nogueira. **Desfetichizando a Inteligência Artificial: Uma Aproximação Marxista**. Revista Casa Marx. Edição 08-06. 2025. Disponível em: <https://www.casamarx.com.br/revista/08-06-2025/desfetichizando-a-inteligencia-artificial-uma-aproximacao-marxista/>. Acesso em: 07 jan. 2026.

Peters, Jana; Loschi, Marília. **Censo 2022: Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas**. Agência IBGE Notícias. dez. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Petrella, Riccardo. A Black Rock quer o mundo a seus pés: Maior fundo financeiro do planeta abocanha um gigante global de infraestruturas e obtém, na Bolsa de Chicago, o “direito” de negociar a água como commodity. Operações revelam urgência do Comum, como alternativa à vida-mercadoria. **Outras Palavras**. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/a-black-rock-quer-o-mundo-a-seus-pes/#sdfootnote2sym>. Acesso em: jan. 2026.

Quijano, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

Redação Ocorre Diário. **[Com “A terra dá, a terra quer” Quilombola Nêgo Bispo é Indicado ao Prêmio Jabuti Acadêmico]**. Fotografia. 03 ago. 2024. Disponível em: <https://ocorrediario.org/com-a-terra-da-a-terra-quer-quilombola-nego-bispo-e-indicado-ao-premio-jabuti-academico/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

Rionegro, Tainá. **29 terras indígenas poderiam ser demarcadas na Amazônia durante COP30 se houvesse vontade política do Estado brasileiro**. COIAB, 2025. Disponível em: <https://coiab.org.br/29-terras-indigenas-poderiam-ser-demarcadas-na-amazonia-durante-cop30-se-houvesse-vontade-politica-do-estado-brasileiro/>. Acesso em: 15 jan. 2026

Saito, Kohei. **O Capital no Antropoceno**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

Sabrina, Felipe; Amorim, Francisco; Souza, Alice de. **Agro conseguiu R\$ 2,5 bilhões do Fundo Clima para financiar empresas com infrações ambientais**. The Intercept Brasil, 17 nov. 2025. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/11/17/agro-conseguiu-r-25-bilhoes-do-fundo-clima-para-financiar-empresas-com-infracoes-ambientais/>. Acesso em: 6 jan. 2026.

Santos, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora / PISEAGRAMA, 2023, 112p.

Seufert, Philip et al. **O Capitalismo Clandestino e a Financeirização dos Territórios e da Natureza**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

Silva, Maria das Graças e; Araújo, Nailsa Maria Souza. **Questão Ambiental, Capitalismo Dependente e Serviço Social**: Apontamentos Para um Debate Urgente. Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 148(2), e-6628439, 2025.

Silva, Wanessa Horrana F. da. **A Trajetória Intelectual de Clóvis Moura (1925-2003)**: A Interdisciplinaridade e o Protesto Negro. ANPUH Brasil: 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564755916_ARQUIVO_WanessaHorrana-Anpuh2019.pdf. Acesso em: 19 de jan. 2026.

Stedile, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional - 1500-1960, 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304 p.

Sustentech. Sustentabilidade e Lucro: Alinhando Retorno Financeiro e Impacto Positivo. **Green Building Council - GBC Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.gbcbrasil.org.br/sustentabilidade-e-lucro-alinhando-retorno-financeiro-e-impacto-positivo/>. Acesso em 28 dez. 2025

Tropical Forest Forever Facility. A Fundação Minderoo investe 10 milhões de dólares para proteger as florestas tropicais do mundo. TFFF. 2025. Disponível em: <https://tfff.earth/pt/minderoo-foundation-invests-us10-million-to-protect-the-worlds-tropical-forests/>. Acesso em: 03 jan. 2026

Vieira, Adilson. Não ao TFFF. Sim aos direitos da floresta: A floresta em disputa entre o mercado financeiro e os povos das florestas tropicais de todo o mundo. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/no-to-tfff-yes-to-forest-rights/>. Acesso em: 03 jan. 2026.

Vieira, Flávia Braga. **Via Campesina**: um projeto contra-hegemônico?. III Simpósio Lutas Sociais na América Latina "Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?". 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flaviabraga.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025

Wood, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.